

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ TAROCCO FILHO

**A PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FECHAMENTO,
REGULAÇÃO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NUMA PERSPECTIVA
HISTÓRICA**

UBERLÂNDIA-MG

2024

JOSÉ TAROCCO FILHO

**A PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FECHAMENTO, REGULAÇÃO E
COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade e Controladoria

Orientadora: Prof.^a Dra. Marli Auxiliadora da Silva

UBERLÂNDIA-MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

T191 2024	Tarocco Filho, José, 1982- A PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FECHAMENTO, REGULAÇÃO E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA [recurso eletrônico] / José Tarocco Filho. - 2024. Orientadora: Marli Auxiliadora da Silva. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.676 Inclui bibliografia. 1. Contabilidade. I. Silva, Marli Auxiliadora da, 1966- , (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título. CDU: 657
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facic.ufu.br - ppgcc@facic.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico Número 044 - PPGCC				
Data:	27 de agosto de 2024	Hora de início:	14:00 h	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12013CCT005				
Nome do Discente:	José Tarocco Filho				
Título do Trabalho:	A Profissão Contábil no Brasil: um olhar sobre o fechamento, regulação e competências profissionais numa perspectiva histórica				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Controladoria				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC05 - Educação Contábil				

Reuniu-se, por meio do sistema de web conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Edvalda Araújo Leal -UFU, Gilberto José Miranda - UFU, Adriana Rodrigues Silva - Instituto Politécnico de Santarém (Portugal) e Flaviano Costa - UFPR e Marli Auxiliadora da Silva - UFU , orientadora da candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Marli Auxiliadora da Silva, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu o discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADO

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título descrito na tabela acima. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marli Auxiliadora da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edvalda Araujo Leal, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto José Miranda, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flaviano Costa, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rodrigues Silva, Usuário Externo**, em 29/08/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5508953** e o código CRC **72743F46**.

Com carinho e amor a minha mãe, minha eterna gratidão.

A história contábil é importante porque, à medida que o tempo transforma o presente em passado, ele o faz sem apagar sua relevância. O que ocorreu no passado continua sendo crucial para entender e agir no presente, bem como para antecipar e preparar o futuro. (Gomes *et al.*, 2011, tradução nossa).

AGRADECIMENTOS

Confesso que sonhei muito com o momento de escrever estes agradecimentos, embora em alguns momentos eu tenha duvidado que ele chegaria.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Citônia, por sempre apoiar minhas decisões, mesmo quando não concordava plenamente. Por todo o amor e carinho concedidos, e por respeitar este período desafiador pelo qual passei. Tenho certeza de que ela tem muito orgulho de ter um filho doutor.

Às minhas irmãs, Rosy e Josy, que sempre me ofereceram suporte e estiveram presentes em todos os momentos desta jornada de doutorado. Também agradeço aos meus sobrinhos, Brenda, Sandy e Miguel, para quem espero ser um exemplo de que o estudo transforma vidas.

Aos amigos Cassius, Gleison, Vanessa e Simone, que a jornada acadêmica me proporcionou, agradeço o incentivo em buscar o doutorado, pelos valiosos conselhos e por toda a ajuda ao longo desta fase.

À Unifucamp, por me proporcionar a experiência na docência e por incentivar a continuidade dos meus estudos.

Aos colegas de turma, com quem compartilhei momentos de aprendizado, angústias e alegrias, em especial Alessandra, Lis, Geovane e Cleyde. O apoio de vocês tornou a caminhada mais leve.

À minha psicóloga, Vera Lúcia, pelas palavras de encorajamento durante o processo do doutorado e por me ajudar a enxergar que eu era capaz.

Agradeço à minha orientadora, Marli, por aceitar me guiar nesta jornada e por me acompanhar em cada passo. Agradeço por segurar minha mão e me apoiar nos momentos mais difíceis. Muito obrigado!

Aos professores do PPGCC UFU, por compartilharem todo o conhecimento e experiência. Estendo meus agradecimentos aos professores Astrogildo e Sérgio, do PPGED UFU, cujas disciplinas foram essenciais para minha formação.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, Prof^ª. Dra. Adriana Rodrigues Silva, Prof^º. Dr. Armino Quillici Neto, Prof^ª. Dra. Edvalda Araújo Leal e Prof^º. Dr. Gilberto José Miranda, pela disponibilidade, críticas, sugestões e contribuições valiosas, que foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Por fim, agradeço a todos que participaram deste processo ou que torceram por mim.
Minha gratidão eterna!

RESUMO

Esta tese teve como objetivo desenvolver uma análise sobre a profissionalização contábil, a partir da Era Vargas, discutindo as ações e políticas que influenciaram no fechamento da profissão, nas mudanças no ensino contábil e nas competências requeridas de profissionais da área. Para tanto, este estudo possui objetivos específicos que foram discutidos em três artigos. No artigo 1 é apresentado o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil, a partir de artigos indexados no período de 2002 a 2022 às bases *Web of Science e Scopus*, mediante revisão sistemática. Os achados revelam que, em geral, os estudos tiveram como objetivo entender como ocorreu o processo de fechamento da profissão contábil em um determinado período e espaço, visto terem se delimitado a um país e período da história; também discutem a relação profissão e Estado e o papel das associações de classe e sindicatos no processo de fechamento da profissão. Dos vinte e um estudos apresentados, dezenove, utilizaram-se de uma lente teórica para fundamentar seus resultados, sendo a Teoria Sociológica das Profissões, com foco no fechamento da profissão, predominante. O artigo 2 teve como objetivo identificar as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento social da profissão contábil, utilizando como lente teórica a Teoria Sociológica das Profissões, e foi desenvolvido por meio de pesquisa de arquivo com fontes documentais. Os resultados evidenciaram que as ações ocorridas na área da educação, na Era Vargas, favoreceram a ascensão do ensino de contabilidade no Brasil, perpassando pela organização do ensino comercial até a elevação do ensino de contabilidade a nível superior. A ascensão do ensino contábil ao nível superior e a exigência da formação acadêmica desses profissionais contribuíram para o fechamento da profissão aos não qualificados. Adicionalmente, constatamos que na Era Vargas devido à expansão desenvolvimentista resultante da criação de grandes estatais abertas como Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Hidrelétrica de São Francisco, foram evidenciados aspectos que formam uma base cognitiva para o exercício da profissão. Quanto às ações do governo Vargas em relação a questões trabalhistas e sociais observou-se que elas foram decisivas para a profissionalização do profissional de contabilidade e para o fechamento da profissão, uma vez que resultaram na Consolidação das Leis Trabalhistas, na regulamentação dos sindicatos e no surgimento de associações representativas de classes profissionais. Decorrente da organização sindical, sobretudo na década de 1930, movimentos importantes para organização da profissão levaram à criação do Conselho Federal de Contabilidade e conselhos regionais, instituindo-se as atribuições e prerrogativas profissionais de técnicos em contabilidade e contadores. Infere-se que políticas de Estado podem afetar a regulamentação da profissão contábil. No artigo 3 foi examinada a evolução das competências exigidas dos profissionais de contabilidade, também mediante a análise de documentos legais relacionados às orientações quanto à formação acadêmica do profissional, delimitando-se as fontes ao período 1945-2024, dada a criação do primeiro curso superior na área, em 1945, até publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2024. A análise revelou que, inicialmente, os documentos focavam na estrutura curricular sem mencionar explicitamente as competências necessárias. Foi apenas a partir do Parecer CNE/CES nº 0146/2002 que as competências e habilidades começaram a ser claramente delineadas. As Resoluções CNE/CES nº 10/2004 e nº 1/2024 reforçaram a importância de uma formação abrangente, que integrasse aspectos técnicos, éticos e multidisciplinares. No entanto, apesar dos avanços, a Resolução nº 1/2024 ainda apresenta lacunas na explicitação das atitudes desejadas dos profissionais, aspecto crucial para atendimento aos aspectos afetivos e sociais de profissionais da contabilidade.

Palavras-chave: Profissionalização contábil. Fechamento Profissional. Ciências Contábeis. Era Vargas. Teoria Sociológica das Profissões. Competências. Revisão Sistemática.

ABSTRACT

In this thesis aimed we develop an analysis of accounting professionalization, from the Vargas Era, discussing the actions and policies that influenced the closure of the profession, changes in accounting education and the skills required of professionals in the area. To this end, this study has specific objectives that were discussed in three articles. In article 1, the state of the art of scientific production on the history of accounting professionalization is presented, based on articles indexed from 2002 to 2022 in the Web of Science and Scopus databases, through a systematic review. The findings reveal that, in general, the studies aimed to understand how the process of closing the accounting profession occurred in a certain period and space, as they were limited to a country and period in history; they also discuss the relationship between the profession and the State and the role of class associations and unions in the process of closing the profession. Of the twenty-one studies presented, nineteen used a theoretical lens to support their results, predominantly the Sociological Theory of Professions, focusing on the closure of the profession. Article 2 aimed to identify the actions that occurred in the Vargas Era (1930-1945) that contributed to the social closure of the accounting profession, using the Sociological Theory of Professions as a theoretical lens, and was developed through archival research with documentary sources. The results showed that the actions that took place in the area of education, during the Vargas Era, favored the rise of accounting teaching in Brazil, ranging from the organization of commercial teaching to the elevation of accounting teaching to higher education. The rise of accounting education to higher education and the requirement for academic training for these professionals contributed to the closure of the profession to the unqualified. Additionally, we found that in the Vargas Era, due to the developmental expansion resulting from the creation of large open state-owned companies such as Companhia Vale do Rio Doce and Companhia Hidrelétrica de São Francisco, aspects that form a cognitive basis for exercising the profession were highlighted. Regarding the actions of the Vargas government in relation to labor and social issues, it was observed that they were decisive for the professionalization of the accounting professional and for the closure of the profession, as they resulted in the Consolidation of Labor Laws, the regulation of unions and the emergence of associations representing professional classes. As a result of trade union organization, especially in the 1930s, important movements to organize the profession led to the creation of the Federal Accounting Council and regional councils, establishing the professional responsibilities and prerogatives of accounting technicians and accountants. It is inferred that State policies can affect the regulation of the accounting profession. In article 3, the evolution of the skills required of accounting professionals was examined, also through the analysis of legal documents related to guidelines regarding the professional's academic training, delimiting the sources to the period 1945-2024, given the creation of the first higher education course in the area, in 1945, until the publication of the National Curricular Guidelines in 2024. The analysis revealed that, initially, the documents focused on the curricular structure without explicitly mentioning the necessary skills. It was only after CNE/CES Opinion No. 0146/2002 that competencies and skills began to be clearly delineated. CNE/CES Resolutions nº 10/2004 and nº 1/2024 reinforced the importance of comprehensive training, which integrated technical, ethical and multidisciplinary aspects. However, despite the advances, Resolution No. 1/2024 still presents gaps in explaining the desired attitudes of professionals, a crucial aspect for meeting the affective and social aspects of accounting professionals.

Keywords: Accounting professionalization. Professional Closing. Accounting Sciences. It was Vargas. Sociological Theory of Professions. Skills. Systematic Review.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da Revisão Sistemática	33
Figura 2 – Número de artigos por periódicos	42
Figura 3 – Teorias utilizadas nos estudos	43
Figura 4 – Diagrama da tese de Johnson: divisão do trabalho, relações profissionais e poder profissional	65
Figura 5 – Diagrama da tese de Freidson: fontes do poder profissional	68
Figura 6 – Modelo de análise de poder profissional.....	69
Figura 7 – Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931	72
Figura 8 – Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932	74
Figura 9 – Reconhecimento da educação formal para concurso de contador	75
Figura 10 – Obrigatoriedade de diploma para concurso de contador a cargos públicos	76
Figura 11 – Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945	77
Figura 12– Companhia Siderúrgica Nacional criada em 1941	80
Figura 13 – Balanço conforme Decreto-lei 2.627/40	81
Figura 14 – Reportagens de 1943 noticiam a publicação da CLT no governo Vargas	83
Figura 15 – Manifestação dos trabalhadores promovida pelo DIP em 1940	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição de palavras-chave usadas para busca de publicações	32
Quadro 2 – Artigos selecionados na revisão sistemática.....	34
Quadro 3 – Decretos no Governo Provisório	57
Quadro 4 – Decretos no Estado Novo	60
Quadro 5 – Síntese das abordagens da Teoria Sociológica das Profissões	69
Quadro 6 – Currículo do Curso de Ciências Contábeis e Atuária (1945)	103
Quadro 7 – Currículo mínimo Ciências Contábeis (1963).....	104
Quadro 8 – Competências e Habilidade Técnicas e Gerais requeridas do profissional de contabilidade.....	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização.....	16
1.1 Problema e objetivo da pesquisa	19
1.2 Contribuição e Justificativa da Pesquisa.....	20
1.3 Declaração de tese.....	21
1.4 Estrutura do trabalho	21
REFERÊNCIAS INICIAIS	22
ESTUDO 1.....	26
HISTÓRIA DA PROFISSÃO CONTÁBIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	26
RESUMO.....	26
1 INTRODUÇÃO	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
2.1 PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO CONTÁBIL	28
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 Etapa da seleção das fontes bibliográficas.....	31
4 RESULTADOS	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	47
ESTUDO 2.....	53
O FECHAMENTO DA PROFISSÃO CONTÁBIL NA ERA VARGAS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA RELAÇÃO PROFISSÃO-ESTADO.....	53
RESUMO.....	53
1 INTRODUÇÃO	53
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	56
2.1 Uma breve incursão à Era Vargas.....	56
2.2 Teoria Sociológica das Profissões	62
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	70
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.1 Ações na área da educação.....	71
4.2 Ações na área de Infraestrutura e regulação empresarial	79
4.3 Ações na área trabalhista e social	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

REFERÊNCIAS	87
ESTUDO 3.....	95
COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NUMA	
PERSPECTIVA HISTÓRICA	95
RESUMO.....	95
1 INTRODUÇÃO	95
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	98
2.1 Competências	98
2.2 Teorias de Currículo.....	99
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	102
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	113
APÊNDICE A – Matriz de amarração	117

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A história da Contabilidade é “uma consequência da história da civilização [...], sobretudo no campo econômico” (Mellins *apud* Antunes, 2013, p. 25), sendo a profissão contábil uma das mais antigas e complexas desde os primórdios das civilizações (Iudícibus; Marion; Faria, 2017), diretamente vinculada à evolução da sociedade. Antunes (2013) afirma que a profissão contábil figura como uma das primeiras profissões constituídas no Brasil, argumentando que sua gênese não difere muito do que ocorreu em outros países. Imbricadas aos marcos temporais e os respectivos eventos que caracterizam o desenvolvimento da profissão estão as competências atribuídas aos profissionais da contabilidade, que refletem a evolução da profissão.

Fatores econômicos, sociais e políticos causaram efeitos na forma de se fazer contabilidade e trouxeram impactos à profissionalização na área. No Brasil, de acordo com Agrizzi e Sian (2015), a expansão da educação, o crescimento dos mercados e a industrialização foram produtos de políticas deliberadas e iniciadas pelo Estado e acabaram contribuindo para a construção de determinadas profissões, inclusive a profissão contábil. A relação Estado-Profissão é destacada por Silva e Assis (2015) que entendem que a evolução contábil pode ser associada às ocorrências do campo político.

A história, de acordo com Sá (2008), comprova que leis comerciais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e burocráticas foram decisivas para expansão do mercado de trabalho ao profissional de contabilidade, resultando também no fechamento da profissão a um determinado grupo de profissionais que detém o saber. O fechamento profissional, de acordo com Rodrigues (2002) tem com primeira função proteger os padrões de excelência em face de pressões, dada a crença de que a realização de determinadas funções requer conhecimento especializado e competências adquiridas por formação prolongada. Assim, para manter o monopólio das profissões, os grupos profissionais se mobilizam para conquistar e manter os privilégios outorgados pelo Estado, como a regulamentação, o credenciamento e o controle sobre o exercício profissional (Schmitz, 2014).

Na história política do Brasil, a Era Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945, sob a presidência de Getúlio Vargas, representa um período de grande importância para a contabilidade, visto que à época diversos eventos contribuíram para a profissionalização na área. O governo Vargas, caracterizado por uma concepção centralizadora, foi um período marcado por transformações que moldaram os caminhos futuros do país, incluindo

desenvolvimento econômico, nacionalismo, controle sobre os trabalhadores e sindicatos, planejamento social, legislação trabalhista, investimentos públicos e, especialmente, o papel proeminente atribuído ao Estado como agente econômico, quando o Brasil avançou de sua condição de país agrário-exportador para uma sociedade urbano-industrial (D'Araújo, 1999).

O primeiro governo de Getúlio foi caracterizado por uma intensa industrialização impulsionada principalmente pelo governo e pelo capital multinacional, conforme destacado por Vianna e Vilella (2005). Durante esse período, foram criados diversos organismos especializados e empresas estatais. Segundo Costa (2008), até 1930, o Brasil possuía 12 empresas públicas; de 1930 a 1945 foram fundadas 13 novas empresas, das quais 10 eram do setor produtivo, incluindo a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco.

A Era Vargas também foi marcada por várias regulamentações na área trabalhista, como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a legislação de sindicalização, a regulamentação do trabalho feminino, a proteção ao trabalho do menor e a introdução da carteira profissional do trabalho. Vargas também ordenou a elaboração de uma nova Constituição, como observado por D'Araújo (1999). Essas medidas contribuíram para a construção da identidade dos trabalhadores brasileiros, associando trabalho e direitos dos cidadãos com foco na questão social.

O Estado corporativista implementado por Getúlio Vargas, em 1930, tinha como objetivo acelerar a transição do Brasil de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, o que se confirmou pelo forte incentivo estatal à industrialização, acompanhado pela criação de empresas estatais (Silva; Assis, 2015). Com o surgimento dessas grandes corporações e o desenvolvimento industrial, a demanda por serviços contábeis aumentou significativamente, levando à organização de associações profissionais, incluindo as associações de contadores, em um número limitado de categorias singulares, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas e licenciadas pelo Estado. Essas associações, dotadas de poder deliberado, eram controladas e reguladas pelo Estado (Rodrigues *et al.*, 2011).

O Estado concedia incentivos a essas associações e sindicatos, como reconhecimento oficial, direitos de representação de monopólio, adesão obrigatória e o direito de cobrar taxas dos membros, em troca da cooperação dos grupos trabalhistas e do controle exercido pelo Estado sobre esses grupos. Esse regime de corporativismo e neocorporativismo, como apontado por Rodrigues, Gomes e Graig (2003), promoviam a regulamentação das profissões.

De forma coincidente ao momento político vivenciado no Brasil, quando Getúlio Vargas incentivou a organização sindical e houve a elevação do ensino de contabilidade ao nível superior, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, o fenômeno da profissionalização, e fechamento profissional e social passou a ser objeto de investigação na Sociologia das Profissões. O fechamento profissional é um conceito da sociologia das profissões desenvolvido por Max Weber (1922), no qual, dentro da comunidade, um grupo de pessoas envolvidas numa rivalidade por oportunidades sociais ou econômicas considera benéfico limitar o acesso a esse grupo formando um monopólio.

No campo da contabilidade, o Decreto nº 9.295, de 1946, instituiu o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), responsáveis por fiscalizar e organizar a classe contábil, definindo o perfil dos profissionais de contabilidade e limitando suas atribuições. Ao se restringir ou limitar alguns serviços especializados como privativas aos contadores diplomados, ou seja, com curso superior, estava caracterizado o fechamento e monopolização da profissão, visto tratar-se de uma medida para dificultar a entrada em uma determinada profissão (Zelinski, 2009).

A partir da década de 1930, o estudo e análise do fenômeno profissional, como mencionado, têm sido objeto de investigação na Sociologia das Profissões, em resposta às mudanças nos contextos temporais, especialmente no que diz respeito aos estudos das profissões (Gonçalves, 2008). A Teoria Sociológica das Profissões enfatiza que a construção da identidade profissional é um processo de socialização que envolve educação, trabalho e carreira, no qual a identidade é moldada dentro de instituições e grupos que se organizam para garantir o reconhecimento de seus membros como profissionais (Dubar, 2005).

Entre as principais abordagens da Teoria Sociológica das Profissões, destacam-se a funcionalista, que busca diferenciar ocupação de profissão por meio de um conjunto de atributos; a interacionista, que analisa sociologicamente a divisão do trabalho com foco na diversidade e nos conflitos de interesse das profissões; e a abordagem centrada no poder, desenvolvida por Johnson, Larson e Freidson, que enfatiza os aspectos econômicos do controle de mercado e critica o monopólio profissional e seus privilégios excessivos (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012).

O monopólio ou fechamento profissional criticado na abordagem centrada no poder refere-se ao processo histórico em que as profissões alcançam um monopólio legal sobre certas atividades de serviços, restringindo o acesso de não profissionais a essas atividades, garantindo dessa forma o reconhecimento legal e a proteção estatal às atividades dos profissionais e obtendo privilégios materiais e simbólicos adicionais, como descrito por

Gonçalves (2008). A profissionalização, explica Rodrigues (2002), garante a posse de saberes e de competências particulares à área e a seus membros.

1.1 Problema e objetivo da pesquisa

Diante da importância do período político conhecido como Era Vargas e de suas políticas econômicas e sociais, cujas ações repercutiram e resultaram em leis comerciais, tributárias, trabalhistas, e previdenciárias esta tese tem como questão norteadora: Como as políticas e eventos históricos na Era Vargas influenciaram o fechamento da profissão, as mudanças no ensino da contabilidade, e as competências requeridas de profissionais da área?

Como objetivo geral, esta pesquisa busca desenvolver uma análise sobre a profissionalização contábil, a partir da Era Vargas, discutindo as ações e políticas que influenciaram no fechamento da profissão, nas mudanças no ensino contábil e nas competências requeridas de profissionais da área. Para a discussão será utilizada a Teoria Sociológica das Profissões com abordagem centrada no poder, que coloca ênfase no poder profissional, no controle do mercado e nos processos de monopolização/fechamento, sublinhando os mecanismos de diferenciação e exclusão social (Rodrigues, 2002).

Quanto à discussão acerca das competências requeridas de profissionais, além da fundamentação relativa ao termo competência socializado por Perrenoud (1999), pretende-se alinhar a análise à Teoria Crítica do Currículo, visto que o ensino baseado em competências, a partir da década de 1990 passou a ser objeto de discussões no âmbito curricular.

A fim de discutir sobre a profissionalização na área contábil esta tese possui objetivos específicos que se constituem em etapas para o atingimento do objetivo geral. São eles:

- i) apresentar o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil com foco no fechamento social da profissão, por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura;
- ii) identificar as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento da profissão contábil no Brasil;
- iii) analisar como as competências requeridas dos profissionais da área contábil, em termos de conhecimento, habilidades e atitudes, aparecem em documentos legais relativos à formação do profissional da contabilidade, a partir da do ano de 1945, no Brasil.

1.2 Contribuição e Justificativa da Pesquisa

Diversos pesquisadores têm incorporado a perspectiva histórica em seus trabalhos, ao discutirem, por exemplo, sobre o papel do Estado no processo de reconhecimento da profissão (Willmott, 1986; Chua; Poullaos, 1993; Hao, 1999). Esses trabalhos examinavam a relação entre a profissão e Estado, com foco particular em períodos de mudanças estrutural e socioeconômica. Outros estudos destacaram a importância do Estado no desenvolvimento e proteção da profissão contábil, tanto para cumprir as políticas de fechamento da profissão quanto para criação de associações profissionais (Uche, 2002; Caramanis, 2005; Sian, 2006; Yee, 2012; Mihret; James; Mula, 2012; Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012; Agrizzi; Sian, 2015; Bicudo de Castro; Mihret, 2020; Rodrigues; Graig; 2022).

A profissionalização contábil no Brasil também tem sido abordada sob outras perspectivas, ao abordarem a regulamentação da profissão contábil no Brasil e a criação dos primeiros cursos de ensino comercial (Peleias; Bacci, 2004); a institucionalização da profissão (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012; Oliveira, 2014); os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho aos praticantes de contabilidade (Vasconcelos *et al.*, 2020); a influência dos movimentos sindicais na evolução do profissão contábil (Agrizzi; Sian, 2015; Rodrigues; Graig, 2007); assim como o papel do Conselho Federal de Contabilidade no controle de entrada de profissionais (Bicudo de Castro e Mihret, 2020).

Os estudos com essa abordagem historiográfica na contabilidade evidenciam, no entanto, possibilidades de pesquisa por oferecer oportunidades para desenvolver o conhecimento empírico sobre o funcionamento de sistemas contábeis, bem como aprimorar a teorização contábil (Carmona, 2017). Pesquisas com esse aspecto tem como intuito evidenciar a evolução e as características da contabilidade no meio social, acadêmico e econômico, de acordo com o ambiente e período estudado (Carnegie, 2014).

Dada a importância do estudo historiográfico da contabilidade, essa pesquisa justifica-se pela importância de recuperar a memória de aspectos que marcaram a profissionalização da atividade contábil no Brasil. Ademais, o estudo permitirá compreender como as competências requeridas do profissional de contabilidade têm sido incluídas e alteradas desde o fechamento da profissão, decorrente da organização de profissionais da área em seus respectivos conselhos de classe.

Os estudos historiográficos na área de contabilidade no Brasil são centrados em analisar a evolução da contabilidade no Brasil, a regulamentação da profissão e do ensino de contabilidade apresentando as conquistas da profissão em um determinado período da história

do Brasil. A presente tese se difere dos demais trabalhos por analisar a relação Estado-Profissão, discutindo a influência das políticas e ações do período político da Era Vargas (1930-1945) na profissionalização contábil no Brasil. Entende-se, dessa forma, que este estudo também tem expectativa de contribuir para a literatura historiográfica da profissão contábil, proporcionando *insights* para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

1.3 Declaração de tese

Considerando a importância da pesquisa histórica na contabilidade e o fechamento social da profissão, limitado temporal e espacialmente ao período político Era Vargas, no contexto brasileiro, a tese sustentada neste estudo defende que o fechamento social da profissão garantiu ao praticante da contabilidade não apenas as exigências técnicas, mas permitiram evitar a divulgação dos saberes entre os não profissionais, levando ao fechamento profissional, o que garantiu a posse de saberes teóricos/práticos e de competências particulares à área.

1.4 Estrutura do trabalho

A presente pesquisa encontra-se segmentada em três artigos que se convergem para atender o objetivo geral da tese. Esses artigos, assim como o objetivo de cada um, justificativa, procedimentos metodológicos e discussão dos resultados são apresentados em capítulos ao longo dessa tese.

O primeiro artigo, intitulado “História da Profissão Contábil: uma revisão sistemática”, consiste em uma pesquisa teórica, por meio de uma revisão da literatura, a fim de apresentar o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil com foco no fechamento social da profissão, a partir de artigos indexados no período entre 2002 a 2022 às bases *Web of Science e Scopus*.

O segundo artigo com o título “O fechamento da profissão contábil na Era Vargas: uma discussão acerca da relação Profissão-Estado” buscou identificar as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento da profissão contábil no Brasil. Trata-se de um estudo com procedimentos de pesquisa de arquivo a partir de fontes documentais como os decretos promulgados, limitados temporal e espacialmente à Era Vargas no Brasil.

O terceiro artigo intitulado “Competências dos praticantes da contabilidade numa perspectiva histórica” tem como objetivo analisar as competências requeridas aos praticantes de contabilidade a partir da criação do curso superior em ciências contábeis no Brasil. Trata-se de um estudo com procedimentos de pesquisa documental em textos acadêmicos, sites oficiais da Câmara de Deputados e material do Conselho Federal de Contabilidade, metodologicamente classificada como pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.

Para melhor visualização da estrutura da tese a matriz de amarração, no Apêndice A, apresenta a descrição dos artigos que compõem este texto, assim como a declaração de tese, problema de pesquisa, objetivo geral e específicos, objeto de estudo, lentes teóricas e a contribuição prática da pesquisa. Ao final da tese constam as considerações gerais.

REFERÊNCIAS INICIAIS

AGRIZZI, Dilla; SIAN, Suki Artificial corporatism: a portal to power for accountants in Brazil. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 56-72, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235414000197>. Acesso em: 15 mai. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.02.003>

ANTUNES, Cleber do Carmos. Fragmentos da história contábil e a importância da Academia de Comércio de Juiz de Fora no contexto da contabilidade brasileira. **Revista Mineira de Contabilidade**, [S. l.], v. 2, n. 50, p. 25–29, 2013. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/232>. Acesso em: 02 out. 2022.

BICUDO DE CASTRO, Vincent; MIHRET, Dessalegn. Accounting professionalisation in Brazil: Resistance and co-optation in the introduction of a professional entry exam (1999–2010). **Accounting History**, v. 25, n. 3, p. 468-487, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1032373219876669?journalCode=acha>. Acesso: 03 ago. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373219876669>

CARAMANIS, Constantinos V. Rationalisation, charisma and accounting professionalisation: perspectives on the intra-professional conflict in Greece, 1993–2001. **Accounting, Organizations and Society**, v. 30, n. 3, p. 195-221, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368204000030>. Acesso em: 12 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2004.01.002>

CARMONA, Salvador. Pesquisa em história da contabilidade: Escopo, tópicos e agenda. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, p. 321-325, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x20179021>. Acesso em: 29 out. 2023. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201790210>

CARNEGIE, Garry D. The present and future of accounting history. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 8, p. 1241-1249, 2014. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-05-2014-1715/full/html?mobileUi=0&fullSc=1>. Acesso em: 27 set. 2023. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2014-1715>

CHUA, Wai Fong; POULLAOS, Chris. Rethinking the profession-state dynamic: The case of the Victorian charter attempt, 1885-1906. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 7-8, p. 691-728, 1993. Disponível: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90049-C](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90049-C). Acesso em: 29 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90049-C](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90049-C)

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 829-874, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DxgBXcJLnFHVxsqPbgCWckQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 ago. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000500003>

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Eduerj/FGV, 1999.

DECRETO-LEI Nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. (1945, 22 de setembro). Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 2005.

GONÇALVES, Carlos Manuel. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 17, p. 177-223, 2008. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2349>. Acesso em: 02 out. 2023.

HAO, Ping Zhen. Regulation and organisation of accountants in China. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 12, n. 3, p. 286-302, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09513579910277375>. Acesso em 29 out. 2023. <https://doi.org/10.1108/09513579910277375>

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDONÇA NETO, Octávio Ribeiro; CARDOSO, Ricardo Lopes; OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu. A profissionalização do contador no Brasil. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 9, n. 4, p. 393-406, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228652006.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023. <https://doi.org/10.4013/base.2012.94.06>

MIHRET, Dessalegn Getie; JAMES, Kieran; MULA, Joseph M. Accounting professionalization amidst alternating state ideology in Ethiopia. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 7, p. 1206-1233, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09513571211263248/full/html>. Acesso em: 05 ago. 2023. <https://doi.org/10.1108/09513571211263248>

OLIVEIRA, Márcia Regina. **O status social do contador no Brasil**. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/26311/Marcia%20Regina%20de%20Oliveira.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev. 2022

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista de Administração on-line**, FECAP, v. 5, n.3, p. 39-54, 2004. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/20593869/pequena-cronologia-do-desenvolvimento-contabil-no-brasil-fecap>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PERRENOUD, Philippe. Philippe Perrenoud e a teoria das competências. **Teoria da Aprendizagem**, 1999.

RODRIGUES, Lúcia Lima; SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. **Accounting History**, v. 16, n. 1, p. 111-123, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1032373210373799>. Acesso em: 15 ago. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373210373799>

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

RODRIGUES, Lúcia Lima; GRAIG, Russel; GOMES, Delfina. **State Intervention in Commercial Education: the case of the Portuguese School of Commerce**. *Accounting history*, v12, nº 55, 2007. <https://doi.org/10.1177/1032373207072808>

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neoweberiana na sociologia das profissões. Em Tese, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 10-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2014v11n1p10>. Acesso em 22 de fev. 2022. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2014v11n1p10>

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SIAN, S. Inclusion, exclusion and control: The case of the Kenyan accounting professionalisation project. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, n. 3, p. 295-322, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S036136820500005X>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Maurício Souza; DE ASSIS, Francisco Avelino. A história da contabilidade no Brasil. **Negócios em Projeção**, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015.

UCHE, Chibuike U. Professional accounting development in Nigeria: threats from the inside and outside. **Accounting, Organizations and society**, v. 27, n. 4-5, p. 471-496, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368201000071>. Acesso em: 10 ago. 2023. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00007-1](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00007-1)

VASCONCELOS, Angélica; SILVA, Adriana; GOMES, Patrik; VIEIRA, Cilene. Requisitos exigidos pelo mercado aos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 32, n. 85, p. 65-79, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909470. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rcf/a/6yvS4mhZHvvxPBx8C5vWcqH/?lang=en>. Acesso em: 22 fev. 2023. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909470>

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**, p. 21-44, 2005.

WILLMOTT, Hugh. Organising the profession: a theoretical and historical examination of the development of the major accountancy bodies in the UK. **Accounting, Organizations and Society**, v. 11, n. 6, p. 555-580, 1986. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90036-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90036-X). Acesso em: 26 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90036-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90036-X)

YEE, Helen. Analyzing the state-accounting profession dynamic: some insights from the professionalization experience in China. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, n. 6, p. 426-444, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368212000426>. Acesso em: 03 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2012.04.003>

ZELINSCHI, Dragoş. Legitimacy, expertise and closure in the Romanian accountant's professional project, 1900-16. **Accounting History**, v. 14, n. 4, p. 381-403, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1032373209342474>. Acesso em: 01 nov. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373209342474>

ESTUDO 1

HISTÓRIA DA PROFISSÃO CONTÁBIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO

Este estudo teve como objetivo apresentar o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil, a partir de artigos indexados no período entre 2002 a 2022 às bases *Web of Science e Scopus*. Com o auxílio do aplicativo Rayyan, foram obtidos 21 artigos, nos quais foram analisados, além dos países objetos de estudo e periódicos onde foram publicados, os objetivos e base teórica para sua fundamentação, além das lacunas apontadas a fim de apresentar uma agenda de pesquisa. Os achados revelam que, em geral, os estudos tiveram como objetivo entender como ocorreu o processo de fechamento da profissão contábil em um determinado período e espaço, visto terem se delimitado a um país e período da história; também discutem a relação profissão e Estado e o papel das associações de classe e sindicatos no processo de fechamento da profissão. Entre os estudos, as publicações se concentram nos periódicos *Accounting, Organizations and Society*, com seis publicações; e *Accounting History* e *Critical Perspectives on Accounting*, com três publicações cada. Nem todos os periódicos têm como escopo a divulgação de pesquisas em história da contabilidade, mas incluem investigações dessa natureza. Com relação à lente teórica utilizada, a maioria deles, em um total de 19 artigos, fundamentaram suas discussões nas premissas da Teoria Sociológica das Profissões, com foco no fechamento da profissão. Também foram identificadas outras teorias como Teoria da Hegemonia de Gramsci, Teoria ator-rede, Teoria de Pierre Bourdieu e Análise Institucional Histórica Comparativa. Confirmamos, ao final, que ainda prevalecem lacunas sobre o estudo da profissionalização e fechamento da profissão, sobretudo com foco (i) na análise de períodos específicos na história de [outros] países diversos, de modo a compreender a racionalidade que sustenta o fechamento da profissão; (ii) na discussão sobre a relação Estado/Profissão, visto que o fechamento da profissão em diferentes países resulta de legislação específica o que pode apontar diferentes estágios de fechamento; (iii) discussão sobre a profissionalização de determinadas áreas da contabilidade que necessitam de credencial extra para seu exercício, como a auditoria e perícia no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Revisão Sistemática, Profissionalização Contábil, Fechamento da profissão.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma profissão é um tema discutido em diversas áreas do conhecimento, como medicina, direito, enfermagem, e serviço social, entre outras (Laing; Perrin, 2011). Inclusive na contabilidade, reconhecida como um importante instrumento para o funcionamento do sistema capitalista (Mendes; Fonseca; Sauerbronn, 2020), o tema tem sido objeto de investigação sobre a profissão contábil numa perspectiva histórica a diferentes países e períodos. Essas pesquisas são influenciadas pela literatura da sociologia das profissões (Carnegie; Edwards, 2001; Miller, 1990; Walker, 1995; Willmott, 1986).

Entre os estudos sobre a profissionalização vários deles analisam como ocorreu o processo de fechamento de uma profissão a fim de compreender quais medidas poderiam dificultar a entrada em uma determinada profissão. O fechamento profissional é um conceito da sociologia das profissões desenvolvido por Max Weber (1922), que considera que dentro da comunidade, um grupo de pessoas envolvidas numa rivalidade por oportunidades sociais ou econômicas considera benéfico limitar o acesso a esse grupo formando um monopólio, ou seja, o intuito é fechar o acesso para quem não faz parte daquele grupo (Zelinschi, 2009).

Em relação à profissionalização no campo da contabilidade, os estudos buscam explicar o fenômeno da profissionalização e a luta dos profissionais de contabilidade no processo para aquisição de *status* profissional e social, oferecendo percepção variada a depender do contexto do país e do período político e socioeconômico contemplado (Mihret; Alshareef; Bazhair, 2017).

Entende-se, portanto, que a realização de uma revisão sistemática da literatura é fundamental para o conhecimento de pesquisadores em relação ao estado do desenvolvimento científico acerca de seu objeto. As revisões sistemáticas são capazes de auxiliar os pesquisadores a identificar e conhecer as pesquisas já realizadas, assim como apontar caminhos metodológicos e demonstrar vieses que ainda não foram abordados sobre o tema (Brizola; Fantim, 2016).

Diante do exposto e considerando a profissionalização no campo contábil, emergem questões sobre como os estudos estão analisando esse processo de profissionalização e como ocorreu o fechamento da profissão, assim como quais bases teóricas têm sido utilizadas para explicar o fenômeno do fechamento das profissões. Adicionalmente, ao ponderar sobre a necessidade de maior visibilidade das discussões sobre a profissão contábil em cenários históricos, surgem questões sobre quais países têm sido objeto dos estudos e quais periódicos tem oportunizado a divulgação de pesquisas sobre a história da contabilidade.

Nesse sentido, o presente estudo buscou responder à seguinte questão: como se encontra a produção científica sobre a profissionalização contábil? Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em apresentar o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil com foco no fechamento da profissão, a partir de artigos indexados no período entre 2002 a 2022 às bases *Web of Science* e *Scopus*.

Entendemos que esta pesquisa permitirá analisar de forma sistemática os estudos proporcionando uma visão geral das evidências disponíveis sobre a profissionalização e fechamento da profissão contábil. Além disso, permite identificar quais os países e períodos foram explorados e quais podem carecer de pesquisas. Como contribuição prática, além de

promover o mapeamento da produção sobre o tema, os achados deste estudo poderão resultar na apresentação de uma agenda de pesquisa, de acordo com as lacunas encontradas. Ao identificar as lacunas no conhecimento sobre a profissionalização contábil, este estudo pode resultar em *insights* sobre o tema e orientar futuras pesquisas.

Destaca-se que na pesquisa para esse artigo foram encontrados trabalhos de revisões sistemáticas da literatura como o estudo de Chua, Dyball e Yee (2019) que revisitaram as pesquisas sobre profissionalização contábil na Ásia após 1999, o trabalho de Wen (2022), o qual revisou as pesquisas sobre profissionalização do contador na China, no período de 1980 a 2021; e o trabalho de Yapa (2022), que realizou uma revisão sistêmica da literatura publicada em língua inglesa sobre profissionalização contábil em países em desenvolvimento entre 1995 a 2020. Esses estudos confirmam a importância do uso dessa metodologia para conhecimento das investigações já realizadas.

Este artigo está dividido, além desta introdução, na seção de revisão da literatura sobre o tema profissionalização contábil, seguida dos aspectos metodológicos, análise e discussão dos resultados e, por fim as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROFISSÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO CONTÁBIL

O conceito de profissão vem sendo objeto de estudo em várias áreas do saber, sendo que seu significado tem sido discutido na literatura, sobretudo pela Sociologia. Tal conceito surgiu na Idade Média com as características do trabalho artesanal e foi se alterando conforme as mudanças ocorridas no mercado de trabalho ao longo do tempo (Assunção; Melo; Paiva, 2018). De acordo com Wilensky (1964), uma profissão pode ser aceita como uma ocupação que exerce, de forma simultânea, autoridade e jurisdição exclusiva sobre uma área de atividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público de que os seus serviços são os únicos aceitáveis. Para a Sociologia, a descrição de profissão mais amplamente aceita, é de uma comunidade autorreguladora que possui poder exclusivo, geralmente apoiado pelo Estado, para treinar novos membros e admiti-los para o mercado (Collins, 2019).

O termo profissionalização, por sua vez, tem sido definido como o processo pelo qual um grupo ocupacional pode estabelecer a sua diferença e superioridade em relação a um grupo ocupacional relacionado (Kirkham; Loft, 1993). Esse processo de profissionalização é um fenômeno essencial para a modernização da sociedade (Dubar, 2005), e de acordo com

Angelin (2010), desde o surgimento da Sociologia, desperta interesse entre os estudiosos, que fizeram reflexões teóricas e análises das atividades profissionais. É importante destacar que, neste estudo, o termo profissionalização é usado tal como Poullaos (2009) e se refere a ações e processos empreendidos para alcançar o *status* de profissional e, posteriormente, mantê-lo e aprimorá-lo por meio do profissionalismo.

Os estudos relacionados à profissionalização da contabilidade começaram analisando a dinâmica Estado-profissão, a ascensão das associações de classe contábil e como ocorreu o processo de regulamentação na contabilidade. Um dos primeiros trabalhos sobre o processo de profissionalização na área contábil foi realizado por Willmott (1986) e intitulado *Development of the major accountancy bodies in the U.K.* O trabalho analisou a profissionalização da contabilidade no Reino Unido, enfocando o surgimento, desenvolvimento e papel de associações comerciais como órgãos políticos estabelecidos para defender os interesses de seus membros. Willmott (1986) definiu a profissionalização da contabilidade como uma estratégia desenvolvida por trabalhadores qualificados para consolidar e aumentar a distância social entre eles e os clientes, e que o sucesso de tal estratégia dependia da anuência ou do apoio ao resultado por parte do Estado.

Examinando também a relação Estado-profissão, outro estudo da década de 1980, denominado *Corporatism and intraprofessional hegemony: a study of regulation and internal social order*, é atribuído a Richardson (1989). O estudo explorou a relação entre a estrutura corporativa da regulação da contabilidade pública e a ordem social interna da profissão em Ontário no Canadá e, utilizando a Teoria da Hegemonia de Gramsci, constatou que o controle social da profissão se mostra exigido e facilitado pelas estruturas corporativistas.

Outros autores que contribuíram para a literatura sobre profissionalização da contabilidade foram Chua e Poullaos (1993, 1998) e Poullaos (1993), sendo que os autores exploraram, na perspectiva weberiana, as diferentes tentativas da profissão contábil para garantir o fechamento profissional contábil na Austrália.

Na pesquisa *Rethinking the profession-state dynamic: the case of the Victorian charter attempt, 1885-1906*, Chua e Poullaos (1993) desenvolveram quatro premissas metodológicas que tiveram profunda influência no discurso sobre a profissionalização. A primeira premissa descreve as profissões como grupos ocupacionais que têm um objetivo principal transformar recursos escassos, como conhecimento e competências, em recompensas sociais e econômicas. A segunda premissa destaca que não se presume que as rotas para o encerramento sejam iguais em eficácia e nem lineares em movimento. A terceira premissa ressalta que as profissões emergem como condição para a formação do Estado e a formação

do Estado é uma condição importante para a autonomia profissional. Por fim, a quarta premissa diz que é dada muita atenção às sequências temporais, colocando, de acordo com Verhoef (2013), questões sobre a estrutura e os processos sociais quando esses são entendidos como situados concretamente no tempo e no espaço.

No trabalho sobre a profissionalização da contabilidade e o papel das associações profissionais intitulado *Regulation and organisation of accountants in China*, Hao (1999) destacou a emergência da profissão contábil durante um período de mudanças estruturais e políticas significativas na China. O autor demonstrou que, na época, o Estado mantinha um elevado grau de influência sobre a contabilidade chinesa, controlando os contabilistas do país.

Os estudos aqui mencionados denotam a existência de um esforço dos pesquisadores em entender como ocorreu a profissionalização da contabilidade e a influência do Estado, das associações e sindicatos no processo de fechamento da profissão. De acordo com Muzio e Kirkpatrick (2011), historicamente, a análise das profissões esteve ligada a questões sociológicas amplas, como o fechamento ocupacional, a estratificação e a exclusão social, a formação do Estado e associações de classe e o desenvolvimento de uma ordem econômica capitalista.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa trata-se de uma revisão sistemática da literatura cuja finalidade é identificar, selecionar e analisar os estudos existentes sobre a profissionalização contábil, de modo a mapear a produção da área, e sobretudo evidenciar as lentes teóricas utilizadas para discussão a respeito do fechamento da profissão. A escolha epistemológica baseia-se na história dos acontecimentos, cujas fontes são secundárias por tratar-se de artigos incluídos na amostra que tenham investigado a profissionalização da contabilidade.

A decisão pela revisão sistemática foi intencional, uma vez que no campo da pesquisa contábil, de acordo com Wen (2022), os estudiosos estão adotando essa abordagem metodológica devido à sua capacidade de aumentar o rigor, a profundidade e validade do processo específico de revisão. Com isso, espera-se contribuir para a apresentação de uma agenda de pesquisa, de acordo com as lacunas observadas, visto que a revisão sistemática da literatura fortalece a base de conhecimento ao extrair *insights* de uma variedade de estudos para futuras pesquisas.

3.1 Etapa da seleção das fontes bibliográficas

Para realização da revisão sistemática optou-se pela utilização das bases de dados *Web of Science* e a *Scopus*, ambas disponíveis no portal de periódicos da Capes. A opção por essas bases deve-se ao fato de ambas possuírem um grande número de revistas indexadas e apresentarem títulos reconhecidos internacionalmente pela qualidade (Rodrigues *et al.*, 2015). Quartiero e Silva (2016) ressaltam que, entre as bases indexadoras, a *Web of Science* e a *Scopus* indexam produções bibliográficas dos melhores periódicos publicados em todo o mundo, tornando-se fontes de referência para acesso às publicações que passaram por um criterioso filtro de qualidade.

Além da delimitação das fontes secundárias analisadas [artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão], às bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, a busca dos estudos relacionados à profissionalização e fechamento da profissão contábil foi delimitada aos anos de 2002 a 2022. Esse critério foi definido devido ao fato de que estudos anteriores a esse período, esbarram na dificuldade de acesso completo para leitura, uma vez que muitos artigos não estão disponíveis para domínio público.

Outra delimitação ocorreu em relação às opções de pesquisas nas bases de dados utilizadas, sendo restritas a opção de pesquisa *in topic*, em que a busca das informações ocorre no título, no resumo e nas palavras-chave das publicações. Em seguida, determinou-se pela seleção de periódicos das seguintes áreas: *Business Finance; History; History Philosophy of Science; Sociology; History of Social Sciences; Education Educational Research; Social Sciences Interdisciplinary; Humanities Multidisciplinary; e Political Science*. Por último, delimitou-se a busca a artigos científicos, excluindo qualquer outro tipo de publicação.

A partir dos critérios de inclusão e exclusão retro mencionados, e uma vez definido o campo amostral, foram definidas as palavras-chave caracterizadas como filtro para seleção dos artigos. Com vistas a uma pesquisa sobre o processo de profissionalização e fechamento profissional contábil, determinamos previamente as palavras-chave *accounting professionalisation* e *accounting profession* como termos de um eixo do referencial teórico.

Oportuno ressaltar que no presente estudo, foram utilizados termos em inglês pois, a maioria das bases e ferramentas de tratamento de dados disponibilizadas na internet usam a língua inglesa e não contemplam a língua portuguesa (Moraes; Kafure, 2020). A fim de conjugar as palavras-chave de busca com outros termos da pesquisa, como história, corporativismo e fechamento, utilizamos os termos *History, Corporatism* e *Closure*, como descrito na Quadro 1.

Quadro 1 – Definição de palavras-chave usadas para busca de publicações

<i>Accounting professionalisation and history</i>
<i>Accounting professionalisation and corporatism</i>
<i>Accounting professionalisation and Closure</i>
<i>Accounting profession and history</i>
<i>Accounting profession and corporatism</i>
<i>Accounting profession and Closure</i>

Fonte: Elaborada pelo autor.

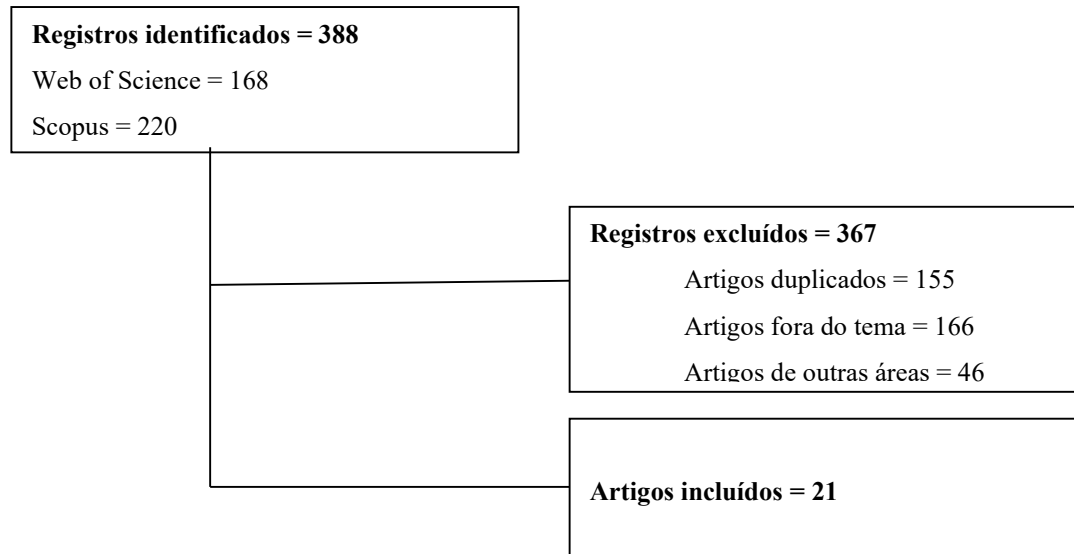
Para realização da triagem dos artigos, usou-se o aplicativo *web* móvel gratuito Rayyan QCRI¹, desenvolvido pelo *Qatar Computing Research Institute*. Com essa ferramenta, foi possível excluir materiais duplicados ao analisar os títulos, resumos, palavras-chave, classificações e justificativas para exclusão. Também foi possível classificar os resultados por assunto, autor, idioma, ano de publicação, e revisão por pares de maneira independente.

Após a identificação dos artigos por meio de palavras-chave de busca, procedeu-se à importação para o aplicativo Rayyan, nos formatos RIS (da base de dados SCOPUS) e txt (da Web of Science), totalizando 388 artigos. Na primeira etapa, conforme ilustrado na Figura 1, foram detectados 155 artigos duplicados, que foram eliminados. Em seguida, iniciou-se a análise dos 212 artigos restantes. Com o auxílio do Rayyan, avaliou-se os títulos, resumos e palavras-chave, a fim de aplicar os critérios de inclusão e exclusão. Dessa análise, foram descartados 46 artigos cujo tema não estava relacionado à contabilidade.

Além disso, na seleção dos artigos, foram excluídos aqueles que não tratavam do processo de profissionalização do contador. Priorizou-se, então, os estudos que abordavam o conceito de fechamento com base em critérios individualistas. Segundo Hammond, Clayton e Arnold (2009), o fechamento social pode ser classificado em dois tipos: o baseado em critérios coletivistas, que considera fatores como linhagem familiar, raça, etnia e gênero; e o baseado em critérios individualistas, que enfoca aspectos como educação e credenciamento. Após a exclusão dos artigos que não se enquadravam no escopo definido, 21 fontes foram incluídas na revisão final, conforme ilustrado na Figura 1.

¹ <https://rayyan.qcri.org/>

Figura 1 – Fluxograma da Revisão Sistemática



Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação aos critérios de exclusão, observa-se na Figura 1 que, após a busca e seleção de 388 artigos, foi identificada a duplicidade de 155 artigos. Em seguida, procedeu-se à leitura dos demais artigos para determinar sua relevância para a temática em análise. Resultante dessa leitura, foram excluídos 166 artigos que, mesmo embora tivessem como campo de investigação a área contábil não estavam alinhados ao tema desta revisão sistemática, que consiste em analisar o processo de profissionalização contábil. Outros 46 artigos também foram excluídos por se referirem a investigações de áreas distintas da contabilidade, restando 21 artigos que compuseram as fontes bibliográficas deste estudo.

Os estudos selecionados são apresentados na Quadro 2, onde são detalhadas informações por autoria e ano de publicação, título do artigo, país objeto do estudo, objetivos, principais resultados e lacunas de pesquisa apontadas pelos autores.

Quadro 2 – Artigos selecionados na revisão sistemática

Autores	Título	País (objeto do estudo)	Objetivo	Principais resultados	Lacunas
De Beelde, I. (2002)	Creating a profession ‘out of nothing’? The case of the Belgian auditing profession	Bélgica	Estudo sobre o surgimento e o desenvolvimento de uma profissão de auditoria na Bélgica no final dos anos de 1940 e 1950.	A iniciativa de organizar a auditoria partiu do Estado, e os profissionais existentes lutaram para obter o controle sobre esta nova estrutura profissional, além dos sindicatos que desempenhou papel fundamental.	Investigar se tipos de profissionais coexistiam, em vez de se sucederem, em diferentes grupos sociais também em outros países
Uche, C.U. (2002)	Professional accounting development in Nigeria: threats from the inside and outside	Nigéria	Analisar o desenvolvimento das profissões contabilísticas na Nigéria, examinando criticamente a dinâmica profissão/Estado que ajudou a moldar o resultado dos vários episódios na história da profissão contabilística na Nigéria.	Mostrou como o tipo de governo em vigor (militar ou democrático), as expectativas da sociedade, os grupos de interesse e as ações governamentais impactaram o desenvolvimento da profissão contábil.	
Matthews, D. (2006)	The development of British accountancy in the nineteenth century: A technological determinist approach	Grã-Bretanha	O objetivo do artigo é sugerir que o determinismo tecnológico oferece um modelo mais poderoso do desenvolvimento da contabilidade na Grã-Bretanha entre o final do século XVIII e 1914.	A sociedade contabilista não se engajaram no fechamento da entrada em um mercado e o termo monopólio é injustificado. A experiência particular britânica no século XIX foi determinada tecnologicamente.	
Sian, S. (2006)	Inclusion, exclusion and control: The case of the Kenyan accounting professionalisation project	Quênia	Explora o conceito de fechamento em projetos profissionais e sua aplicação ao desenvolvimento da profissão contábil no Quênia, uma ex-colônia britânica.	No Quênia, o projeto profissional não foi motivado pelo desejo de ascensão social coletiva dos contadores, pois os contadores expatriados já exerciam um monopólio ocupacional, mas sim pelas aspirações do Estado de implementar sua política de africanização na profissão.	
Zelinschi, D. (2009)	Legitimacy, expertise and closure in the Romanian accountant’s professional project, 1900-16	Roménia	Examinar o projeto profissional da contabilidade na Roménia durante o período de 1900 a 1916.	A regulamentação da prática de contabilidade na Roménia, foi através do surgimento de um grupo de elite formado por ex-alunos das escolas de comércio, que reagiram com um raciocínio de fechamento social e mobilidade coletiva.	

Garcia, A.; Lampe, J.C. (2011)	The History of Professionalization in U.S. Public Accountancy	EUA	Desenvolver um modelo de profissionalismo por meio da síntese de três teorias da Sociologia das Profissões.	A conclusão é que esforços concentrados durante um período aproximado de 130 anos foram necessários para que a contabilidade atingisse o status profissional de elite aos olhos dos Estados Unidos.	
Laing, G.K.; Perrin, R.W. (2011)	The iron cage of the profession: a critique on closure in the Australian Accounting Profession	Austrália	Analisar os organismos profissionais de contabilidade na Austrália e verificar como eles desenvolveram uma forma de controle burocrático sobre o processo educacional através do credenciamento de membros e do credenciamento de diplomas de contabilidade	Na Austrália, os organismos profissionais de contabilidade alcançaram um papel monopolista sobre a contabilidade através do processo de credenciamento e do reconhecimento legislativo da sua autoridade para determinar as normas contabilísticas.	
Mihret, D.G.; James, K.; Mula, J.M. (2012)	Accounting professionalization amidst alternating state ideology in Ethiopia	Etiópia	Examinar a profissionalização da contabilidade na Etiópia, com foco em como o estado, a luta do grupo ocupacional e os órgãos de contabilidade transnacionais influenciam a realização do fechamento.	O retorno a uma economia orientada para o mercado em 1991 viu uma tendência para uma profissão de contabilidade mais autônoma. O influxo de capital do Reino Unido no início do século XX e as atividades da Association of Chartered Certified Accountants (ACCA) com sede no Reino Unido nas últimas décadas influenciaram a contabilidade da Etiópia.	
Nguyen, L.; Hooper, K.; Sinclair, R. (2012)	Social Closure and Disparity in Vietnam: A Bourdieuan Analysis	Vietnã	Examinar historicamente a prática do fechamento social e a disparidade resultante na profissão contábil no Vietnã.	O encerramento social - com origem nos conceitos franceses de encerramento profissional - é citado como a principal razão para tal disparidade entre guardalivros e contabilistas profissionais no Vietnã.	
Yee, H. (2012)	Analyzing the state-accounting profession dynamic: Some insights from the professionalization experience in China	China	Investigar a dinâmica da profissão contábil estatal. Mais especificamente, enfatiza-se o exame dessa dinâmica no contexto do desenvolvimento da profissão de contador público em uma sociedade não ocidental e, supostamente, não capitalista, a saber, a China.	Em vez de uma segmentação profissional sustentada, como foi o caso nos países ocidentais, o conflito intraprofissional realmente levou à unificação da profissão de contador público na China – um resultado que tornou a experiência chinesa bastante singular. Tal resultado fornece um vislumbre de como a sociedade chinesa funciona, o que poderia ser atribuído a um sistema diferente de poder, suas influências ideológicas e os	

				valores culturais que o povo chinês usa para mapear seu mundo.	
Verhoef, G. (2013)	Reluctant ally: The development of statutory regulation of the accountancy profession in South Africa, 1904–1951	África do Sul	Investigar o desenvolvimento do ambiente regulatório estatutário da profissão contábil, que gradualmente emergiu junto com as estruturas próprias da profissão	O crescimento da economia sul-africana criou uma procura crescente de contabilistas profissionais, e muitos contabilistas da Grã-Bretanha emigraram para a África do Sul (ou para as antigas colônias sob controle britânico, que mais tarde formaram a União da África do Sul em 1910). A regulamentação profissional permaneceu uma preocupação profissional até a Lei de 1951, que criou o Conselho de Contadores e Auditores Públicos.	
Agrizzi, D.; Sian, S. (2015)	Artificial corporatism: A portal to power for accountants in Brazil	Brasil	Evidencia a transformação do modus operandi dos contadores e sua ascendência no Brasil no período entre 1902 a 1946.	No início do século XX, o Estado adotou uma política de patrocinar a sindicalização dos trabalhadores como forma de obter cooperação em troca de acesso. Na contabilidade, esta forma inicial de associação foi restringida de muitas maneiras, mas também lançou as bases para os sindicatos de contabilidade pressionarem por legislação para melhorar a educação e para a organização profissional nacional em 1946.	
Mihret, D.G; Alshareef, M.N.; Bazhair, A. (2017)	Accounting professionalization na the state: the case of Saudi Arabia	Arábia Saudita	Este estudo examina o projeto profissional da Organização Saudita de Contadores Públicos Certificados (SOCPA) e como garantiu autoridade legislada para controlar o estabelecimento de padrões e a entrada na prática profissional antes de a organização desenvolver capacidade técnica e financeira como órgão profissional.	Este estudo ilustrou que a hibridização (afastamento da aspiração inicial do projeto profissional de estabelecer uma associação profissional permite que um grupo ocupacional forme alianças com o Estado e outros grupos potencialmente concorrentes para garantir controles de entrada, apesar de não ter capacidade demonstrada como organismo profissional.	Os resultados sugerem a necessidade de investigar a profissionalização contábil tendo em vista as interações dinâmicas dos amplos objetivos sociais defendidos pelo Estado, o modelo de governança predominante e as estratégias dos grupos ocupacionais.
Alferjani, M. Mirshekary, S., Dellaportas,	Development of accounting regulatory institutions in Libya (1951-2006)	Líbia	Este estudo procura explicar as forças motrizes por detrás do desenvolvimento de instituições reguladoras contabilísticas na Líbia pós-colonial.	O desenvolvimento da regulamentação contabilística na Líbia remonta à história político-econômica pós-colonial que ocorreu independentemente do passado colonial do país. As consequências imediatas do	Examinar o funcionamento real das instituições reguladoras contábeis na Líbia e em outros países com cenário semelhante.

S. Mihret, D.G Yatian, A. (2018)				colonialismo (1951-1968) mostraram que as práticas contabilísticas ocidentais utilizadas pelas empresas ocidentais que operam na Líbia estavam imbuídas de uma ideologia pró-Occidente	
Ahn, P.D.; Jacobs, K. (2019)	Beyond the accounting profession: A professionalisation project in the South Korean public sector accounting field	Coreia do sul	Explorar a profissionalização da contabilidade na Coreia do Sul foi moldada por ambientes políticos, econômicos e sociais e por atores humanos.	Os principais fundadores da Associação Coreana de Contabilidade Governamental incluíam alguns professores de administração pública, que defendiam a contabilidade de competência do setor público por meio de grupos da sociedade civil imediatamente após a Coreia solicitar empréstimos de resgate ao Fundo Monetário Internacional e um novo governo ser formado em 1997/1998. Em conjunto com servidores públicos, eles definiram e projetaram a contabilidade de competência do setor público como uma medida de reforma do setor público e como parte do processo orçamentário mais amplo do governo, e não como uma iniciativa contábil.	pesquisas sobre projetos de profissionalização em ambientes culturais, onde tanto as forças estruturais quanto a agência individual sejam examinadas, e onde os elementos simbólicos são tão críticos quanto o conhecimento contábil funcional e as habilidades técnicas, contribuam para nossa compreensão da construção e representação da profissão contábil e conhecimento contábil.
Mihret, D.G.; Mirshekary, S.; Yafian, A. (2020)	Accounting professionalization, the state, and transnational capitalism: The case of Iran	Irã	Examinamos a profissionalização da contabilidade no Irã para compreender a adaptação controlada pelo Estado da organização profissional de contabilidade do Irã em resposta à pressão transnacional.	O estudo mostra que a ocupação contabilística do Irã como elemento da sociedade civil foi reconstituída através da interação entre a mudança da ideologia do Estado e o capitalismo transnacional ao longo das últimas cinco décadas. O desejo do Estado de integrar o Irã no sistema financeiro global nas últimas décadas impulsionou mudanças na organização profissional de contabilidade do Irã para o alinhamento com as normas transnacionais.	Estudos com a compreensão do capitalismo transnacional em outras abordagens como a conceituação da biopolítica de Foucault no contexto do governo neoliberal.
Bicudo de Castro, V.; Mihret, D. (2020)	Accounting professionalisation in Brazil: Resistance and co-optation in the introduction of a professional entry exam (1999–2010)	Brasil	Investiga como o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) no Brasil transformado em um órgão de contabilidade profissional de pleno direito com controles de entrada.	Os resultados mostraram como uma mudança na estratégia e na justificativa para o controle de entrada produziu um resultado diferente. Ou seja, o CFC cooptou os alunos de contabilidade e o MEC, que resistiu à tentativa anterior do CFC, e reformulou sua justificativa para os vestibulares em torno de	

				uma agenda socioeconômica da época.	
Ghattas, P.; Soobaroyen, T.; Marnet, O. (2021)	Charting the development of the Egyptian accounting profession (1946–2016): An analysis of the State-Profession dynamics	Egito	Analisar noções de fechamento profissional e economia política para analisar o desenvolvimento da profissão contábil egípcia (1946-2016).	As tentativas da Sociedade Egípcia de Contadores e Auditores (ESAA) tentou incorporar o modelo “anglo-americano”, mas foram restringidos pelo Estado, permitindo que profissionais nativos não credenciados e relativamente menos qualificados fossem registrados como contabilista qualificados.	
Vasconcelos et al. (2020)	Requirements demanded of accounting practitioners by the market in the second half of the 19th century	Brasil	Identificar os requisitos exigidos pelo mercado aos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX no estado do Pará.	Os resultados desta pesquisa indicam que o mercado exigia que os praticantes contábeis fossem do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 16 anos, com boa conduta atestada por fiador e conhecimento prático que nem sempre era restrito ao universo contábil. Os achados demonstram que não havia definição objetiva dos limites da identidade da ocupação e, em essência, os requisitos exigidos dos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX persistem temporalmente.	A continuidade desta pesquisa, com estudos mais aprofundados relacionados aos guarda-livros, pautados em outras fontes de pesquisa, como acervos bibliotecários ou, ainda, o desenvolvimento de novas pesquisas que apresentem a transformação no mercado de serviços contábeis, com ênfase na evolução do conceito “ocupação” a “profissão” na área da contabilidade. Outras contribuições para a história da contabilidade no Brasil podem ser apresentadas por meio de lentes teóricas capazes de questionar a renovação da contabilidade, posicionando-a como prática social que pode influenciar e ser influenciada pelo ambiente no qual opera.
Wen, W. J.; Humphrey, C.; Sonnerfeldt,	The strategic significance of the CICPA in the making of a Chinese home-	China	Fornecer um estudo detalhado e longitudinal do papel e das estratégias do Instituto Chinês de Contadores Públicos Certificados (CICPA) na	Revela uma história empírica mais matizada do desenvolvimento profissional da contabilidade na China, na qual o Instituto Chinês de Contadores Públicos Certificados	O trabalho do CICPA merece a continuação da investigação empírica sobre o que será provavelmente

A. (2021)	grown public accounting profession		construção de uma profissão chinesa de contabilidade pública local desde o final da década de 1980.	(CICPA) teve mais influência estratégica do que é atualmente representado em literatura contábil existente.	um ambiente interno em rápido desenvolvimento na China. Estudo com mais profundidade da natureza do relacionamento entre o CICPA e o Partido Comunista da China e o impacto dessa relação, especialmente o apoio da CICPA às empresas de contabilidade indígena.
Rodrigues, L.L.; Craig, R. (2022)	Using historical institutional analysis of corporatism to understand the professionalization of accounting in Latin America	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México	Investigar os fatores que influenciaram a profissionalização da contabilidade em cinco países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México).	As políticas de Estado referentes à constituição e atividade continuada dos movimentos sindicais organizados foram influências importantes na evolução da profissão contábil. Geralmente, períodos de corporativismo que caracterizaram incentivos para o movimento trabalhista foram propícios ao fechamento do mercado e ao surgimento e crescimento de corpos profissionais de contabilidade. Os desenvolvimentos nas leis relativas aos órgãos trabalhistas organizados (como os sindicatos) geralmente precedem a promulgação de regulamentos direcionados especificamente para endossar a formação e operação de associações profissionais de contabilidade.	Uma análise mais aprofundada dos países individuais aqui explorados. Além de examinar se o fechamento do mercado de uma profissão em outros países latino-americanos e em outras partes do mundo pode ser explicado pela relação entre o Estado e uma profissão. Especificamente, a investigação poderia ser direcionada para determinar se o fechamento do mercado pode ser explicado pelo nível de incentivos e restrições corporativistas, as escolhas estratégicas de líderes políticos e profissionais em relação a incentivos e restrições; e pelo contexto do ambiente, momentos críticos, sequências de auto reforço ou sequências reativas envolvido. Explorar se os incentivos para a

					profissionalização da contabilidade ficaram para trás e foram mais estáveis do que os incentivos para o movimento operário organizado; e em segundo lugar, se a relação entre incentivos e restrições era mais positiva para a profissionalização da contabilidade do que para o movimento trabalhista organizado.
--	--	--	--	--	---

Fonte: dados da pesquisa.

4 RESULTADOS

A análise dos artigos evidencia que as discussões em torno da profissionalização da contabilidade vêm se mantendo constante ao longo dos anos, a partir dos anos 2000, com média de 2 estudos a cada ano. À exceção de Dessalegn Mihret, que têm quatro estudos das fontes selecionadas em coautoria com outros pesquisadores, e em seus estudos analisou a profissionalização contábil da Etiópia, Arábia Saudita, Líbia e Brasil. Os demais são de autores com uma única publicação ao longo do período delimitado.

Sobre o objetivo dos artigos analisados, percebe-se que há esforços em entender como surgiu e se desenvolveu a profissão contábil em um determinado país, sendo o estudo de De Beelde (2002) direcionado à análise de uma área específica da contabilidade: a auditoria. A maioria dos estudos também tem como objetivo analisar como ocorreu o processo de fechamento e/ou monopolização profissional da contabilidade em um determinado país e período da história. Além disso, discutem a relação entre profissão e Estado, apontando o papel do Estado no processo de profissionalização e de fechamento profissional da contabilidade, semelhante ao que foi realizado nos estudos das décadas de 1980 e 1990.

Quanto ao contexto analisado, identificou-se uma diversidade de países, com destaque para dois estudos delimitados à China e quatro ao Brasil. Os estudos analisaram países da África e Ásia, com seis estudos cada um, quatro da América Latina, três da Europa e um estudo na Oceania. De modo geral, os resultados apontam a influência do Estado no processo de profissionalização, seja facilitando-o por meio de leis e decretos, ou por meio do papel desempenhado por sindicatos e profissionais que já exerciam a função.

As pesquisas realizadas especificamente sobre o Brasil foram justificadas devido ao importante papel dos grupos ocupacionais na profissionalização contábil durante o período de 1902 a 1946, como observado por Agrizzi e Sian (2015). Esse fato contrasta com a tendência predominante na literatura, que sugere que Estados centralizadores e autoritários geralmente relutam em delegar autoridade a grupos ocupacionais. O estudo de Castro e Mihret (2020) discutiu a tentativa malsucedida do CFC em introduzir um exame de admissão profissional (1999-2004) e, posteriormente, o estabelecimento de uma rede de apoio bem-sucedida para garantir o apoio legislativo para o exame (2005-2010).

Vasconcelos *et al.* (2020), em uma pesquisa historiográfica, verificaram os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho para os profissionais de contabilidade em um estado brasileiro, o Pará, até então pouco explorado pela pesquisa acadêmica. Por fim, o estudo de Rodrigues e Craig (2022) analisou o processo de profissionalização nos países Brasil,

Argentina, Chile, Colômbia e México, justificando a investigação por serem ex-colônias de Portugal e Espanha. Na Figura 2 são sintetizados, em ordem crescente de frequência de publicações, os periódicos nos quais os estudos foram aceitos para publicação.

Figura 2 – Número de artigos por periódicos



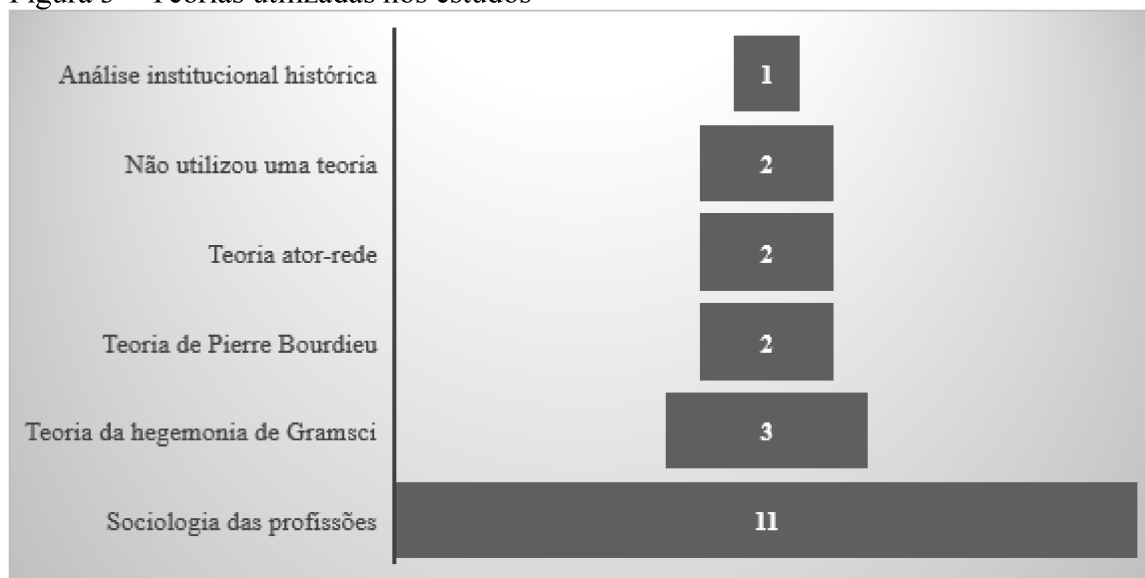
Fonte: Elaborada pelo autor.

Quanto aos periódicos nos quais os artigos foram publicados, identificou-se que o periódico mais frequente foi *Accounting, Organizations and Society* com seis publicações, seguido das revistas *Accounting History* e *Critical Perspectives on Accounting*, ambas com três publicações cada. Cabe ressaltar, que o *Accounting, Organizations and Society* é reconhecido como um dos principais periódicos da área de contabilidade e tem incluído no seu escopo estudos históricos do surgimento da profissão contábil.

De acordo com o estudo de Bartoluzzio, Pedroso e Sauerbronn (2022), foi observado um crescimento significativo na maturidade da história da contabilidade, refletindo na diversidade temática, contextual e de abordagens nas publicações. Esse desenvolvimento se manifesta em diversas revistas, como *Accounting, Auditing and Accountability Journal* (Austrália), *Critical Perspectives on Accounting* (EUA), *Accounting, Organizations and Society* (Reino Unido), *Accounting History Review* (UK), *Accounting History* (Austrália), *Accounting Historians Journal* (EUA) e *Accounting History Review* (Canadá-UK). Destaca-se que a maior parte dos artigos analisados foi publicado no periódico *Accounting, Organizations and Society*, o que pode ser explicado pelo fato de que estudos históricos acerca da gênese da contabilidade e suas empresas serem um dos tópicos abrangidos por essa revista (*Accounting, Organizations and Society*, 2024).

Muitos estudos sobre a profissionalização da contabilidade utilizam teorias para embasar os resultados da pesquisa. Na Figura 3 é apresentado as teorias que foram utilizadas nos artigos que compõe esta revisão sistemática.

Figura 3 – Teorias utilizadas nos estudos



Fonte: Elaborada pelo autor.

A teoria predominante, como se vê na Figura 3, é a Teoria Sociológica das Profissões usada por Uche (2002), Matthews (2006), Sian (2006), Zelinschi (2009), Garcia e Lampe (2011), Laing e Perrin (2011), Mihret et al. (2012), Verhoef (2013), Agrizzi e Sian (2015), Vasconcelos et al. (2020) e Ghattas, Soobaroyen e Marnet (2021). Esses estudos fundamentam-se na Sociologia das Profissões que compreende três correntes: funcionalista (Durkheim e Persons), interacionista (Escola de Chicago) e neoweberiano, representada por Terense Johnson, Eliote Freidson e Magali Sarfatti Larson, que avançam na abordagem e revisão do pensamento de Weber, baseada no poder das profissões (Rodrigues, 2002).

Os trabalhos que adotaram a Sociologia das Profissões analisaram o desenvolvimento da profissão em países como Brasil, Estados Unidos, Austrália, e África do Sul, entre outros. Em sua maioria, as pesquisas usaram o conceito de fechamento profissional da contabilidade desenvolvido por Weber. Também conhecido como fechamento social ou monopólio legal, esse conceito refere-se ao processo de subordinação pelo qual um grupo monopoliza vantagens, fechando oportunidades para outros grupos externos a ele (Verhoef, 2013).

Outra teoria utilizada nos estudos abrangidos por esta revisão é a Teoria da Hegemonia de Gramsci, explorada nos trabalhos de Yee (2012), Mihret, Mirshekary e Yaftian

(2020) e Wen, Humphrey e Sonnerfeldt (2021). Essa teoria é caracterizada pelo consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo fundamental dominante (Yee, 2012). Nos estudos citados, a teoria corrobora a argumentação sobre como o Estado assumiu um papel de autoridade e dominante dentro da contabilidade, bem como a discussão sobre o impacto das ideologias políticas nas mudanças das práticas contábeis.

A Teoria de Bourdieu sobre profissionalização foi explorada nas pesquisas de Nguyen, Hooper e Sinclair (2012) e Ahn e Jacobs (2019). A teoria aborda a dominação e revela os mecanismos ocultos pelos quais a dominação é reproduzida (Nguyen; Hooper; Sinclair, 2012). Segundo Bourdieu, há uma estrutura objetiva na relação entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições dentro de um espaço social. No contexto da contabilidade, observa-se uma estrutura na qual os contadores qualificados são considerados mais confiáveis que os guarda-livros e contadores não qualificados, o que reproduz uma estrutura social na qual os primeiros ocupavam posições mais dominantes (Ahn; Jacobs, 2019).

A Teoria Ator-Rede foi empregada em dois artigos desta revisão, o de Mihret, Alshareef e Bazhair (2017) e de Castro e Mihret (2020). Essa teoria permite explicar como novas ideias são adotadas por meio de processos sociais complexos, nos quais os atores forjam alianças com outros para alcançar objetivos (Castro; Mihret, 2020). Na contabilidade, os atores envolvidos na profissionalização contábil, como profissionais aspirantes ou em atividades, acadêmicos, o Estado e os clientes dos profissionais, trabalham em conjunto para promover interesses comuns, construindo uma rede de apoio e obtendo recursos de outros atores para promover suas agendas (Mihret; Alshareef; Bazhair 2017). O conceito da Teoria Ator-Rede é relevante para os estudos sobre profissionalização, uma vez que não apenas resulta em poder de exclusão para alguns grupos profissionais, mas também define as relações regulatórias entre a profissão e o Estado (Mihret; Alshareef; Bazhair 2017).

O estudo de Rodrigues e Craig (2022) utilizou a Análise Institucional Histórico Comparativa. O institucionalismo histórico oferece uma abordagem benéfica à análise institucional, pois reconhece que a mudança histórica é moldada ao longo de períodos extensos por meio de sequências de comportamentos sociais, políticos e econômicos. Este enfoque tem origem com estudos de política comparada entre países, especialmente na economia política comparada, e é inspirado tradições oriundas de Weber e Polanyi (Thelen, 1999). No institucionalismo histórico, uma conjuntura crítica é vista como um período de mudança significativa que normalmente ocorre de maneiras distintas em diferentes países. A análise institucional histórica tem como objetivo principal estimar o impacto das variações

nas formas institucionais em determinados resultados. No caso do estudo de Rodrigues e Craig (2022), esse resultado é a profissionalização contábil.

Por fim, os estudos de De Beelde (2002) e Alferjani et al. (2018) não utilizaram base teórica para fundamentar seus estudos. Todavia a relação Estado-profissão foi constatada em ambas as pesquisas. Nota-se, contudo, o poder das profissões. De Beelde (2002) aponta que os profissionais lutaram para obter o controle da profissão contábil sobre uma nova estrutura profissional, evidenciando que os sindicatos desempenharam papel fundamental nesse processo. Já Alferjani et al. (2018) confirmaram que políticas pró-colonialistas influenciaram na organização da profissão contábil na Líbia, seu campo de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em torno da profissão contábil, o objetivo deste estudo foi verificar como se encontra o estado da arte da produção científica sobre a história da profissão contábil, a partir de artigos indexados nas bases *Web of Science* e *Scopus*, no período entre 2002 e 2022. Ao longo da seção aspectos metodológicos, o presente estudo apresentou os procedimentos para a seleção dos artigos e realizou uma análise dos trabalhos que tivessem como tema o processo de profissionalização e fechamento profissional contábil. O resultado foi um total de 21 artigos.

A amostra dos estudos selecionados revelou que, em média, dois novos estudos são publicados a cada ano. Observou-se também uma diversidade de autores, com exceção de Dessalegn Getie Mihret que, sozinho e em parceria com outros autores, escreveu quatro trabalhos. O estudo também mostrou que, em geral, o objetivo dos trabalhos foi entender o desenvolvimento da profissão contábil e como ocorreu o processo de fechamento profissional da contabilidade em um determinado país e período da história. Além de também discutir a relação profissão e Estado e o papel das associações de classe e sindicatos nesse processo.

Quanto ao país objeto de estudo, a maioria dos artigos se concentrou no Brasil e na China. Em relação a publicação, a maior parte dos artigos foi publicada em revistas como *Accounting, Organizations and Society*, *Accounting History* e *Critical Perspectives on Accounting*, que são periódicos que vem crescendo a quantidade de publicações na área de história da contabilidade.

Ao final, o estudo constatou que a maioria dos artigos selecionados utilizou uma base teórica para fundamentar seus resultados, sendo a Sociologia das Profissões a mais empregada, especialmente com foco no fechamento da profissão. Outras teorias, como a

Teoria da Hegemonia de Gramsci, Teoria Ator-Rede, Teoria de Pierre Bourdieu e Análise Institucional Histórica Comparativa, também foram utilizadas.

Confirmamos, ao final, que ainda prevalecem lacunas sobre o estudo da profissionalização e fechamento da profissão, sobretudo com foco (i) na análise de períodos específicos na história de [outros] países diversos, de modo a compreender a racionalidade que sustenta o fechamento da profissão; (ii) na discussão sobre a relação Estado/Profissão, visto que o fechamento da profissão em diferentes países resulta de legislação específica o que pode apontar diferentes estágios de fechamento; (iii) discussão sobre a profissionalização de determinadas áreas da contabilidade que necessitam de credencial extra para seu exercício, como a auditoria e perícia no contexto brasileiro.

Este estudo, ao realizar uma revisão sistemática sobre a profissionalização do contador, apresenta um contributo para um maior entendimento sobre o interesse dos pesquisadores, bem como a teoria utilizada e possíveis revistas para publicações. Desta forma, a principal contribuição é auxiliar pesquisadores a entender e contextualizar a temática, de forma que futuras pesquisas sejam desenvolvidas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de uma análise do perfil dos autores que investigam nesta área, assim como as bases para consulta a fim de mapear uma quantidade maior de fontes.

Com base no mapeamento das publicações sobre a profissionalização na área contábil, identificamos alguns direcionamentos para pesquisas futuras sobre o tema. A natureza da pesquisa histórica é a delimitação espacial e temporal da investigação à localidades e períodos históricos específicos, e em função dessa abordagem, sugerimos:

- i) a expansão desses estudos para outros países e contextos (continentes) que, em função de suas especificidades, podem sugerir novas possibilidades de compreensão do fenômeno da profissionalização na área contábil;
- ii) estudos que analisem o processo de profissionalização comparando o país colonizado com o país colonizador.
- iii) estudos que analisem o perfil dos autores que pesquisam sobre o processo de profissionalização da contabilidade.
- iv) pesquisas que analisem o fechamento social coletivo, a partir de categorias como raça, gênero e classe social.
- v) análise do perfil dos autores que investigam nesta área.
- vi) analisar a profissionalização no período político da Era Vargas, a fim de verificar a contribuição do Estado para o fechamento da profissão.

REFERÊNCIAS

ABUROUS, Dina. Understanding cultural capital and habitus in Corporate Accounting: A postcolonial context. **Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 45, n. 2, p. 154-179, 2016. <https://doi.org/10.1080/02102412.2016.1162973>

ACCOUNTING, ORGANIZATIONS AND SOCIETY. (2024). About the journal. *Accounting, Organizations and Society*. <https://www.sciencedirect.com/journal/accounting-organizations-and-society>.

AGRIZZI, Dilla; SIAN, Suki Artificial corporatism: A portal to power for accountants in Brazil. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 56-72, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235414000197>. Acesso em: 15 mai. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.02.003>

AHN, Paul D.; JACOBS, Kerry Beyond the accounting profession: A professionalisation project in the South Korean public sector accounting field. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 32, n. 1, p. 101-132, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-11-2016-2795/full/html>. Acesso em: 09 ago. 2023. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2016-2795>

ALFERJANI, Mansour; MIRSHEKARY, Soheila; DELLAPORTAS, Steven; MIHRET, Dessalegn, Getie. Development of accounting regulatory institutions in Libya (1951-2006). **Accounting Research Journal**, v. 31, n. 2, p. 267-283, 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ARJ-01-2015-0007/full/html>. Acesso em: 26 out. 2023. <https://doi.org/10.1108/ARJ-01-2015-0007>

ANGELIN, Paulo Eduardo. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **REDD Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/4390/3895>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Jéssica Santos; PAIVA, Gabriela Fernanda de Alcântara Valença. A relação entre a Controladoria e a Administração: Especialização ou Invasão de Área?. **Journal of Perspectives in Management-JPM**, v. 2, n. 1, p. 32-46, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/jpm/article/view/236825>. Acesso em: 16 out. 2023. <https://doi.org/10.51359/2594-8040.2018.236825>

BARTOLUZZIO, Alann Inaldo Silva; PEDROSO, Claudio Nascimento; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Revisitando abordagens em estudos históricos na contabilidade para uma agenda de pesquisa no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, p. 170-187/188-203, 2022. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/916>. Acesso em 07 jan. 2024.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CALO, Natália Causada; FERREIRA, Juliana Carvalho; PATINO, Cecília Maria. Revisões sistemáticas: uma breve visão geral. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/N5DrJyj9hpPzrhBWt4TzLYG/?lang=en>. Acesso em: 25 out. 2023.

CARNEGIE, Garry D.; EDWARDS, John Richard. The construction of the professional accountant: the case of the Incorporated Institute of Accountants, Victoria (1886). **Accounting, Organizations and Society**, v. 26, n. 4-5, p. 301-325, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(00\)00039-8](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(00)00039-8). Acesso em: 07 jan. 2024. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(00\)00039-8](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(00)00039-8)

CASTRO GOMES, Ângela Maria de. A representação de classes na Constituinte de 1934. **Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 3, p. 53-116, 1978. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59838/58162>. Acesso em 16 nov. 2023.

CHUA, Wai Fong; POULLAOS, Chris. Rethinking the profession-state dynamic: The case of the Victorian charter attempt, 1885–1906. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 7-8, p. 691-728, 1993. Disponível: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90049-C](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90049-C). Acesso em: 29 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90049-C](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90049-C)

CHUA, Wai Fong; POULLAOS, Chris. The dynamics of “closure” amidst the construction of market, profession, empire and nationhood: An historical analysis of an Australian accounting association, 1886-1903. **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, p. 155-187, 1998. Disponível: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00009-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00009-3). Acesso em: 29 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(97\)00009-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(97)00009-3)

CHUA, Wai Fong; DYBALL, Maria Cadiz; YEE, Helen. Professionalization in Asia—whence and whither. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 32, n. 8, p. 2253-2281, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-04-2018-3454/full/html>. Acesso em: 29 out. 2023. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2018-3454>

COLLINS, Randall. **The credential society: An historical sociology of education and stratification**. Columbia University Press, 2019. <https://doi.org/10.7312/coll19234>

DE BEELDE, Ignace. Creating a profession ‘out of nothing’? The case of the Belgian auditing profession. **Accounting, organizations and society**, v. 27, n. 4-5, p. 447-470, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368201000459?via%3Dihub>. Acesso em: 26 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00045-9](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00045-9)

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Portugal: Porto Editora, 2005.

ENSSLIN, Leonardo et al. ProKnow-C, Knowledge Development Process—Constructivist: processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. **Brasil:[sn]**, 2010.

GARCIA, Andy; LAMPE, James C. The history of professionalization in US public accountancy. In: **Research on professional Responsibility and Ethics in Accounting**. Emerald Group Publishing Limited, 2011. p. 1-45. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/235290297_The_History_of_Professionalization_in_US_Public_Accountancy. Acesso em: 05 ago. 2023. [https://doi.org/10.1108/S1574-0765\(2011\)0000015004](https://doi.org/10.1108/S1574-0765(2011)0000015004)

GHATTAS, Petter; SOOBAROYEN, Teerooven; MARNET, Oliver. Charting the development of the Egyptian accounting profession (1946–2016): An analysis of the State-Profession dynamics. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 78, p. 102159, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235420300125>. Acesso em 06 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102159>

HAMMOND, Theresa; CLAYTON, Bruce Michael.; ARNOLD, Patricia Jean. South Africa's transition from apartheid: The role of professional closure in the experiences of black chartered accountants. **Accounting, organizations and society**, v. 34, n. 6-7, p. 705-721, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S036136820800072X>. Acesso em: 22 jun. 2024. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2008.09.002>

HAO, Ping Zhen. Regulation and organisation of accountants in China. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 12, n. 3, p. 286-302, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09513579910277375>. Acesso em 29 out. 2023. <https://doi.org/10.1108/09513579910277375>

KIRKHAM, Linda M.; LOFT, A. Gender and the construction of the professional accountant. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 6, p. 507-558, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/036136829390002N>. Acesso em: 07 ago. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90002-N](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90002-N)

LAING, Gregory K.; PERRIN, Ronald W. The iron cage of the profession: a critique on closure in the Australian accounting profession. 2011. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/commpapers/2316/>. Acesso em 26 out. 2023. <https://doi.org/10.5539/ass.v7n6p35>

MATTHEWS, Derek. The development of British accountancy in the nineteenth century: A technological determinist approach. **Business History**, v. 48, n. 4, p. 501-528, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00076790600808641>. Acesso em: 26 out. 2023. <https://doi.org/10.1080/00076790600808641>

MENDES, David; FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Modes of ideology and coloniality in the accounting textbook. **Education Policy Analysis Archives**, [S. l.], v. 28, p. 99, 2020. DOI: 10.14507/epaa.28.5061. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5061>. Acesso em: 12 jan. 2024. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5061>

MIHRET, Dessalegn Getie; ALSHAREEF, Mohammed Naif; BAZHAIR, Ayman. Accounting professionalization and the state: The case of Saudi Arabia. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 45, p. 29-47, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235417300229?via%3Dihub>. Acesso em: 26 out. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.03.001>

MIHRET, Dessalegn Getie; JAMES, Kieran; MULA, Joseph M. Accounting professionalization amidst alternating state ideology in Ethiopia. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 7, p. 1206-1233, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09513571211263248/full/html>. Acesso em: 05 ago. 2023. <https://doi.org/10.1108/09513571211263248>

MIHRET, Dessalegn Getie; MIRSHEKARY, Soheila; YAFTIAN, Ali. Accounting professionalization, the state, and transnational capitalism: The case of Iran. **Accounting, organizations and society**, v. 82, p. 101091, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S036136821930087X?via%3Dihub>. Acesso em: 26 out. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2019.101091>

MILLER, Peter. On the interrelations between accounting and the state. **Accounting, organizations and Society**, v. 15, n. 4, p. 315-338, 1990. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/036136829090022M>. Acesso em: 16 dez. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(90\)90022-M](https://doi.org/10.1016/0361-3682(90)90022-M)

MUZIO, Daniel; KIRKPATRICK, Ian. Introduction: Professions and organizations-a conceptual framework. **Current sociology**, v. 59, n. 4, p. 389-405, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392111402584>. Acesso em: 14 ago. 2023. <https://doi.org/10.1177/0011392111402584>

NGUYEN, Lisa; HOOPER, Keith; SINCLAIR, Rowena. Social closure and disparity in Vietnam: A Bourdieuan analysis. **Asian Journal of Business and Accounting**, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://mojem.um.edu.my/index.php/AJBA/article/view/2657>. Acesso em 26 out. 2023.

POULLAOS, Chris. Making profession and state, 1907 to 1914: the ACPA's first charter attempt. **Abacus**, v. 29, n. 2, p. 196-229, 1993. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1993.tb00431.x>

POULLAOS, Chris. Professionalisation. In J. R. Edwards, & Walker, S. P. (Eds.), *The Routledge Companion to Accounting History* (pp. 247-273). London: Routledge, 2009.

QUARTIERO, Emanuel; DA SILVA, Edna Lúcia. Perfil dos periódicos brasileiros mantidos por IES e sistema Qualis: análise dos títulos indexados na Web of Science e Scopus. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 2, p. 156-181, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/96733>. Acesso em 10 out. 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7i2p156-181>

RICHARDSON, Alan J. Corporatism and intraprofessional hegemony: a study of regulation and internal social order. **Accounting, Organizations and Society**, v. 14, n. 5-6, p. 415-431, 1989. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(89\)90009-3](https://doi.org/10.1016/0361-3682(89)90009-3). Acesso em 26 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(89\)90009-3](https://doi.org/10.1016/0361-3682(89)90009-3)

RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell. Using historical institutional analysis of corporatism to understand the professionalization of accounting in Latin America. **Accounting, Organizations and Society**, v. 97, p. 101330, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368221001082>. Acesso em: 15 ago. 2023.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

RODRIGUES, Rosangela Schwarz; QUARTIERO, Emanuel; NEUBERT, Patrícia. Periódicos científicos brasileiros indexados na Web of Science e Scopus: estrutura editorial e elementos básicos. **Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 138, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/117>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neoweberiana na sociologia das profissões. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 10-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2014v11n1p10/28677>. Acesso em: 22 jun. 2024. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2014v11n1p10>

SIAN, S. Inclusion, exclusion and control: The case of the Kenyan accounting professionalisation project. **Accounting, organizations and society**, v. 31, n. 3, p. 295-322, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S036136820500005X>. Acesso em: 13 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2005.01.004>

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual review of political science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.2.1.369>

UCHE, Chibuiké U. Professional accounting development in Nigeria: threats from the inside and outside. **Accounting, Organizations and society**, v. 27, n. 4-5, p. 471-496, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368201000071>. Acesso em: 10 ago. 2023. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00007-1](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00007-1)

VASCONCELOS, Angélica; SILVA, Adriana; GOMES, Patrik; VIEIRA, Cilene. Requisitos exigidos pelo mercado aos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 32, n. 85, p. 65-79, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909470. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/6yvS4mhZHVvxPBx8C5vWcqH/?lang=en>. Acesso em 22 fev. 2023. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909470>

VERHOEF, Grietjie. Reluctant ally: The development of statutory regulation of the accountancy profession in South Africa, 1904–1951. **Accounting History**, v. 18, n. 2, p. 163-191, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1032373212471168>. Acesso em: 26 out. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373212471168>

WALKER, Stephen P. The genesis of professional organization in Scotland: A contextual analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 4, p. 285-310, 1995. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(94\)00030-Y](https://doi.org/10.1016/0361-3682(94)00030-Y). Acesso em 26 set. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(94\)00030-Y](https://doi.org/10.1016/0361-3682(94)00030-Y)

WEBER, Max (1995), *Economie et Société*. Paris: Plon, translated from *Wirtschaft und Gesellschaft* (1922), 1995

WEN, Wenjun; HUMPHREY, Christopher; SONNERFELDT, Amanda. The strategic significance of the CICPA in the making of a Chinese home-grown public accounting profession. **Accounting and Business Research**, v. 51, n. 6-7, p. 636-676, 2021. Disponível

em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00014788.2021.1935684>. Acesso em 01 nov. 2023. <https://doi.org/10.1080/00014788.2021.1935684>

WEN, Wenjun. Taking stock and moving forward: a systematic literature review on accounting professionalisation in China, 1980–2021. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 12, n. 2, p. 238-278, 2022. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JAEE-11-2020-0292/full/html>. Acesso em: 17 ago. 2023. <https://doi.org/10.1108/JAEE-11-2020-0292>

WILENSKY, H. L. The professionalization of everyone? **American Journal of Sociology**, v. 70, n. 2, p. 137-158, 1964. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2775206>. Acesso em: 12 jan. 2023. <https://doi.org/10.1086/223790>

WILLMOTT, Hugh. Organising the profession: a theoretical and historical examination of the development of the major accountancy bodies in the UK. **Accounting, Organizations and Society**, v. 11, n. 6, p. 555-580, 1986. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90036-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90036-X). Acesso em 26 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90036-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90036-X)

YAPA, P. W. Senarath. Professionalisation of accounting in developing countries: 25 years of research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 35, n. 2, p. 439-462, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353493252_Professionalisation_of_accounting_in_developing_countries_25_years_of_research. Acesso em 07 ago. 2023. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2018-3455>

YEE, Helen. Analyzing the state-accounting profession dynamic: Some insights from the professionalization experience in China. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, n. 6, p. 426-444, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368212000426>. Acesso em: 03 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2012.04.003>

ZELINSCHI, Dragoş. Legitimacy, expertise and closure in the Romanian accountant's professional project, 1900-16. **Accounting History**, v. 14, n. 4, p. 381-403, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1032373209342474>. Acesso em 01 nov. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373209342474>

ESTUDO 2

O FECHAMENTO DA PROFISSÃO CONTÁBIL NA ERA VARGAS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA RELAÇÃO PROFISSÃO-ESTADO

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento da profissão contábil. Para a discussão utilizamos como base teórica a Teoria Sociológica das Profissões, em específico o *Professional Project* desenvolvido por Larson (1977). Trata-se de um estudo historiográfico, com procedimentos de pesquisa de arquivo a partir de fontes documentais como os decretos promulgados na época. Os achados evidenciaram que as ações ocorridas na área da educação, na Era Vargas, favoreceram a ascensão do ensino de contabilidade no Brasil, perpassando pela organização do ensino comercial até a elevação do ensino de contabilidade a nível superior. A ascensão do ensino contábil ao nível superior e a exigência da formação acadêmica desses profissionais contribuíram para o fechamento da profissão aos não qualificados. Adicionalmente, constatamos que na Era Vargas devido à expansão desenvolvimentista resultante da criação de grandes estatais abertas como Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Hidrelétrica de São Francisco, foram evidenciados aspectos que formam uma base cognitiva para o exercício da profissão. Por fim, as ações do governo Vargas em relação a questões trabalhistas e sociais também foram decisivas para a profissionalização do contador(a) e fechamento da profissão, uma vez que resultaram na Consolidação das Leis Trabalhistas, na regulamentação dos sindicatos e no surgimento de associações representativas de classes profissionais. Decorrente da organização sindical, sobretudo na década de 1930, movimentos importantes para organização da profissão levaram à criação do Conselho Federal de Contabilidade e conselhos regionais, instituindo-se as atribuições e prerrogativas profissionais de técnicos em contabilidade e contadores. Por fim, confirmou-se que políticas de Estado podem afetar a regulamentação da profissão contábil.

Palavras-chave: Contabilidade, Profissionalização, Teoria Sociológica das Profissões, Era Vargas.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos relacionados à regulamentação e profissionalização na área contábil começaram por analisar a dinâmica Estado-profissão e a ascensão das associações de classe e como ocorreu o processo de regulamentação na contabilidade. Devido às estratégias desenvolvidas por trabalhadores qualificados para consolidar e aumentar a distância social entre eles e os clientes, a anuência ou o apoio por parte do Estado contribuiu para o sucesso de tais estratégias (Willmott, 1986). Independentemente da estrutura política, se democrática ou autocrática, a relação Estado-profissão mantém o controle social da profissão, sendo exigido e facilitado por estruturas corporativistas, como concordam Richardson (1989) e Hao (1999).

No Brasil, a regulamentação da profissão contábil também foi influenciada pelo Estado, que adotou uma política de patrocinar a sindicalização dos trabalhadores como forma de obter cooperação em troca de acesso. Datam de 1916 as primeiras tentativas de organização sindical a fim de regulamentar as práticas contábeis, movimento esse que, de acordo com Agrizzi e Sian (2014, p. 8), “era um meio de demonstrar solidariedade ocupacional para negociar melhores condições e salários e (aparentemente) obter acesso a favor do governo. Para o Estado, os sindicatos eram auxiliares da máquina estatal e um meio de legitimação de suas políticas”. Foi um pouco mais tarde, na Era Vargas, que o fechamento da profissão contábil àqueles efetivamente diplomados se concretizaria.

Em 1930, iniciava-se um dos períodos mais marcantes da história política do Brasil, conhecido como a Era Vargas, que perdurou por 15 anos, de 1930 a 1945, sob o comando de Getúlio Vargas. A Era Vargas compreende três fases sucessivas conhecidas como o Governo Provisório (1930 a 1934), Governo Constitucional (1934 a 1937) e Estado Novo (1937 a 1945). Esse período político foi marcado pela centralização do poder por parte de Getúlio Vargas e um governo populista (Regert; Baade, 2018).

Vargas utilizou uma política baseada na atuação efetiva do Estado, investindo em infraestrutura (Fausto, 2002), e seu governo foi caracterizado pelo processo de industrialização, incentivo a educação e por leis trabalhistas que resultaram na concretização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Devido ao processo de industrialização, além dos investimentos em formação profissional e legislações que beneficiaram a classe trabalhadora no período de 1930 a 1945, sobretudo com a Constituição de 1934, o Estado passou a regulamentar o exercício de determinadas profissões (Oliveira, 2009). Vargas percebeu a importância política e econômica de agrupar os assalariados e, como parte de suas reformas trabalhistas, seu regime patrocinou, criou e apoiou o surgimento de associações representativas de classes profissionais, dentre elas a contábil (Agrizzi; Sian, 2014).

O processo de profissionalização em uma determinada área, diz respeito ao estado final de controle de um mercado especializado e mobilidade social ascendente, elevando a posição social de uma ocupação, o que resulta em direitos exclusivos para realização de um determinado tipo de trabalho (Birkett; Evans, 2005). O fechamento social ou monopolização da profissão foi explicado por Weber (1995), ao afirmar que um grupo de pessoas envolvidas numa rivalidade por oportunidades sociais ou econômicas considerará benéfico limitar a concorrência formando um monopólio. Zelinschi (2009) esclarece que no processo de fechamento social, o objetivo será fechar para terceiros que, não possuam as características desejadas, qualquer acesso às oportunidades existentes num determinado campo.

As políticas implementadas na Era Vargas, portanto, foram fundamentais na relação Estado, trabalho e profissão, contribuindo para o movimento de regulamentação e fechamento da profissão contábil. Conforme Rodrigues e Craig (2022), a profissionalização na área contábil tem uma relação direta com incorporações trabalhistas, fato característico nesse período da história do Brasil. Ademais, nota-se a limitação à concorrência e o fechamento social àqueles que não possuam o conhecimento contábil necessário. Agrizzi e Sian (2014), destacam que as tentativas de diferenciação por meio da educação, levaram os profissionais de contabilidade a buscarem a regulamentação da profissão na Era Vargas, o que resultou em atribuições privativas àqueles que tivessem cursado o ensino superior nessa área.

Levando em consideração o processo de profissionalização e fechamento das profissões, este estudo tem como objetivo analisar as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento da profissão contábil, mediante a apresentação de fontes documentais considerando a cronologia dos eventos e as suas associações com as fases do governo Vargas. Para isso, será utilizado como base teórica a Teoria Sociológica das Profissões, em específico o *Professional Project* desenvolvido por Larson (1977), que consiste no processo histórico pelo qual alguns grupos profissionais conseguem estabelecer um monopólio sobre uma parcela específica do mercado de trabalho (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari., 2012).

Pesquisas anteriores sobre profissionalização contábil no Brasil discutiram como ocorreu a regulamentação da profissão e a criação dos primeiros cursos de ensino comercial (Canabrava, 1985; Peleias; Bacci, 2004), o papel do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) na evolução das práticas contábeis no país; a institucionalização da profissão (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012; Oliveira, 2015), os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho aos praticantes de contabilidade (Vasconcelos *et al.*, 2021), a influência dos movimentos sindicais na evolução da profissão contábil (Agrizzi; Sian, 2015; Rodrigues; Graig, 2022), o papel do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no controle de entrada de profissionais (Castro; Mihret, 2020) e as contribuições da Associação de Guarda-Livros da Corte na formação da identidade profissional do contador (Lira *et al.*, 2022).

Decorrente da leitura dos trabalhos retro mencionados, verifica-se uma lacuna de investigação sobre as ações realizadas na Era Vargas para o desenvolvimento e fechamento da profissão do contador, de forma mais aprofundada. Arvin-Rad; Willumsen; Witte (1997) consideram consensual que Vargas foi a figura política brasileira mais importante do século XX e destaca sua proeminência na transformação da economia brasileira. Portanto, a presente

pesquisa se justifica em recuperar a memória de alguns fatos importantes da história da contabilidade no Brasil durante o período de 1930 a 1945 e em intentar evidenciar os impactos práticos e teóricos que influenciaram a atividade contábil, de forma a contribuir para uma melhor compreensão acerca da profissionalização e fechamento da contabilidade.

O estudo contribui para análise do desenvolvimento da profissão contábil num determinado contexto político. Como contribuição teórica, destaca-se o uso da Teoria Sociológica das Profissões e o *Professional Project* de Larson (1977), pois não é muito utilizado nas ciências contábeis. Já como contribuição prática o estudo contribui para um acervo documental sobre o tema nas Instituições de Ensino Superior.

O trabalho está estruturado de modo a apresentar, na fundamentação teórica, um breve histórico sobre a Era Vargas e a Teoria Sociológica das Profissões. Na seção subsequente, são descritos os aspectos metodológicos, seguidos pela apresentação e discussão dos resultados. Por fim, são tecidas as considerações finais desta investigação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Uma breve incursão à Era Vargas

Getúlio Vargas é o político brasileiro mais longo na função de Presidente da República. Ao todo, foram 19 anos de governo, sendo que o primeiro período data de 1930 a 1945 e ficou conhecido como a Era Vargas. Após esse período, Getúlio Vargas governou também entre os anos de 1951 e 1954. A Era Vargas sucedeu à Primeira República (1889 a 1930), cujo fim é atribuído à Revolução de 1930, sendo seu principal protagonista Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul (Medeiros, 2020).

Até os anos de 1930 existia um modelo político oligárquico de alternância de poder entre Minas Gerais e São Paulo, conhecido como a Política Café com Leite. Essa dinâmica foi rompida quando o presidente Washington Luís (1926-1930) se recusou a indicar um candidato mineiro para concorrer à Presidência, o que acabou com a era da Política Café com Leite (Duffes, 2020). Em seguida, a disputa eleitoral entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas resultou na vitória de Prestes. No entanto, com o golpe de Estado que depôs Washington Luís da presidência, impediu-se a posse de Prestes, e Vargas foi reconhecido como Presidente da República (Vargas; D'Araújo, 2011).

Getúlio Vargas, um político populista e ditador (Williams, 2001), modernizou as estruturas do Estado e implementou uma nova ordem política, social e econômica, inspirada

na política nacional desenvolvimentista, que se baseia na atuação efetiva do Estado e na centralização de todas as ações. Não obstante a essa centralização do poder, foram realizados investimentos massivos em infraestrutura, com o objetivo de proporcionar o crescimento econômico do país (Fausto, 2002). De acordo com Diniz (1998, p. 22):

Vargas projeta-se como líder de uma revolução vitoriosa, a qual, a despeito de sua heterogeneidade ideológica e política, tinha uma bandeira reformista. Essa bandeira estava relacionada com a temática da justiça social, com a questão da igualdade e das liberdades políticas, com o desafio de suprimir as grandes disparidades sociais que marcavam a sociedade brasileira e eliminar as barreiras sociais que tolhiam o desenvolvimento da cidadania política. Tratava-se, enfim, de instaurar um novo padrão de relacionamento entre classes possuidoras e classes subalternas, de forma a atenuar a opressão excessiva então exercida pelas elites dominantes, impondo limites institucionais ao seu poder e expandindo os direitos civis e políticos para novos segmentos da sociedade.

A Era Vargas foi dividida em três fases: Governo Provisório (1930 a 1934); Governo Constitucional (1934 a 1937); e Estado Novo (1937 a 1945). Logo no início do Governo Provisório, fica evidente uma mudança abrupta no modelo de governo, que na Primeira República era descentralizador e federalista para um modelo centralizador e intervencionista, e é nesse período que são realizadas as primeiras e importantes reformas políticas e sociais no país (Vargas & D'Araújo, 2011). Para colocar em prática o programa de “reconstrução nacional”, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 19.398, em 11 de novembro de 1930, que dava configuração legal ao governo. O Governo Provisório tinha uma plataforma reformista, relacionada com a temática de justiça social, com a questão da igualdade e das liberdades políticas, com o desafio de suprimir as grandes disparidades sociais que marcavam a sociedade brasileira e eliminar as barreiras sociais que tolhiam o desenvolvimento da cidadania política (Pandolfi, 1999). Nesse período foram criados vários ministérios e instituídas políticas trabalhistas, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Decretos no Governo Provisório

Decreto nº	Data	Descrição
19.402	14 /11/1930	Criação do Ministério dos Negócios e Saúde Pública
19.433	26/11/1930	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
19.770	19/03/1931	Regula a sindicalização das classes patrimoniais e operárias
20.291	12/08/1931	Garantia a presença mínima de 2/3 de empregados nacionais
19.851	11/04/1931	Estabeleceu o estatuto das universidades brasileiras e a organização da Universidade do Rio de Janeiro
19.890	18/04/1931	Dispõe sobre a organização do ensino secundário
21.186	22/03/1932	Regula o horário de trabalho no comércio
21.330	27/04/1932	Concede novos benefícios a caixa de aposentadoria e pensões
21.417-A	17/05/1932	Regula as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos comerciais e industriais
22.042	3/11/1932	Estabelece as condições de trabalho dos menores de 14 anos na indústria

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os ministérios criados, no ano de 1930, cita-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que passou a capitanear a efetivação da legislação trabalhista no país, com finalidade de conciliar capital e trabalho ao estabelecer de forma mais sistematizada a intervenção do Estado. O ministério atuou, em grosso modo, nessas duas frentes, organizando-as de forma que atendesse às demandas tanto da burguesia quanto do proletariado (Barbosa, 2014). Além da criação dos ministérios, Vargas iniciou seus trabalhos de legislação social e industrial, em que se destacaram: a lei e o regulamento de proteção ao trabalho nacional, chamada de “Lei dos 2/3”, que garantia a presença mínima de 2/3 de empregados nacionais em quaisquer estabelecimentos industriais e comerciais; a reforma da lei de aposentadorias e pensões, que ampliou o seu alcance para incluir trabalhadores e empregados marítimos, transviários, telegráficos, telefonistas, radiotelegrafistas e todos os funcionários públicos; regularizou a sindicalização das classes patrimoniais e operárias, conhecido como “Lei de Sindicalização”; e normatizou as condições de trabalho das mulheres e menores de 14 anos na indústria.

A área da educação também foi uma preocupação desse governo. Vargas assinou o Decreto nº 19.851 (1931), que estabeleceu o estatuto das universidades brasileiras e organizou a Universidade do Rio de Janeiro. Além disso, promoveu a reforma do ensino secundário por meio do Decreto nº 19.890 (1931), conhecido como “Reforma Francisco Campos”. Essa reforma oficializou, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, introduzindo uma série de medidas para aprimorar a cultura escolar, como a duração do curso secundário, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, entre outras medidas (Decreto nº 19.890, 1931).

No entanto, durante o Governo Provisório, Vargas enfrentou oposição por parte do estado de São Paulo, que exigia do governo central a convocação de eleições para formar uma assembleia constituinte, que iria reformular a constituição no país. Essa pressão culminou em 9 de julho de 1932, quando os paulistas promoveram uma guerra civil contra o governo federal, conhecida como “Revolução Constitucionalista de 1932”, que foi contida pelo Exército Brasileiro (Pandolfi, 1999). Desta forma, em 1933, ocorreu a formação de uma assembleia constituinte que elegeu de forma indireta Getúlio Vargas como Presidente da República, dando início a formulação da constituição promulgada em 1934, encerrando o Governo Provisório e iniciando o Governo Constitucional (Gomes, 1978).

O Governo Constitucional teve seu início marcado pela promulgação da Constituição de 1934 e pela eleição indireta de Getúlio Vargas. Essa Constituição, vigente por apenas três anos, manteve a república federativa e a separação dos poderes. No campo eleitoral garantiu a

eleição direta, o voto universal secreto e a conquista do voto feminino. Além disso, assegurou direitos trabalhistas, como o salário-mínimo, a jornada não excedente de oito horas diárias, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa e a proibição de trabalho de menores de 14 anos (*Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1934).

Todavia, é preciso destacar que durante o Governo Constitucional, grupos de oposição se uniram para destituir Getúlio Vargas, em um episódio conhecido como “Revolta Comunista”, liderado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Com base na Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935, a ANL foi fechada e, em novembro de 1937, Getúlio Vargas, impedido pela Constituição de se reeleger, deu um golpe de Estado com o apoio militar, fechando o congresso, outorgando uma nova Constituição e cancelando as eleições, para se manter no poder. Assim, em 10 de novembro de 1937, mediante um golpe, foi instalado o Estado Novo, um regime ditatorial que marcou a história do Brasil (Vargas & D’Araújo, 2011).

No período de vigência do Estado Novo (1937 a 1945), Vargas detinha amplos poderes, uma vez que o Congresso estava fechado, os partidos políticos extintos, a imprensa censurada e os opositores eram perseguidos e presos. De acordo com Pandolfi (1999), foi durante o Estado Novo que Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930. Ao longo dos oito anos de Estado Novo, Vargas deu continuidade à reestruturação do Estado Brasileiro, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal e para o nacionalismo econômico, mantendo-se atento para as classes trabalhadores (Vargas & D’Araújo, 2011), numa postura populista. No Quadro 4 é apresentado as leis promulgadas durante o Estado Novo.

Quadro 4 – Decretos no Estado Novo

Decreto-lei nº	Data	Descrição
579	30/07/1938	Criação do Departamento de Serviço Público
375	13/04/1938	Criação do Instituto Nacional do Mate
395	29/04/1938	Criação do Conselho Nacional do Petróleo
1.186	3/04/1939	Criação do Instituto de Resseguro do Brasil
1.285	18/05/1939	Criação do Conselho de Águas e Energia Elétrica
1.641	29/09/1939	Criação da Comissão de Defesa Econômica Nacional
1.402	05/07/1939	Regula a associação em sindicato
2.054	4/03/1940	Criação da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional
2.666	3/10/1940	Criação do Conselho Nacional de Minas e Metalúrgica
2.162	1º/05/1940	Institui o salário mínimo
3.124	19/03/1941	Criação do Instituto Nacional do Pinho
3.002	30/01/1941	Criação da Companhia Siderúrgica Nacional
4.352	1º/06/1942	Criação da Companhia Vale do Rio Doce
5.452	1º/06/1943	Aprovação da Consolidação das Leis do trabalho
8.031	3/10/1945	Criação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco

Fonte: Elaborada pelo autor

Durante o Estado Novo, na área administrativa, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que recebeu poderes de racionalizar a administração federal e que tinha como principal foco de atuação a formação de quadros técnicos e burocráticos necessários para a realização das novas atividades do Estado (Brasil et al., 2014). Na área econômica, foram criados instituições e conselhos como o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Conselho Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), Conselho de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), Comissão de Defesa da Economia Nacional (CDEN), Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Conselho Nacional de Minas e Metalúrgica (CNMM) e o Instituto Nacional do Pinho (INP). Para Earp e Kornis (2004), esses organismos foram criados segundo as necessidades do momento, sempre em busca de encontrar melhores formas de aglutinar atores sociais do setor privado e da burocracia estatal para tratar dos velhos problemas com mais competência.

Tendo em vista a implementação da indústria de base no país, o governo passou a constituir diretamente grandes empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF). Segundo Moreira e Sene (2005), esse período se caracterizou por uma explícita intervenção estatal, principalmente por intermédio de investimentos nos setores de bens de produção. Segundo Araújo e Moraes (2015) a implementação de setores industriais demanda investimentos elevados e gera retornos lentos, o que acaba por tornar o setor pouco atrativo para o investimento privado. Assim, o objetivo do governo de Vargas era fortalecer o parque industrial brasileiro por meio de uma política fortemente nacionalista (Araújo; Moraes, 2015).

Destaca-se, também, a relação do Estado Novo com os trabalhadores. Em 1939, foi sancionada a nova lei de sindicalização que restringiu a autonomia sindical concedida em 1934, instituiu a Lei do Salário Mínimo e regulamentou a justiça do trabalho. Além disso, passou-se a cobrar imposto sindical e, finalmente, no dia 1º de maio de 1943, foi editada a CLT (D'Araújo, 1999). De acordo com Frias (1999), mediante as iniciativas na área trabalhista no período do Estado Novo, o Estado ampliava seu intervencionismo, atingindo as causas mais profundas da pobreza, com vistas a promover a satisfação das necessidades básicas por meio da proteção dos direitos trabalhistas. Vargas assumia a construção de um projeto corporativista estatal, fundamentado no populismo e corporativismo sindical.

Sobre a estrutura corporativista, destacam-se dois tipos: o corporativismo social e o corporativismo estatal. O corporativismo social é mais comum em democracias liberais e sistemas capitalistas avançados, onde o Estado é menos intervencionista e as entidades corporativas (associações e sindicatos) surgem, de forma orgânica, a partir de um acordo de associações de interesse essencialmente voluntário para limitar o conflito entre seus respectivos membros (Schmitter, 1974). Ainda conforme Schmitter (1974), o corporativismo estatal é mais comum em sistemas políticos autoritários, de partido único (ou dominante) e repressivo. No caso do Brasil, no período de 1930 a 1945, o sistema político era de corporativismo estatal e de conveniência mútua, em que o Estado oferecia patrocínio em troca de apoio político para manter um *status quo* existente (Agrizzi; Sian, 2014).

Essa breve incursão à Era Vargas denota que o corporativismo estatal varguista, além de estabelecer os sindicatos ocupacionais, priorizou a necessidade de avanço técnico e instituiu assembleias e comissões especializadas de pessoas devidamente qualificadas para prestar assessoria técnica à administração (Rodrigues e Craig, 2022). Especificamente na área contábil, campo desta investigação, a necessidade de pessoas qualificadas levou o governo a promulgar o Decreto nº 8.191, em novembro de 1945, tornando obrigatória, como explicam Agrizzi e Sian (2014), a realização de estudos acadêmicos para aqueles que buscavam emprego em instituições governamentais, como contadores do setor público, marcando assim o processo de fechamento social da profissão.

Importa ressaltar que em 1943, com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das nações democráticas, e com o Manifesto dos Mineiros que pedia a redemocratização do país, o Estado Novo começou a declinar. Em 1945, a ditadura entrou em sua fase final com Vargas admitindo que, com o fim da guerra, era o momento propício para a nação escolher seus dirigentes (Vargas; D'Araújo, 2011), marcando o fim a Era Vargas.

2.2 Teoria Sociológica das Profissões

Sobre a Sociologia das Profissões, ela foi repensada, principalmente, no contexto europeu, a partir da década de 1930. Naquela época, o termo profissão se estendia ao termo ocupação e dispensava o diploma universitário (Melo, 2016), o que foi apontado na obra *The Professions* de Carr-Saunders e Wilson, de 1933, marco fundador da Sociologia das Profissões, de acordo com Gonçalves (2008).

Para Mendonça Neto, Cardoso e Oyadomari (2012), a Sociologia das Profissões é o campo que estuda a implantação, o desenvolvimento e a formação das profissões, tendo suas primeiras tentativas de estudos ocorrido na primeira metade do século XX. A primeira fase da análise sociológica das profissões se estende da década de 1930 até perto do final da década de 1960. Nesta fase, os estudiosos se preocupavam em separar o conceito de profissão de ocupação (Melo, 2016). Esses primeiros estudos foram dominados pelos sociólogos funcionalistas americanos, que consideravam a profissão como um modelo superior aos ofícios e a ocupação (Angelin, 2010). Dentre as primeiras correntes teóricas que abordam o tema, destaca-se o funcionalismo.

A sociologia funcionalista da profissão fundamenta-se basicamente nas características das profissões, da função e do papel da profissão. Seus principais teóricos são Émile Durkheim, Carr-Saunders, Wilson e Parsons. Para esses funcionalistas, uma atividade só pode ser considerada profissão se possuir um conjunto específico e preciso de atributos, ou seja, os funcionalistas desenvolveram em seus estudos uma listagem de atributos que distingue profissão de ocupação (Angelin, 2010). Com base nesses atributos, definia-se um tipo ideal de profissões e, uma vez identificados esses atributos, as profissões seriam examinadas para verificar o quanto se aproximam ou se afastam desse tipo ideal (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012).

Tais atributos foram abordados pelo sociólogo Parsons em 1939, que afirma que na abordagem funcionalista a profissão se resume a quatro atributos principais: a existência de um corpo de conhecimento abstrato e complexo que requeira um aprendizado prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades dos clientes; e um código de ética (Diniz, 2001). Já Rodrigues (2002) reduz os atributos da abordagem funcionalista a apenas dois: conhecimento profissional, que consiste num conjunto de princípios aplicáveis em situações reais por uma comunidade capacitada, reconhecida e aceita pela sociedade, com intuito de criar, organizar e transmitir

conhecimentos; e orientação para comunidade, que seria um conjunto de normas que garantiria soluções técnicas para atender as necessidades dos clientes.

A abordagem funcionalista, portanto, procura passar uma imagem das profissões como ocupações que possuem um conhecimento técnico complexo. Isso leva à legitimação da autonomia e autorregulação da profissão, com membros atuando sempre objetivando o bem comum, o que resulta em privilégios profissionais, como maior ganho financeiro e prestígio social, reivindicados por seus praticantes (Diniz, 2001). No entanto, a abordagem funcionalista enfrentou críticas, uma vez que não especifica a natureza dos atributos e nem quantifica o peso relativo aos atributos que caracterizam a profissão (Diniz, 2001).

Ainda conforme Diniz (2001), a abordagem funcionalista não discutiu o processo pelo qual as ocupações reivindicavam o *status* de profissão, focando mais na estrutura das profissões do que no processo de profissionalização. Outra crítica a essa abordagem está relacionada à generalização das experiências dos Estados Unidos e Inglaterra, desconsiderando as particularidades que outros países e regiões têm sobre as profissões (Diniz, 2001). Nessa perspectiva, Rodrigues (2002) também aponta críticas à abordagem funcionalista, por ela desconsiderar o contexto histórico em que se institucionalizaram as profissões.

Com as críticas ao funcionalismo, surge um movimento revisionista e, com ele, a abordagem interacionista. Com origem na escola de Chicago, o modelo interacionista foi desenvolvido por Hughes (1952, 1958 como citado em Rodrigues, 2022), que não se preocupou em formular uma teoria, mas em fazer uma análise sociológica da divisão do trabalho com ênfase na diversidade e no conflito de interesse das profissões. Diferentemente da abordagem funcionalista, os autores interacionistas observam que há, dentro das profissões, vários segmentos constituídos a partir da diversidade das instituições de formação, de recrutamento e das atividades desenvolvidas por membros do mesmo grupo ocupacional (Rodrigues, 2002).

Essa divisão implica em conflitos sociais e em uma hierarquização das funções com base em duas operações que orientam a seleção dos profissionais: o diploma, que seria a licença ou autorização para exercer uma atividade em que a profissão só deve ser exercida por portadores desse diploma; e o mandato, que seria a obrigação legal de assegurar uma função específica, isto é, fixa qual deve ser a conduta específica dos outros com relação ao seu campo de atuação (Dubar, 2005). De acordo com Rodrigues (2002), a abordagem interacionista e a funcionalista não são antagônicas, mas sim, um modelo complementar ao processo de estudo das profissões.

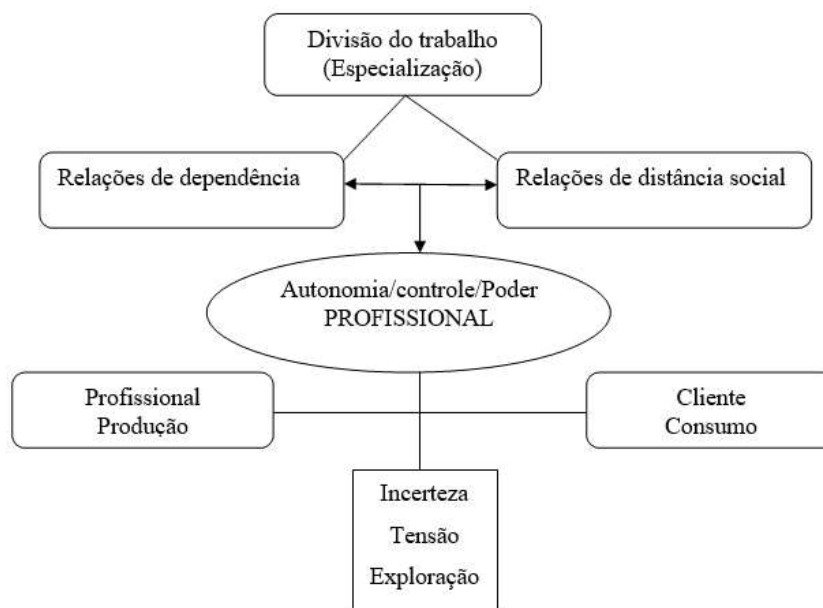
A abordagem interacionista, ao invés de se preocupar em listar atributos que definisse uma profissão e a distinguísse de uma ocupação, procurou privilegiar uma lógica de processo, atentando-se para as circunstâncias que possibilitem a passagem de uma ocupação para uma profissão. Segundo essa corrente, existem duas noções básicas para entender a profissão, o diploma (licença para exercer) e o mandato (obrigação legal de assegurar uma função específica), que formam a divisão moral do trabalho (Angelin, 2010).

No final da década de 1960, ambas as abordagens, funcionalista e interacionista, passaram a receber várias críticas e foram sendo substituídas por novas teorias inspiradas em ideias de Karl Marx e Max Weber. Essas novas teorias foram desenvolvidas por autores como Johnson (1972/2016), Larson (1977) e Freidson (1986, 1988), e enfatizam os aspectos econômicos de controle de mercado e criticam a forma contundente do monopólio profissional e do excesso de privilégios dele (Mendonça et al., 2012). A abordagem proposta por Johnson, Freidson e Larson é centrada no poder das profissões.

Entre as novas alternativas sobre a Teoria Sociológica das Profissões centrada no poder, destaca-se a de Johnson (1972/2016), considerada como aquela que melhor abordou a teoria marxista em relação à sociologia das profissões. Mendonça Neto, Cardoso e Oyadomari (2012) explicam que Johnson discute as relações de poder e considera as atividades ocupacionais como uma consequência da divisão do trabalho e as profissões como uma das formas históricas de organizações econômicas.

Para Johnson, segundo Melo (2016), existe uma relação de poder entre o prestador de serviço e o cliente, em que o primeiro manipula os poderes para manter seus interesses na prestação de serviços, enquanto o cliente, supostamente, não domina as técnicas e os saberes daquele serviço. Além disso, Johnson considera que as atividades profissionais são resultado da divisão do trabalho e que, a partir do momento que uma sociedade necessita da produção de bens e serviços que requer saberes ocupacionais especializados, cria-se uma relação de dependência social e econômica, além de uma distância social, uma vez que separa quem tem o conhecimento técnico especializado do ‘despecializado’, no caso o consumidor (Rodrigues, 2002). Para Johnson, uma profissão não seria uma forma de ocupação, mas uma forma de controlar uma ocupação, contribuindo para produção do lucro e reprodução das relações sociais que assegurem a manutenção do modo de produção capitalista (Mendonça et al., 2012). A Figura 4 evidencia o diagrama proposto por Johnson em 1972.

Figura 4 – Diagrama da tese de Johnson: divisão do trabalho, relações profissionais e poder profissional



Fonte: Rodrigues (2002, p. 48).

Na Figura 4 observa-se como o reconhecimento de uma profissão, decorrente da divisão do trabalho, pode ocasionar uma relação de dependência e distanciamento social entre o prestador de serviço e o cliente. Esse distanciamento social cria uma estrutura de incerteza ou indeterminação que permite às ocupações criarem *expertise* profissional, bem como alcançar e manter situações de monopólio e autonomia, no que resulta numa tensão determinada por potencial exploração (Rodrigues, 2002).

Quanto maior for a distância social, maiores serão as possibilidades de exploração dos consumidores, portanto maior a necessidade do controle social (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012). Mendonça Neto, Cardoso e Oyadomari (2012) concluem que para Johnson, uma profissão não seria uma forma de ocupação, mas uma forma de controlar uma ocupação, contribuindo para produção do lucro e reprodução das relações sociais que assegurem a manutenção do modo de produção capitalista.

Outra autora que também se preocupou com o poder profissional, foi (1977) que propôs uma análise sociológica das profissões a partir da análise do poder profissional em sua obra *The Rise of Professionalism*. Nessa obra, a autora examinou como as ocupações se organizam para obter poder sobre o mercado. Larson (1977) formula uma teoria geral das profissões, na qual o conceito fundamental é a estratégia profissional que consiste no processo histórico pelo qual alguns grupos profissionais conseguem estabelecer um monopólio sobre uma parcela específica do mercado de trabalho. Para sua análise, amparada nas teses

Marxiana e Weberiana, Larson (1977) investigou os projetos profissionais de médicos, advogados e engenheiros nos Estados Unidos e na Inglaterra do século XIX. Para isso, buscou compreender como esses projetos se desenvolveram no contexto do sistema capitalista, gerando mercados profissionais específicos que se fecharam para os não profissionais e foram legitimados pelo Estado (Melo, 2016).

O traço característico de Larson (1977) é o monopólio e o fechamento sobre um mercado de serviços profissionais. Para Roslender (2002), o fechamento profissional envolve maneiras pelas quais as profissões garantem a exclusão de concorrentes potenciais do desempenho de determinadas categorias de trabalho, impedindo-os de obter as recompensas associadas a esse trabalho. Essa estratégia de fechamento profissional (*social closure*) corresponde a um monopólio legal de certas pessoas sobre certas atividades e ao reconhecimento de um saber legítimo sem o qual não se pode exercê-las (Gonçalves, 2008).

O encerramento excludente da profissão contábil por parte dos contabilistas, segundo Anderson *et al.* (2005), tinha o intuito de maximizar as recompensas, restringindo o acesso a recursos e oportunidades a um círculo limitado de elegíveis. Nesse sentido, Larson entra no conceito da meritocracia baseada na ideologia das competências, que possibilita aos diplomados proteger seu *status* social, no qual o principal foco das estratégias profissionais passou a ser o da manutenção dos privilégios sociais adquiridos pela educação, justificando-se pelas competências cognitivas e técnicas adquiridas, a integração dos profissionais nas grandes firmas (Mendonça Neto *et al.*, 2012).

Diferentemente de Freidson e Johnson, Larson enfatiza o poder profissional no controle do mercado e nos processos de monopolização e fechamento, destacando os mecanismos de diferenciação e exclusão social (Rodrigues, 2002). Segundo Rodrigues (2002), em "*Professional Project*", Larson tenta sintetizar as teses marxistas e weberianas ao estudar grupos profissionais como grupos de interesse dentro do sistema de classes da sociedade capitalista, conceituando o processo de profissionalização como um projeto voltado para a obtenção de posições econômicas e *status* social.

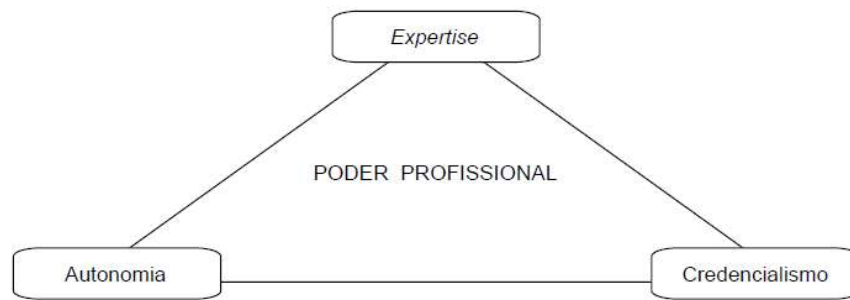
O conceito de "*Professional Project*" é fundamentado em um conjunto de ideias provenientes de diversas fontes, mas se baseia principalmente na visão de Max Weber. Weber enxergava a sociedade como uma arena onde classes, grupos de *status*, partidos políticos e outras entidades sociais competem por recompensas econômicas, políticas e sociais. Entre esses competidores estão os grupos ocupacionais, aos quais Weber atribui importância, destacando que a qualificação educacional oferece a esses grupos uma oportunidade de alcançar renda (Mendonça Neto, Cardoso; Oyadomari, 2012).

Larson (1977, p. 136) destaca que o processo moderno de profissionalização é uma tentativa de transformar um tipo de recurso escasso em outro, ou seja, a posse de conhecimentos e habilidades raras em reconhecimento social e recompensas financeiras. Nesse projeto profissional, Larson observa que a noção de expertise incorpora princípios contraditórios. Por um lado, ela personifica a racionalidade e a aceitação social do monopólio de mercado, na medida em que a expertise é padronizada e acessível a todos que buscam se qualificar adequadamente. Por outro lado, essa mesma expertise é usada para reivindicar recompensas superiores e estabelecer uma distância social em relação a outros grupos profissionais (Mendonça et al., 2012).

Concluindo a análise sociológica das profissões, Freidson (1986) também se preocupou com o poder profissional, dada sua percepção de que a profissionalização é uma forma de organizar o mercado de trabalho. Isso se deve ao poder que a profissionalização tem, além dos seguintes pontos: a autonomia técnica que o profissional adquire ao se tornar especialista, controlando a execução do trabalho; o monopólio de uma determinada área de conhecimento para sustentar a autonomia do trabalho; e o credencialismo, como elemento de controle para permitir o acesso à profissão (Melo, 2016).

A análise de Freidson (1986) sobre o poder profissional é centrada no monopólio do conhecimento. O autor explora como a *expertise* gera vantagens profissionais, como autonomia e poder sobre o próprio trabalho, e como as credenciais funcionam como proteções, controlando a entrada na profissão, sendo essas as principais fontes de poder profissional, que se manifesta na capacidade de definir como o trabalho deve ser realizado (Rodrigues, 2002). Gonçalves (2008) entende que, para Freidson, a profissão é mais que uma ocupação particular no seio da divisão do trabalho, ela proporciona o controle exclusivo sobre o próprio trabalho e que, apesar de criticar o profissionalismo, Freidson o considera como a melhor forma de organizar o trabalho profissional. Para Mendonça Neto *et al.* (2012), esse controle tem, entre as virtudes, a capacidade de buscar novos valores, técnicas, ideais e conhecimento independente. A Figura 5 evidencia o diagrama proposto por Freidson em 1986.

Figura 5 – Diagrama da tese de Freidson: fontes do poder profissional

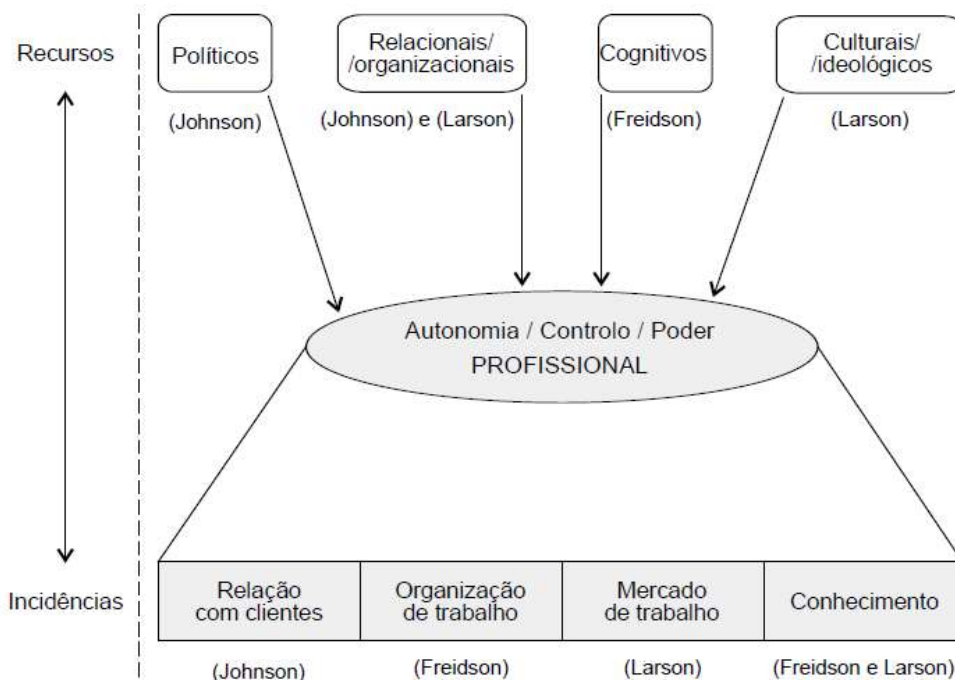


Fonte: Rodrigues (2002, p. 50).

A Figura 5 mostra que a análise sobre o poder profissional feito por Freidson (1986) é centrada no monopólio do conhecimento, ou seja, em como a *expertise* gera vantagens profissionais como autonomia e poder sobre o próprio trabalho e as credenciais, que são proteções, controla a entrada para exercer a profissão, sendo essas são as principais fontes de poder profissional, que é a capacidade de definir a forma de como o trabalho deve ser realizado (Rodrigues, 2002). Gonçalves (2008) entende que para Freidson a profissão não é mais que uma ocupação particular no seio da divisão do trabalho que lhe possibilita controlar, em exclusividade, o seu próprio trabalho, e que apesar de criticar o profissionalismo, Freidson o considera como a melhor forma de organizar o trabalho profissional. Para Mendonça Neto, Cardoso e Oyadomari (2012) esse controle tem, entre as virtudes, a capacidade de buscar novos valores, técnicas, ideais e conhecimento independente.

Rodrigues (2002) sumariza a Teoria Sociológica das Profissões pelo paradigma de poder, através das premissas de Johnson (1972), Larson (1977) e Freidson (1986) como se vê na Figura 6.

Figura 6 – Modelo de análise de poder profissional



Fonte: Rodrigues (2002, p. 58).

A Figura 6 mostra o paradigma do poder com as contribuições dos autores apresentados anteriormente. Esse poder profissional é definido pela capacidade de transformar recursos cognitivos, tais como: políticos, organizacionais, culturais e ideológicos em acesso privilegiado ao mercado, com autonomia sobre o trabalho, controle sobre o acesso à profissão e outros privilégios profissionais, que no seu conjunto constitui a incidência, manutenção e aumento do poder profissional (Rodrigues, 2002).

O Quadro 5 apresenta uma síntese da discussão das diferentes abordagens da Teoria Sociológica das Profissões discutidas nesta seção.

Quadro 5 – Síntese das abordagens da Teoria Sociológica das Profissões

Abordagem	Autores	Discussão
Funcionalista	Émile Durkheim; Carr-Saunders; Wilson e Parsons.	Centrada em diferenciar profissão de ocupação através de um conjunto específico de atributos.
Interacionista	Hughes	Ocupa-se de uma análise sociológica da divisão do trabalho com ênfase na diversidade e no conflito de interesse das profissões.
Centrada no poder das profissões	Johnson	Trata da relação de poder entre prestador de serviços e cliente apontando uma relação de dependência e distanciamento social entre ambos.
	Freidson	Faz uma análise de como o monopólio do conhecimento gera vantagens ao profissional como autonomia e poder sobre o próprio trabalho.
	Larson	Foca no monopólio e fechamento sobre um mercado de serviços profissionais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A abordagem da Teoria Sociológica das Profissões centrada sobre o poder das profissões é caracterizada por uma pluralidade de orientações paradigmáticas e metodologias. Rodrigues (2002) explica que se trata de diferentes abordagens, visões e interpretações de um mesmo fenômeno. Johnson, Freidson e Larson ao discutirem sobre o poder da profissão tratam do poder profissional, econômico, social e político dos próprios grupos, sendo que nesta pesquisa a interpretação das informações terá como base teórica a contribuição de Larson.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para análise do desenvolvimento da profissão contábil na Era Vargas, e por consequência das ações ocorridas durante o governo varguista que contribuiriam para o fechamento da profissão, esta pesquisa se fundamenta na Teoria Sociológica das Profissões, especificamente na abordagem centrada no poder, utilizando o *Professional Project* desenvolvido por Larson (1977).

A escolha epistemológica repousa na história dos acontecimentos baseada numa discussão na relação Estado-profissão. O método historiográfico, que visa resgatar os acontecimentos humanos ao longo do tempo com o objetivo de entender as mudanças, contradições e tendências da realidade social (Vergara, 2004), foi utilizado. Previts e Merino (1998) explicam que a maior parte dos historiadores classificam seus trabalhos em narrativo e interpretativo, no qual o narrativo descreve os fatos de forma não analítica, enquanto o interpretativo avalia as relações e fornece explicações, sendo esse último mais comum nas ciências sociais, de acordo com Mendonça Neto *et al.* (2009). Com base nesse conceito, este trabalho é classificado como interpretativo, com abordagem qualitativa em relação às discussões e descritiva quanto ao objetivo da pesquisa.

Procedimentos de pesquisa documental foram usados para coleta de informações e dados sobre o contexto histórico e documentos produzidos pelos órgãos de Estado da Era Vargas. Segundo Aróstegui (2006), no que se refere às técnicas de pesquisa disponíveis para o historiador, tem-se a observação documental, que consiste na análise de dados de arquivo, imprensa, publicações oficiais e textos bibliográficos. Para esta investigação, utilizamos a observação documental por meio de fontes primárias e secundárias.

Na primeira etapa de seleção de documentos, realizamos uma busca em leis e decretos da época disponíveis nos sítios eletrônicos da Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e no *site* Memorial da Democracia. Neste último, as fontes documentais são

disponibilizadas por período. Como a delimitação temporal deste estudo compreende o período de 1930 a 1945 [período do primeiro governo de Getúlio Vargas, conhecido como a Era Vargas] fizemos a leitura prévia de todos os decretos sancionados nesse intervalo temporal.

Posteriormente, realizamos buscas de documentos em Bibliotecas Digitais, *sites* e periódicos a fim de encontrar documentos, fotos e reportagens sobre o período analisado. Cabe ressaltar também que estudos historiográficos já realizados, a exemplo das pesquisas de Agrizzi e Sian (2014), Bugarim *et al.* (2013), Canabrava (1985), Leite (2005), Peleias *et al.* (2007), Rodrigues (2002), Rodrigues e Craig (2022), entre outros, foram usados como fontes documentais bibliográficas para corroborar as interpretações e discussões. Por fim, os fatos acontecidos no período analisado foram categorizados em ordem cronológica para identificação das três fases da Era Vargas: Governo Provisório (1930 a 1934), Governo Constitucional (1934 a 1937) e Estado Novo (1937 a 1945).

Para a análise das fontes e informações documentais, adotamos três categorias de análise das ações e legislações, a saber:

- i) área da educação;
- ii) área de infraestrutura e regulação empresarial; e
- iii) área trabalhista e social.

A discussão das fontes observa a cronologia dos fatos históricos apresentados nesta pesquisa, de modo a situá-los em cada fase da Era Vargas.

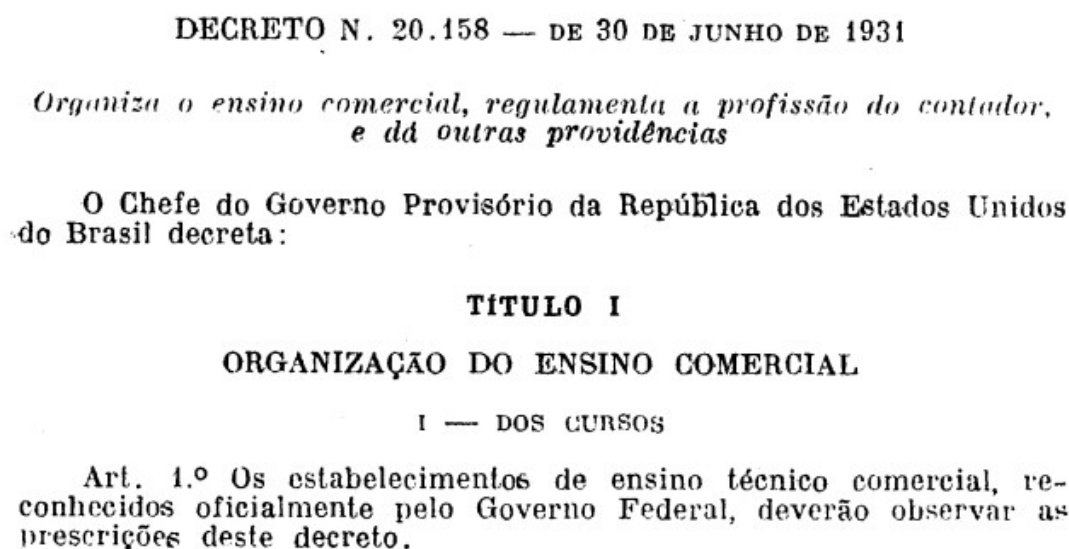
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos anos de 1930 a 1945 foi um período de avanço industrial e de urbanização, além de inúmeras regulamentações importantes nas áreas trabalhista e da educação do país. No caso específico da contabilidade foram criados vários decretos que regulamentaram a profissão e o ensino da contabilidade. O presidente Getúlio Vargas considerava uma responsabilidade do novo regime unir elementos do trabalho e da produção, e coordenar através do governo a formação de técnicos de contabilidade que segundo o próprio Vargas “nós tanto necessitávamos” (Rodrigues; Schmidt; Santos, 2012).

4.1 Ações na área da educação

O compromisso de Vargas com a industrialização e a substituição de importações, já na primeira fase de seu governo (1930 a 1934), impulsionou o desenvolvimento da contabilidade, dada a necessidade de contadores para supervisionar a arrecadação de impostos. Como resultado, o Governo considerou necessário regulamentar a profissão contábil, fato que ocorreu em 9 de julho de 1931, com a publicação do Decreto nº 20.158 no Diário Oficial da União, assinado por Francisco Campos (Rodrigues *et al.*, 2011), como pode ser observado na Figura 7.

Figura 7 – Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931



Fonte: Câmara dos Deputados (n.d.)

De acordo com o decreto apresentado na Figura 7, para se tornar um contador certificado era necessário ter se formado em escola autorizada com diploma validado pela Superintendência de Ensino Comercial. Esse decreto organizou o curso de comércio em duas partes, sendo a primeira de caráter propedêutico e a segunda direcionada a uma habilitação específica. Dessa forma, as habilitações do curso técnico de comércio passaram a ser de secretariado, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador, além de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar de comércio (7, 1931).

O Decreto nº 20.158 (1931) também determinou que os contabilistas qualificados apenas pela experiência, ou seja, aqueles que não frequentaram nenhum programa acadêmico de contabilidade, deveriam ser registrados na Superintendência do Ensino Comercial e

incentivados a fazer e passar nos exames de contabilidade fixados por essa instituição no prazo de um ano a contar da publicação do Decreto. Apesar da oportunidade dada aos guarda-livros práticos de se qualificaram como contadores, essa legislação restringiu o exercício da contabilidade àqueles que possuíam qualificações específicas. Nota-se que a sanção desse decreto exemplifica a relação Estado-profissão, visto que é uma forma de o Estado criar condições para a formação acadêmica de profissionais que atendiam a suas necessidades imediatas. Também denota o monopólio e o fechamento sobre um mercado de serviços profissionais como discutido por Larson (1977).

Além do reconhecimento da profissão, o decreto garantiu o monopólio da prestação de serviços, ao estabelecer diretrizes para a prática profissional e exigir o registro dos guarda-livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial. Tais diretrizes definiram os requisitos para obtenção do diploma, como bacharel em ciências econômicas para aqueles que contemplassem o curso superior em administração e finanças, com duração de três anos, de guarda-livros para aqueles que concluíssem o curso técnico de dois anos, e o título de perito contador para quem concluísse o curso técnico de três anos (Bugarim *et al.*, 2013). A determinação das atividades privativas de cada qualificação profissional resultou em autonomia e poder sobre o próprio trabalho, bem como garantiu as credenciais necessárias para o ingresso e exercício da profissão, sendo as principais fontes de poder profissional.

O fechamento da profissão também se confirma com a publicação do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, que estabeleceu novas condições para o registro de contadores e guarda-livros no Governo Provisório de Getúlio Vargas, como apresentado na Figura 8.

Figura 8 – Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932

DECRETO N. 21.033 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1932

Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros e dá outras providências

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1.º Nenhum livro ou documento de contabilidade previsto pelo Código Comercial, pela Lei de falências e por quaisquer outras leis terá efeito jurídico ou administrativo si não estiver assinado por alvario, perito-contador, contador ou guarda-livros devidamente registrado na Superintendência do Ensino Comercial, de acordo com o art. 53 do decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931.

Art. 2.º Serão registrados na Superintendência do Ensino Comercial, para os efeitos das garantias e regalias discriminadas, respectivamente, no art. 1.º deste decreto e nos arts. 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79 e 80, bem como no parágrafo único do art. 72 do decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, além dos certificados e diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino comercial, oficializados e oficialmente reconhecidos, ou nestes revalidados de acordo com o art. 57 do mesmo decreto, os títulos de habilitação conferidos aos profissionais, brasileiros e estrangeiros, que comprovarem, perante a mesma Superintendência e dentro do prazo estipulado no referido decreto, qualquer das seguintes condições:

I, que hajam prestado os exames de habilitação de guarda-livros práticos, de acordo com o art. 55 do decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931;

II, que sejam portadores de títulos expedidos por estabelecimentos de ensino comercial que hajam gozado de subvenção federal ou de outras regalias consignadas em leis anteriores ao decreto n. 17.329, de 28 de maio de 1926, e que se tenham submetido posteriormente à fiscalização da Superintendência do Ensino Comercial;

III, que sejam ou tenham sido professores de contabilidade em estabelecimentos de ensino comercial, oficializados

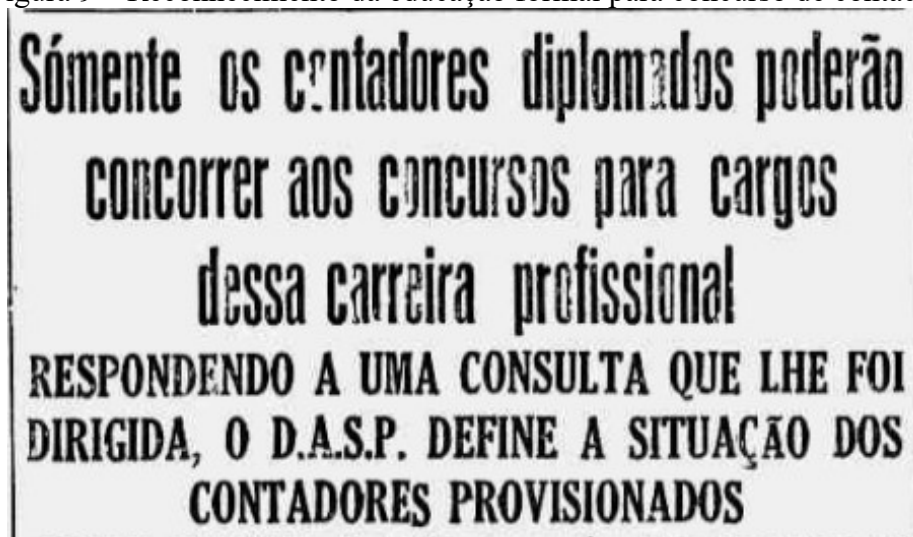
Fonte: Câmara dos Deputados (n.d.)

Mediante disposições do Decreto nº 21.033 (1932), estabelecido em seu artigo 1º, era exigido que livros contábeis e documentos de contabilidade, conforme previstos pelo Código Comercial e outras legislações pertinentes, fossem assinados por um contador. Essa certificação, que conferia *status* legal aos documentos, era facultada a profissionais graduados em escola comercial autorizada, portadores de diplomas validados pela Superintendência de Educação Comercial, contadores qualificados, professores de contabilidade em escola do comércio, autores de estudos contábeis considerados importantes pelo Conselho Consultivo de Educação Comercial ou um praticante de contabilidade atual ou anterior (Decreto nº 21.033, 1932). Dessa forma, o problema dos “práticos”, pessoas que não possuíam conhecimento científico da profissão, era resolvido (uma vez que quem tinha experiência na área poderia assinar os documentos contábeis mesmo sem a formação), pois a partir do decreto, o contador passou a estar ligado indissolivelmente ao ensino (CFC, 2016).

O disposto no Decreto nº 21.033/1932, segundo Rodrigues e Craig (2022), foi uma resposta ao *lobby* de membros proeminentes da profissão contábil após o 2º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado de 18 a 25 de abril de 1932, e mudou fundamentalmente a relação entre o Estado e a profissão. Embora não satisfizesse o apelo para a diferenciação entre os profissionais qualificados e não qualificados, concordamos com Agrizzi e Sian (2014) que essa legislação foi um movimento no sentido de elevar os padrões para os recém-chegados à contabilidade e, portanto, o futuro *status* ocupacional do grupo. Em decorrência do Decreto nº 21.033/1932, iniciou-se um período de mudança na relação entre o Estado, o trabalho e a profissão contábil, levando posteriormente à criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais (CRC) e ao registro profissional obrigatório no Conselho de Classe para o exercício da profissão, como discutido por Rodrigues e Craig (2022). Esse decreto lei reconhece também o monopólio na prestação de serviços e concede alguns privilégios em termos de preferência no preenchimento de algumas funções públicas.

Outra medida relevante para a classe contábil, agora sancionada no Governo Constitucional (1934 a 1937), foi o Decreto-lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939. Esse decreto, em seu artigo 3º, determinava que o curso de formação de peritos contadores passaria a formar contadores. Além disso, estabelecia que, para o “provimento em cargos públicos de Contador será obrigatória, além de quaisquer outras exigências, a apresentação do diploma de Contador ou de Perito-Contador, expedido por estabelecimento de ensino comercial oficial ou reconhecido pelo Governo Federal, devidamente registrado na repartição competente” (Decreto-lei nº 1.535, 1939, p. 1), conforme apresentado na Figura 9.

Figura 9 – Reconhecimento da educação formal para concurso de contador



Fonte: Diário de Notícias do Rio de Janeiro (1939, p. 4).

O reconhecimento da educação formal como requisito para o concurso de contador, o que caracteriza o monopólio de uma determinada área de conhecimento para sustentar a autonomia do trabalho, como aponta a Teoria Sociológica das Profissões, no tocante ao poder profissional (Freidson, 1986), foi objeto de consultas e anúncios públicos. A interpretação da resposta da Dasp, publicada no Diário de Notícias do Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1939, aponta que foram mantidas as disposições do Decreto nº 21.033/1932, em seu artigo 2º, acerca da habilitação profissional do contador provisionado, porém, restringindo a participação desses em concursos para provimento de cargos públicos (Diário de Notícias do Rio de Janeiro, 1939, p. 4). A Figura 10 retrata essa publicação.

Figura 10 – Obrigatoriedade de diploma para concurso de contador a cargos públicos

Occorre, porém, que o decreto-lei n.º 1.535, de 25 do corrente, restringiu, para o provimento em cargos publicos da carreira de Contador, a magnanimidade da legislação precedente.

Prescreve, em seu artigo 3.º, o citado decreto-lei:

"Para o provimento em cargos publicos de Contador, será obrigatorio, além de qualquer outras exigencias, a apresentação do diploma de Contador ou de Perito-Contador, expedido por estabelecimento de ensino commercial official ou reconhecido pelo Governo Federal, devidamente registrado na repartição competente".

Examinado, assim, a proposição, esta Divisão é de parecer que, em face dos dispositivos legais vigentes, somente os portadores (a) diplomas de contador ou de perito-contador, poderão inscrever-se em concurso para provimento em cargos da respectiva carreira profissional, cabendo, com estes esclarecimentos, responder ao consulente".

Fonte: Diário de Notícias do Rio de Janeiro (1939, p. 4).

Avançando na cronologia, durante a fase do Estado Novo (1937 a 1945), ainda no que diz respeito ao ensino de contabilidade, o Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, conhecido como Reforma Gustavo Capanema – Lei Orgânica do Ensino Comercial – estabeleceu as bases de organização e do regime de ensino comercial, desdobrando a

formação em dois ciclos: o primeiro com um curso comercial básico e o segundo com cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles o de contabilidade (Decreto-lei nº 6.141, 1943). A regulamentação específica dos cursos de formação do ensino comercial, segundo Peleias et al. (2007), foi dada na mesma data pelo Decreto nº 14.373.

Por fim, o Decreto-lei nº 7.938, de 22 de setembro de 1945, consolidou o ensino técnico em grau superior em ciências contábeis e atuariais (Decreto-lei nº 7.938, 1945). Esse Decreto foi bastante aplaudido pelas lideranças contábeis da época, afirma Amorim (1999), que multiplicaram gestões junto aos poderes públicos para a criação de um órgão semelhante ao Conselho Regional de Engenharia e à Ordem dos Advogados do Brasil, as duas profissões de nível universitário até então regulamentadas no Brasil. O movimento para o fechamento da profissão, que Rodrigues e Craig (2022) apontaram ter se iniciado em 1932, se consolidava de fato, confirmando as premissas de Larson (1977) acerca de uma teoria geral das profissões, dada a estratégia profissional adotada pelas lideranças para estabelecer o monopólio sobre uma parcela específica do mercado de trabalho: a área contábil.

Não obstante, foi no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que diversas áreas incluindo a contabilidade, foram elevadas ao nível superior por efeito legal. No caso específico da contabilidade, isso ocorreu em 22 de setembro de 1945, quando Vargas endossou a oferta do primeiro diploma universitário em ciências contábeis e atuariais por meio do Decreto-lei nº 7.988 (1945), como mostrado na Figura 11.

Figura 11 – Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945

DECRETO-LEI N.º 7.988 — DE 22
SETEMBRO DE 1945

*Dispõe sobre o ensino superior de
ciências econômicas e de ciências
contábeis e atuariais*

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o ar-
tigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º O ensino, em grau supe-
rior, de ciências econômicas e de ciên-

Fonte: Câmara dos Deputados (n.d.)

Os motivos para a sanção do decreto que criou os cursos superiores de ciências contábeis e atuariais, de acordo com Canabrava (1985), devem-se ao fato de que, mesmo considerando o aumento das turmas do ensino comercial em função da reforma do ensino comercial promovida pelo Decreto nº 20.158/1931, esses novos cursos superiores eram necessários, pois os negócios haviam atingido um nível maior de complexidade. Esse movimento levou os profissionais a buscarem a regulamentação da profissão contábil e criarem uma associação contábil, como relatado por Agrizzi e Sian (2014).

O primeiro curso superior em ciências contábeis e atuariais tinha duração de quatro anos e conferia o título de bacharel aos seus concluintes. Suas disciplinas específicas incluíam contabilidade geral, organização e contabilidade industrial e agrícola, organização e contabilidade bancária, organização e contabilidade pública, e revisões e perícia contábil (Peleias et al., 2007). No entanto, a obrigatoriedade de uma grade curricular padronizada para todo o país desconsiderava as especificidades regionais. De acordo com Leite (2005), o objetivo era formar profissionais com perfil estritamente técnico.

Por fim, no que diz respeito às ações que impactaram a formação do profissional contábil durante a Era Vargas, destaca-se o Decreto-lei nº 8.191, de 20 de novembro de 1945, que determinou que os diplomados no curso comercial básico, satisfeitas as demais exigências, teriam preferência no provimento da função ou cargo de auxiliar de escritório e de datilógrafo em empresas privadas que recebiam favores do governo, assim como em autarquias e em serviços públicos (Decreto-lei nº 8.191, 1945). A interpretação das disposições desse decreto permite inferir que os serviços de contabilidade foram reconhecidos no governo Vargas como um meio de controle das contas em um período marcado pela rápida industrialização. Nesse sentido, observamos a influência do Estado na profissão, e concordamos com Agrizzi e Sian (2014) quando afirmam que o Estado sancionou leis relacionadas à reforma educacional nacional para atender às suas próprias necessidades corporativas. Por outro lado, as legislações que regulamentaram desde o ensino comercial até a regulamentação do ensino superior na área contábil elevaram o *status* do profissional na área contábil.

No caso da elevação do ensino de contabilidade ao nível superior, observamos uma conformidade com o conceito de *professional project* de Larson (1977), uma vez que um curso de nível superior não apenas melhor prepara o profissional para o mercado de trabalho e proporciona uma posição econômica mais elevada, mas também o confere um *status* social e prestígio superiores em comparação com os técnicos.

Ainda no contexto da regulamentação do ensino de contabilidade ao se criar um curso superior, os saberes especializados na produção de bens e serviços na área podem criar uma relação de dependência social e econômica, assim como um distanciamento social entre o prestador de serviços e o tomador de serviços (Johnson, 1972/2016). Com o conhecimento adquirido na escola de comércio e posteriormente em instituições de ensino superior, ao se graduarem como bacharéis em ciências contábeis, os profissionais da contabilidade passaram a deter poder sobre aqueles que precisavam de serviços com *expertise* em contabilidade causando um distanciamento social entre o contabilista e cliente.

4.2 Ações na área de Infraestrutura e regulação empresarial

A Era Vargas foi um período caracterizado pela transição dos interesses dominantes em períodos políticos anteriores para um foco no capitalismo urbano-industrial, impulsionado pelo compromisso de Vargas com a industrialização. Durante o Estado Novo (1937 a 1945), o governo prometia criar uma nova sociedade e um novo país (Araújo; Moraes, 2015). Por isso, esse período foi marcado por uma explícita intervenção estatal, sobretudo no investimento em setores de bens de produção. Durante esse período, o governo criou a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Moreira; Sene, 2005).

O processo de industrialização demandava profissionais mais qualificados e especializados, e para Abbott (2014), o profissionalismo surgiu como a principal forma de institucionalização da *expertise* nas sociedades industriais. Isso se deve ao fato de que a atividade industrial exige um conhecimento abstrato controlado por grupos ocupacionais (Mendonça Neto; Cardoso; Oyadomari, 2012). A implementação da indústria pesada no país, na Era Vargas, passou a exigir uma mão de obra mais qualificada, favorecendo um conhecimento especializado dos profissionais, inclusive na área contábil, para atender assuntos mais complexos relacionados à contabilidade das indústrias estatais então criadas.

O investimento em infraestrutura pesada também desencadeou um processo de regulação empresarial. De acordo com Matheus (2006), investimentos em base tecnológica, como ferrovias ou siderúrgicas, criam empresas capitalistas, como as sociedades por ações, que por sua vez geram uma demanda por empresas de contabilidade, consequentemente contratando mão de obra especializada. Segundo Rodrigues *et al.* (2011), o compromisso do governo Vargas com uma política de industrialização e substituição de importações aumentou a demanda por contadores mais bem treinados e sofisticados. Empresas abertas têm uma

regulamentação específica quanto aos livros, balanço, amortizações, reservas e dividendos ou liquidação das companhias, entre outras questões. À época, Vargas também instituiu o Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, primeira lei a tratar das sociedades por ações no Brasil.

Figura 12– Companhia Siderúrgica Nacional criada em 1941



Fonte: Diário do Comércio (n.d.)

Nesta época, as práticas contábeis brasileiras tinham influência europeia, o que conflitava com as práticas de várias empresas que utilizavam as diretrizes e orientações promovidas pelos Estados Unidos. Portanto, a pressão para que uma nova regulamentação contábil fosse instalada visava atender os anseios do cenário econômico mais globalizado (Silva; Assis, 2015). Com o objetivo, dentre outros, de regular os direitos essenciais dos acionistas das companhias abertas e fechadas, o Decreto-lei nº 2.627 (1940) estabeleceu procedimentos para a Contabilidade nacional, tais como regras para avaliação de ativos e para a apuração e distribuição de lucros e criou: as reservas e os padrões para publicação do balanço e da demonstração de lucros e perdas; a divisão do ativo em imobilizado, disponível, realizável em curto prazo e a longo prazo, resultado pendente e conta de compensação; e a divisão do passivo em exigível e não exigível, sendo este dividido em capital, reservas legais e estatutárias, resultado pendente e contas de compensação. Também foi detalhado o que

deveria constar na conta de lucros e perdas e proibida a denominação de ‘diversas contas’ ou semelhantes que correspondesse a 10% do capital social (Heissler; Vendruscolo; Sallaberry, 2018).

Na Figura 13, é apresentada a estrutura do balanço patrimonial de acordo com o Decreto-lei nº 2.627/1940.

Figura 13 – Balanço conforme Decreto-lei 2.627/40

Dec. Lei 2.627, de 26/09/1940	
ATIVO	
Imobilizado	
Realizável a Curto Prazo	
Realizável a Longo Prazo	
Disponível	
Resultado Pendente	
Compensação	
PASSIVO	
Não Exigível	
Exigível a Curto Prazo	
Exigível a Longo Prazo	
Resultado Pendente	
Compensação	

Fonte: Reis (2017, p. 67 como citado em Correa, 1972, p. 62)

No Decreto-lei nº 2.627/1940, as disposições estão relacionadas principalmente a questões técnicas, as quais estabeleceram novas regras para avaliação de ativos, distribuição de lucros e normas para publicação de relatórios contábeis. Essas regras foram fundamentais para padronizar a contabilidade no Brasil e influenciaram o ensino e a prática contábil por 35 anos, até serem substituídas em 15 de dezembro de 1976 pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404 (Rodrigues *et al.*, 2011). O Decreto-lei nº 2.627/1940, juntamente com Decreto-lei nº 2.416, de 17 de julho de 1940, que instituiu normas para elaboração da contabilidade nos estados e municípios, não apenas possibilitou aos profissionais da contabilidade instrumentos para basear suas atividades, mas também influenciou o ensino e a prática contábil no Brasil por vários anos.

A preocupação com a padronização não se restringiu ao setor privado. Conforme mencionado anteriormente, o Decreto-lei nº 2.416 (1940) instituiu as normas para a preparação dos relatórios financeiros de estados e municípios, determinando o formato para o balanço do setor público e normas financeiras aplicáveis à gestão dos recursos públicos. Além de estabelecer a ligação entre a contabilidade financeira e o orçamento, este decreto consolidou vários conceitos importantes em termos de orçamento, como, por exemplo, a

necessidade de calcular o custo de serviços, e forneceu orientações para o controle dos recursos previstos no orçamento por função (Rodrigues *et al.*, 2011). Ainda sobre os feitos na Era Vargas que influenciaram a profissão contábil, o Decreto nº 4.178, de 13 de março de 1942, que dispôs sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda, definiu o conceito de lucro real e listou documentos e demonstrações contábeis necessárias para apoiar o cálculo do imposto de renda. Devido à estreita ligação entre a prática contábil e as regras fiscais, a demanda por contadores especializados aumentou.

Novamente se nota que, para além da regulamentação da contabilidade, o fechamento da profissão contábil está ancorado em Larson (1977), visto que a industrialização e estatização de empresas levaram os profissionais da contabilidade a estabelecerem um monopólio sobre essa parcela específica do mercado de trabalho decorrente das indústrias do setor privado e público criadas no Governo Vargas.

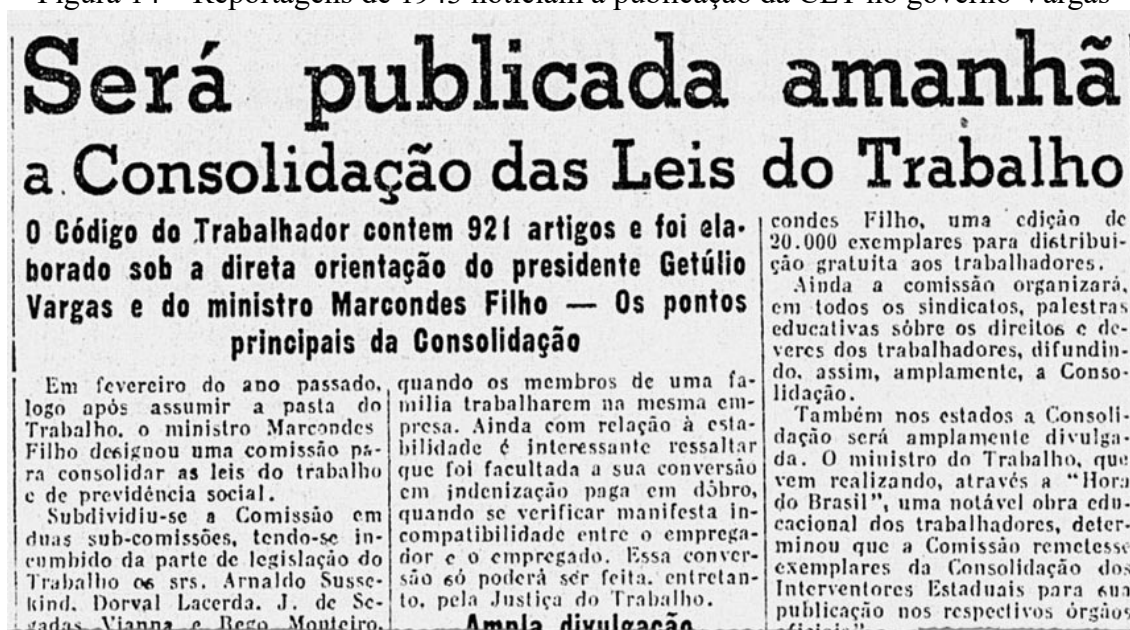
4.3 Ações na área trabalhista e social

Getúlio Vargas realizava uma política autocrática e populista, autodenominando-se como “pai dos pobres” e propagando essa imagem entre as massas trabalhadoras, principalmente por meio de mensagens radiofônicas no programa a “Hora do Brasil”, que tinha como intuito divulgar notícias sobre as mudanças positivas realizadas por seu governo. Vargas estabeleceu uma política assistencialista e regulamentou as relações de trabalho no país, com um discurso de que iria “proteger” os trabalhadores da opressão capitalista (Araújo; Moraes, 2015). Seu governo desmantelou a lei trabalhista existente e instituiu um sistema de representação trabalhista controlado pelo Estado para prevenir, como afirmam Collier e Collier (1979), ameaças comunistas. O real intuito dessa política varguista era manter a classe trabalhadora brasileira em uma situação de total dependência do Estado, de forma a minimizar conflitos entre o Estado e as indústrias (Yee, 2012).

Dentre as ações implementadas na área trabalhista e social, destacam-se: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930; a garantia da presença mínima de 2/3 de empregados nacionais; a regulamentação que estabelecia condições de trabalho para mulheres e menores de 14 anos na indústria e comércio em 1932; a instituição do salário-mínimo em 1940; e, em 1º de maio de 1943, a promulgação da CLT, sistematizando a legislação trabalhista. A CLT, como explica Amorim e Bilhão (2010), significou um grande avanço na política social ao atender anos de reivindicação por parte dos trabalhadores, além

de propiciar uma aproximação do governo com a classe trabalhista. Informações sobre a publicação da CLT são visualizadas na Figura 14.

Figura 14 – Reportagens de 1943 noticiam a publicação da CLT no governo Vargas



Fonte: Agência Senado (2023)

Numa perspectiva crítica, Capelato (2006) cita que a CLT sistematizou um conjunto de leis referentes ao salário-mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho e tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Embora essa ação tenha atendido às reivindicações operárias, também promoveu o controle estatal das atividades independentes da classe trabalhadora, resultando na perda de sua autonomia. Em decorrência da regulamentação da Justiça do Trabalho, e em nome da valorização do trabalhador nacional, Vargas adotou uma política de restrição à imigração e construiu uma imagem de presidente protetor da classe trabalhadora, sobretudo através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que além de exercer a censura sobre todos os meios de comunicação, investia maciçamente para elevar a imagem de Getúlio Vargas (Pandolfi, 1999). A Figura 15 evidencia uma manifestação dos trabalhadores promovida pelo DIP em 1940.

Figura 15 – Manifestação dos trabalhadores promovida pelo DIP em 1940



Fonte: Memorial da Democracia (n.d.)

Ainda na área social houve regulamentações em relação aos sindicatos. Leis específicas levaram a uma estrutura corporativista, ligando os sindicatos à esfera estatal. Mediante o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, Vargas promulgou a Lei de Sindicalização, com nítida inspiração corporativista, regulando a sindicalização das classes patronal e operária (Decreto nº 19.770, 1931). Posteriormente, durante o Estado Novo, Vargas aboliu a pluralidade sindical e criou o imposto sindical na forma de contribuição anual obrigatória paga por todo empregado, sindicalizado ou não (Pandolfi, 1999). A organização sindical brasileira foi estabelecida pelo Decreto nº 1.402/1939, sendo este o último decreto sindical da Era Vargas.

A estrutura corporativista adotada na Era Vargas contribuiu para a profissionalização na área contábil e para o fechamento da profissão. De acordo com Rodrigues e Craig (2022), as políticas do Estado relativas à incorporação e à atividade continuada dos sindicatos foram influências importantes na evolução da profissão contábil, visto que o corporativismo propiciou o surgimento e crescimento de organismos profissionais. Sob o regime varguista, os sindicatos floresceram, aparentemente como forma de enraizar o poder do regime, mas trouxeram benefícios à profissão, uma vez que plantaram sementes que acabariam por crescer no movimento das associações de classe e resultaram na publicação do Decreto-Lei nº 9.295/1946, que trata da criação do CFC (Rodrigues; Craig, 2022). A criação do CFC, para Agrizzi e Sian (2014), foi considerado um meio de atribuir mais *status* aos profissionais de contabilidade e à profissão em si, sobretudo se comparada a outras profissões que já possuíam seus próprios conselhos.

As ações relativas à área social, em específico as legislações trabalhistas, embora não apresentem relação direta com a contabilidade, influenciam as atividades de profissionais da área, visto a *expertise* da área contábil para tratar das relações trabalhistas entre empresas e empregados. O estudo de Rodrigues e Craig (2022), que analisou a profissionalização contábil em cinco países da América Latina, incluindo o Brasil, teceu considerações à Era Vargas, afirmando que foi um período político onde o corporativismo proporcionou incentivos ao movimento laboral e ao surgimento e crescimento de associações sindicais organizadas, fundamentais ao processo de fechamento da profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou ações ocorridas durante o governo Vargas que contribuíram para o fechamento da profissão contábil, mediante a apresentação de fontes documentais considerando a cronologia dos eventos e a associação desses com as fases do governo varguista, delimitado ao período de 1930 a 1945. Esse período político histórico ficou marcado pela transição de uma economia agroexportadora para o início do processo de industrialização brasileira, resultante de investimentos em indústrias nacionais, sobretudo estatais, e uma política assistencialista e populista, que promoveu a regulamentação das relações de trabalho no país devido a reformas trabalhistas.

Na esfera da educação, verificou-se que as ações ocorridas durante o governo Vargas contribuíram para a ascensão do ensino de contabilidade no Brasil. Desde a organização do ensino comercial à regulamentação da profissão de contador até a elevação do ensino de

contabilidade ao nível superior, por meio de dispositivos legais como o Decreto nº 20.158, de 1931, e o Decreto-lei nº 7.988, de 1945, respectivamente. Em decorrência de leis e regulamentações, passou-se a se exigir dos profissionais da contabilidade não apenas a experiência, mas também a formação acadêmica, contribuindo assim para o fechamento da profissão aos não qualificados. Destaca-se ainda que a qualificação instituída pela educação formal na área contábil pretendia proteger o espaço da profissão da invasão de outros profissionais.

Outras ações características, desde a primeira fase do governo de Vargas, foi o projeto nacional desenvolvimentista. Esse projeto consistia em um Estado centralizador, com vultosos investimentos em infraestrutura, que culminaram na criação de grandes estatais como a Companhia Siderurgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Hidrelétrica de São Francisco. Essas iniciativas proporcionaram desenvolvimento para o país e, ao mesmo tempo, uma expansão de empresas abertas constituídas na forma de sociedades por ações. Este cenário de expansão industrial, tanto no setor privado quanto no setor público, favoreceu a sanção da Lei de Sociedades Anônimas, Decreto-lei nº 2.627 de 1940, e o estabelecimento de procedimentos de contabilidade nacional, sobretudo devido às empresas estatais abertas.

Decorrente do processo de industrialização e da legislação específica para a contabilização das operações de empresas abertas, os profissionais da área contábil passaram a adquirir um conhecimento mais aprofundado, formando uma base cognitiva mais sólida. Esse processo crescente de complexidade da contabilidade ao longo da Era Vargas, em grande parte devido ao desenvolvimento do mercado de capitais, resultou na necessidade de um conhecimento mais especializado por parte dos contadores, não facilmente dominado pelos clientes.

Também na área social, as ações do governo Vargas em relação às questões trabalhistas e sociais também foram de suma importância para profissionalização do contador e para o fechamento da profissão. A promulgação da CLT e a regulamentação dos sindicatos configuraram-se como movimentos importantes para o surgimento das classes profissionais e suas reivindicações por reconhecimento da profissão e garantia dos direitos de seus profissionais. Mesmo em um governo de ações autoritárias e centralizadoras, com o intuito de agradar determinados grupos para a manutenção e permanência no poder, percebe-se a ascensão da profissão do contador. As políticas na área da educação, infraestrutura e trabalhista contribuíram para o fechamento da profissão, bem como para ações futuras que resultaram, em 1945, último ano Estado Novo, na criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Como contribuição teórica esta pesquisa aponta possibilidades de investigação acerca de temáticas como a profissionalização e o fechamento social da profissão contábil. No caso específico deste estudo, as interpretações denotam como as políticas do Estado podem afetar a regulamentação da profissão contábil. Adicionalmente, o estudo contribui por discutir um período específico e importante da história do Brasil, a Era Vargas, de modo a tecer análises sobre a importância desse período para contabilidade. Ademais, o estudo contribui para a literatura sobre a história da contabilidade e sobre o poder das profissões.

Para trabalhos futuros, sugere-se o estudo de outros momentos políticos na história do Brasil, de modo a apresentar e discutir fontes iconográficas e documentais sobre o desenvolvimento e fechamento da profissão contábil. Períodos políticos mais recentes, com diferentes plataformas político-ideológicas de governo, nas quais foi adotado o neoliberalismo, ou períodos históricos anteriores, onde se viveu uma ditadura militar, poderiam evidenciar ações governamentais relativas à educação, infraestrutura e legislações trabalhistas que influenciaram nas atividades privativas do contador, na relação Estado-profissão e na relação de serviços entre profissionais e os usuários desses serviços.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions: an essay on the division of expert labor**. University of Chicago press, 2014.

ADDE, Tiago Villac. **O fim do Império e o Nascimento da República: o desenvolvimento da contabilidade brasileira durante a Primeira República**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/1526/1/Tiago%20Villac%20Adde.pdf>. Acesso em: 13 jul.2023.

AGÊNCIA SENADO. **CLT chega aos 80 anos com direitos do trabalhador sob disputa**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/clt-chega-aos-80-anos-com-direitos-do-trabalhador-sob-disputa>. Acesso em: 22 nov. 2023.

AGRIZZI, Dilla; SIAN, Suki Artificial corporatism: A portal to power for accountants in Brazil. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 56-72, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235414000197>. Acesso em: 15 mai. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.02.003>

AMORIM, Jeovane Aparecido; BILHÃO, Isabel. **O governo Vargas, uma breve contextualização**. 2010. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/o_governo_vargas_uma_breve_contextualizacao.pdf. Aceso em: 28 nov. 2023.

ANDERSON, Malcolm; EDWARDS, John Richard; CHANDLER, Roy A. Constructing the 'well qualified' chartered accountant in England and Wales. **Accounting Historians Journal**, v. 32, n. 2, p. 5-54, 2005. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.32.2.5>

ANGELIN, Paulo Eduardo. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **REDD Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/4390/3895>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ARAÚJO, Carla Camila MV; DA SILVA MORAIS, Cleidiane. A educação como projeto estatal-a (re) construção da identidade nacional na era Vargas (1930-1945): práticas e rituais cívicos. **Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s)**, v. 3, n. 04, 2015. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7598>. Acesso em: 17 nov. 2023.

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

ARVIN-RAD, Hassan; WILLUMSEN, Maria José; WITTE, Ann Dryden. Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais. **Estudos Econômicos**, v. 27, n. 1, p. 127-166, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116885/114420>. Acesso em: 19 set. 2023.

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. Corporativismo na seção trabalho do boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1939). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 11, n. 18, 2014. DOI: 10.18817/ot.v11i18.306. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/306. Acesso em: 16 nov. 2023. <https://doi.org/10.18817/ot.v11i18.306>

BIRKETT, W. P.; EVANS, Elaine. Theorising professionalisation: a model for organising and understanding histories of the professionalising activities of occupational associations of accountants. **Accounting History**, v. 10, n. 1, p. 99-127, 2005. <https://doi.org/10.1177/103237320501000105>

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Tiago Batista. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. **Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 1, p. 60-90, 2014. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/o-dasp-e-a-formacao-de-um-pensamento-politicoadministrativo.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; PINHO, Joaquim Carlos da Costa; RODRIGUES, Lúcia Lima; MACHADO, Diego de Queiroz. Ações do conselho federal de contabilidade no desenvolvimento da contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 2, p. 134-151, 2013. <https://doi.org/10.1177/103237320501000105>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Coleção de leis do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao5.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CANABRAVA, Alice Piffer. Escolas de Comércio: A conquista da validade propedêutica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 55, p. 23-8, 1985.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs). O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006, p. 107-143.

CASTRO GOMES, Ângela Maria de. A representação de classes na Constituinte de 1934. **Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 3, p. 53-116, 1978. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59838/58162>. Acesso em 16 nov. 2023.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. Inducements versus constraints: Disaggregating “corporatism”. **American Political Science Review**, v. 73, n. 4, p. 967-986, 1979. <https://doi.org/10.2307/1953982>

COLLINS, R. **The credential society: An historical sociology of education and stratification**. Columbia University Press, 2019. <https://doi.org/10.7312/coll19234>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **70 anos de contabilidade**. 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. (1934, 16 de julho). Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm

D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Eduerj/FGV, 1999.

DECRETO Nº 19.770, de 19 de março de 1931. (1931, 19 de março). Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO Nº 19.851, de 11 de abril de 1931. (1931, 11 de abril). Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO Nº 19.890, de 12 de maio de 1931. (1931, 12 de maio). Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19980-12-maio-1931-560631-publicacaooriginal-83736-pe.html>

DECRETO Nº 20.158, de junho de 1931. (1931, 8 de junho). Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>

DECRETO Nº 21.033, de 08 de janeiro de 1932. (1932, 8 de fevereiro). Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21033-8-fevereiro-1932-504263-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 1.535, de 23 de agosto de 1939. (1939, 23 de agosto). Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1535-23-agosto-1939-411594-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 2.416, de 17 de julho de 1940. (1940, 17 de julho). Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del2416.htm

DECRETO-LEI Nº 2.627, de 26 de setembro de 1940. (1940, 26 de setembro). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2627.htm

DECRETO-LEI Nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. (1943, 28 de dezembro). Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 7.938, de 06 de setembro de 1945. (1945, 6 de setembro). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7938.htm

DECRETO-LEI Nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. (1945, 22 de setembro). Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>

DECRETO-LEI Nº 8.191, de 20 de novembro de 1945. (1945, 20 de novembro). Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-publicacaooriginal-1-pe.html>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO. (1939, 31 de agosto). Edição 5167, de 31 de agosto de 1939. https://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718_1939_05167.pdf

DIÁRIO DO COMÉRCIO. (n. d.). Década de 1940: A economia mundial é abalada pela guerra. *90 Anos Diário do Comércio*. <https://90anos.diariodocomercio.com.br/materias-90/decada-de-1940-a-economia-mundial-e-abalada-pela-guerra/>

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 2005.

DUFFES, Gabriel Lopes. **Da Revolução de 1930 ao Golpe de 1937 (Estado Novo)**. In: Revista Digital Simonsen; Rio de Janeiro, novembro de 2020. Disponível em: <https://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2020/12/13.-REVISTA-n-13.pdf#page=133>. Acesso em 14 nov. 2023.

EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. **O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas**. 2004. Disponível em:
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11914/2/F%C3%A1bio%20S%C3%A1%20Earp%20e%20George%20Kornis%20-%20O%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico%20sob%20Getulio%20Vargas_P.pdf.
 Acesso em: 16 nov. 2023

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FREIDSON, Eliot. **Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge**. University of Chicago Press, 1986.

FREIDSON, Eliot. **Profession of medicine: a study of the sociology of applied knowledge**. University of Chicago Press, 1988.

FRIAS JUNIOR, Carlos Alberto da Silva. **A saúde do trabalhador no Maranhão: uma visão atual e proposta de atuação**. 1999. 135 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Maranhão, 1999. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5279>. Acesso em 21 nov. 2023.

GOMES, Ângela Maria. A representação de classes na Constituinte de 1934. **Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 3, p. 53-116, 1978. Disponível:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59838/58162>. Acesso em 06 out. 2023.

GONÇALVES, Carlos Manuel. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 17, p. 177-223, 2008. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2349>. Acesso em: 02 out. 2023.

HAO, Ping Zhen. Regulation and organisation of accountants in China. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 12, n. 3, p. 286-302, 1999.
<https://doi.org/10.1108/09513579910277375>

HEISSLER, Ismael; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; SALLABERRY, Jonatas. A Evolução da Contabilidade ao Longo da História do Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade, Santo Ângelo**, v. 17, n. 34, p. 04-25, 2018. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/229768282.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

JOHNSON, Terence J. **Professions and Power (Routledge Revivals)**. Routledge, 2016. (Trabalho originalmente publicado em 1972). <https://doi.org/10.4324/9781315471372>

LARSON, Magali Sarfatti. **The rise of professionalism a sociological analysis**. University of California Press, 1977.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. FGV Editora, 2005.

LIRA, Thais Alves; GOMES, Francisco Patrik Carvalho; KLEIN, Luciana; SANTOS, Edicreia Andrade dos. Contribuições da Associação dos Guarda-Livros para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil: uma abordagem historiográfica do século XIX. *In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 22, 2022. **Anais eletrônicos...** USP International Conference in Accounting, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3938.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político/Vargas Era: the Education as a Political Instrument. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 50, p. 835-853, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2481>. Acesso em: 14 nov. 2023. <https://doi.org/10.14295/idonline.v14i50.2481>

MELO, Marina Félix de. El trabajo de las ONG y el trabajo en las ONG a la luz del análisis sociológico de las profesiones. **Estudios sociológicos**, v. 34, n. 101, p. 325-351, 2016. <https://doi.org/10.24201/es.2016v34n101.1451>

MEMÓRIA DA DEMOCRÁCIA. Governo institui imposto sindical. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-cria-o-imposto-sindical#card-104>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MENDONÇA NETO, Octávio Ribeiro; CARDOSO, Ricardo Lopes; OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu. A profissionalização do contador no Brasil. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 9, n. 4, p. 393-406, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3372/337228652006.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023. <https://doi.org/10.4013/base.2012.94.06>

MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro; CARDOSO, Ricardo Lopes; RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Mudança de Paradigma na Contabilidade Brasileira: Uma Explicação Fundamentada na Sociologia da Tradução. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 113-139, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/356>. Acesso em: 8 fev. 2023.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia**: volume único. São Paulo: Ecipione, 2005

OLIVEIRA, Márcia Regina (2014). **O status social do contador no Brasil**. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/26311/Marcia%20Regina%20de%20Oliveira.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev. 2022

OLIVEIRA, Rachel Barros de. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: uma leitura sobre o emprego doméstico. **REDD-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2009.v2i1.2187>. Acesso em 26 nov. 2023.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glaucio Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 19-32, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/xYXTw4XrWb6FJc7HnbFnkw/>. Acesso em 21 ago. 2023. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003>

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista de Administração on-line**, FECAP, v. 5, n.3, p. 39-54, 2004. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/20593869/pequena-cronologia-do-desenvolvimento-contabil-no-brasil-fecap>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PREVITS, Gary John; MERINO, Bárbara Dunis. **A history of accountancy in the United States**. USA: Ohio State University Press, 1998.

REGERT, Rodrigo; BAADE, Joel Haroldo. A Era Vargas e a Segunda República: algumas reflexões sobre a história da educação no Brasil. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 39, p. 136-157, 2018. DOI: 10.26694/les.v0i39.7969. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1175>. Acesso em: 13 jan. 2024. <https://doi.org/10.26694/les.v0i39.7969>

REIS, Igor Sergio dos. **A contabilidade brasileira no período autoritário militar (1964-1985)**: as principais mudanças na contabilidade nacional e na economia ocorridas neste período. 2017. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/20825/2/Igor%20Sergio%20dos%20Reis.pdf>. Acesso em 13 jul.2023.

RICHARDSON, Alan J. Corporatism and intraprofessional hegemony: a study of regulation and internal social order. **Accounting, Organizations and Society**, v. 14, n. 5-6, p. 415-431, 1989. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(89\)90009-3](https://doi.org/10.1016/0361-3682(89)90009-3). Acesso em 26 out. 2023. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(89\)90009-3](https://doi.org/10.1016/0361-3682(89)90009-3)

RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell. Using historical institutional analysis of corporatism to understand the professionalization of accounting in Latin America. **Accounting, Organizations and Society**, v. 97, p. 101330, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368221001082>. Acesso em: 15 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2021.101330>

RODRIGUES, Lúcia Lima; SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. **Accounting History**, v. 16, n. 1, p. 111-123, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1032373210373799>. Acesso em: 15 ago. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373210373799>

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

ROSLENDER, Robin. **Sociological perspectives on modern accountancy**. Routledge, 2002. <https://doi.org/10.4324/9780203404003>

SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism?. **The Review of politics**, v. 36, n. 1, p. 85-131, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0034670500022178>. Acesso em: 28 dez. 2023. <https://doi.org/10.1017/S0034670500022178>

SILVA, Maurício Souza; DE ASSIS, Francisco Avelino. A história da contabilidade no Brasil. **Negócios em Projção**, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015.

VARGAS, Getúlio Dornelles; Maria Celina D'Araújo (Org.). Getúlio Vargas. Brasília. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/getulio_vargas.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

VASCONCELOS, Angélica; SILVA, Adriana; GOMES, Patrik; VIEIRA, Cilene. Requisitos exigidos pelo mercado aos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 32, n. 85, p. 65-79, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909470. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/6yvS4mhZHvvpPBx8C5vWcqH/?lang=en>. Acesso em: 22 fev. 2023. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909470>

VERGARA, Sylvia Helena Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

WEBER, Max (1995), *Economie et Société*. Paris: Plon, translated from *Wirtschaft und Gesellschaft* (1922), 1995.

WILLIAMS, Daryle. **Culture wars in Brazil: The first Vargas regime, 1930-1945**. Duke University Press. Willmott, H. (1986). Organising the profession: A theoretical and historical examination of the development of the major accountancy bodies in the UK. *Accounting, Organizations and Society*, 11(6), 555-580, 2001. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(86\)90036-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(86)90036-X)

YEE, Helen. Analyzing the state-accounting profession dynamic: Some insights from the professionalization experience in China. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, n. 6, p. 426-444, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368212000426>. Acesso em: 03 ago. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2012.04.003>

ZELINSCHI, Dragoş. Legitimacy, expertise and closure in the Romanian accountant's professional project, 1900—16. **Accounting History**, v. 14, n. 4, p. 381-403, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1032373209342474>. Acesso em: 01 nov. 2023. <https://doi.org/10.1177/1032373209342474>

ESTUDO 3

COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar como as competências requeridas dos profissionais da área contábil aparece em documentos legais relativos a formação do profissional da contabilidade, a partir da criação do curso de graduação em ciências contábeis em 1945. Para tal, foi feita uma pesquisa documental, tendo como fontes decretos, leis e resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais. Os resultados mostram que inicialmente, o currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis era composto de uma estrutura curricular rígida onde as disciplinas, de natureza essencialmente técnica, eram dispostas, nominalmente, ao longo de quatro anos. A partir da década de 1960, reformas introduziram maior flexibilidade à estrutura curricular, mas ainda não constava nos textos legais referências à competências, habilidades e atitudes requeridas do formando. A partir do Parecer CNE/CES nº 0146/2002 que orientou a redação da Resolução CNE/CES nº 10/2004 é que o perfil profissional do contador, juntamente com as competências e habilidades essenciais, foi formalmente delineado, alinhando-se às diretrizes internacionais e destacando a necessidade de uma formação abrangente que integra aspectos técnicos, éticos, humanistas e multidisciplinares. Em 2024, a Resolução CNE/CES nº 1 reforçou a importância de uma formação integral, abordando saberes que incluem o domínio das tecnologias da informação e comunicação, e outros que tratam das diversidades e de questões no âmbito social, ambiental e governança nos ambientes das entidades. Contudo, apesar dos avanços, a Resolução de 2024 ainda apresenta lacunas, especialmente na explicitação das atitudes desejadas dos profissionais.

Palavras-chave: Ciências Contábeis, currículo, competências, educação superior.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução da ciência contábil e da consequente profissionalização da área as competências exigidas para a atuação profissional vêm se alterando para atendimento às mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. Na área contábil, o termo ‘competência’, usado para designar tanto as exigências técnicas aqui entendidas como habilidades, quanto os saberes em termos de conhecimento e as atitudes particulares à área, foi incorporado a documentos legais e às diretrizes curriculares apenas a partir da década de 1990. Possivelmente, o uso dessa terminologia deve-se à visão de Perrenoud (1999) ao enfatizar que os currículos deveriam estar voltados para a construção de competências, de modo a promover situações em que o conhecimento pudesse ser mobilizado.

Dado o emprego relativamente recente [a partir da década de 1990] do termo competência para designar o perfil desejado e a atuação do profissional da contabilidade, observa-se que ao longo do tempo tais exigências foram denominadas de ‘requisitos’ e ‘atribuições’. Vasconcelos *et al.* (2020, p. 66) utilizam o termo ‘requisitos’ para explicarem que até o século XIX as ocupações e atribuições do então praticante da contabilidade ainda não estavam tão bem delimitadas, visto que “o reconhecimento da diferenciação da prática contábil e de seus praticantes no Brasil”, ocorreria por meio do Estado apenas a partir do final desse século. Por isso, ainda segundo as autoras e autores a “condição indispensável ou exigência” para os praticantes foram denominados de “requisitos”.

O termo ‘atribuições’ foi usado em 1946, para descrever e diferenciar as atividades pertinentes aos profissionais de contabilidade, à época denominados de guarda-livros e contadores diplomados. No Decreto nº 9.295/1946, documento legal que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Capítulo IV foi destinado a descrever tais atribuições que privilegiavam tão somente o conhecimento necessário para a atuação profissional. Possivelmente devido à orientação contida nesse documento, o ensino também privilegiava a aquisição do conhecimento, sem destacar aspectos de formação que contemplassem a aquisição de habilidades e atitudes.

Nos parágrafos anteriores, além dos termos ‘requisitos’ e ‘atribuições’ usados como referência ao termo ‘competência’, foi utilizado ‘praticante da contabilidade’ e ‘profissional de contabilidade’. Doravante, nessa pesquisa, será usado o termo ‘profissional de contabilidade’, assim como consta no Decreto nº 9.295/1946. Vasconcelos *et al.* (2020, p. 66) utilizaram o termo “praticante da contabilidade” em substituição à “profissional da contabilidade”, por entenderem que seu estudo contempla um período histórico onde os profissionais “não eram considerados um “grupo particular”, nem a própria contabilidade era uma área definida na divisão social do trabalho”. Já o uso de ‘profissional de contabilidade’ no documento do CFC evidencia que naquele momento já ocorrera o fechamento social da profissão às pessoas que detinham a credencial exigida para o acesso a esse grupo.

Oportuno destacar que o termo competência não possui um conceito uniforme, mas Segundo Perrenoud (2008) a competência integra simultaneamente conhecimentos e a capacidade de mobilizá-los frente a uma situação-problema. Para Lira, Gomes e Musial (2021), na corrente francesa, o debate sobre competência emerge da insatisfação do processo de formação profissional e as necessidades do mundo do trabalho. Essa corrente vincula educação e trabalho, ao visar aumentar a capacitação dos trabalhadores e suas oportunidades

de se empregarem. Dessa forma, a competência seria resultante do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes.

O termo ‘competência’, consta em documentos legais brasileiros alusivos ao contexto educacional, a partir de 2002, quando as orientações quanto à formação do profissional de contabilidade, além de enfatizar a necessidade do conhecimento desejado destacava que as Diretrizes Curriculares Nacionais deveriam “servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos” de modo a privilegiar no perfil dos formandos “as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais” (MEC; 2002, p. 3-4). Aparecia em um documento legal, pela primeira vez, o termo ‘competência’, possivelmente devido à crescente utilização, nos discursos educacionais, de afirmações que defendiam que a escola deve dar prioridade ao desenvolvimento de competências, e não à transmissão de conhecimentos (Costa, 2005).

Diante do exposto, e tomando como delimitação temporal a década de 1945, quando foi criado o Conselho Federal de Contabilidade e elevou-se o ensino de contabilidade ao nível superior, esta investigação busca responder à questão: como as competências requeridas – conhecimentos, habilidades e atitudes – dos profissionais de contabilidade tem sido incluídas e se alterado em documentos legais que norteiam a educação superior contábil no Brasil? Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como as competências requeridas dos profissionais da área contábil aparecem em documentos legais relativos à formação do profissional da contabilidade, a partir da criação do curso superior de ciências contábeis no Brasil.

O recorte temporal da pesquisa compreende o ano de 1945, data da criação do primeiro curso de graduação em Ciências Contábeis no Brasil, até 2024, ano em que foram instituídas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 1, de 27 de março de 2024. Para a compreensão das mudanças nas competências através das mudanças no ensino de graduação em Ciências Contábeis, será utilizada como base teórica a teoria crítica do currículo que pressupõe ser o currículo capaz de promover uma educação que capacite os indivíduos a compreender e transformar sua realidade social.

A evolução da profissão contábil no Brasil reflete diretamente as transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas ao longo dos anos. Desde a criação do primeiro curso de graduação em Ciências Contábeis em 1945, sancionado por Getúlio Vargas, até a implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais em 2024, o ensino contábil

tem passado por significativas mudanças que impactaram as competências requeridas dos profissionais da área, o que justifica a análise temporal da evolução das competências, habilidades e atitudes requeridas do profissional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Competências

O conceito de competência começou a ser discutido mais amplamente na área educacional a partir da década de 1990, sobretudo no ensino infantil e nas séries iniciais, devido aos estudos desenvolvidos por Philippe Perrenoud. Após, estendeu-se também ao currículo de todos os níveis de ensino, inclusive o superior. O conceito de competência ganhou tamanha amplitude que acabou também incorporado pelo meio empresarial e industrial, que o utilizou para discussões na área de negócios (USP, s.d.).

Perrenoud (1999) define competência como a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos, sejam eles os saberes, capacidades e informações, para solucionar com eficácia uma série de situações. Para Perrenoud (1999), as competências referem-se ao domínio prático de um tipo de tarefas e de situações, os quais só podem ser alcançados se junto com eles são desenvolvidas as habilidades. Tais habilidades, no contexto educacional, pressupõem a compreensão do conteúdo que explica aquele domínio.

As competências, portanto, são traduzidas em domínios práticos das situações cotidianas que necessariamente passam compreensão da ação empreendida e do uso a que essa ação se destina, relacionadas à cognição, ou seja, ao conhecimento acumulado. Já as habilidades são representadas pelas ações em si, ou seja, pelas ações determinadas pelas competências de forma concreta, ou seja, o saber-fazer.

Além da corrente francesa, que tem em Perrenoud, a referência para discussão da Teoria das Competências, a corrente americana, segundo Lira, Gomes e Musial (2021), também discute sobre o conceito de competência, entendendo-a como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. As atitudes caracterizam a determinação em querer fazer, e reflete aspectos sociais e afetivos envolvidos com o trabalho (Durand, 2000).

De acordo com Fleury e Fleury (2001), apesar da perspectiva usada para discussão da competência estar focada na análise do indivíduo, a maioria dos autores sinaliza a importância do alinhamento das competências às necessidades estabelecidas pelos cargos existentes nas organizações. Para os autores mencionados a competência é a junção de conhecimentos, habilidades e atitudes que podem auxiliar na conclusão de um trabalho. A mensuração dessas

competências permite avaliar o desempenho real de cada atividade, trabalho ou processo desenvolvido, além de ajudar na padronização de tarefas específicas, contribuindo para a geração de valor econômico de uma organização no exercício de suas atribuições (Fleury; Fleury, 2001). Em conceito similar, Prahalad e Hamel (1995) descrevem competência como a integração coordenada de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, que se manifesta através de uma atuação diferenciada.

2.2 Teorias de Currículo

A Teoria do Currículo desempenha um papel essencial à compreensão e melhoria dos processos educacionais, considerando não apenas os conteúdos a serem ensinados, mas também os contextos sociais, culturais e políticos nos quais a educação se desenvolve. Segundo Lopes (2014) a Teoria do Currículo é um campo de estudo fundamental dentro da educação, focado no planejamento, implementação e análise dos currículos escolares. Este campo investiga questões relacionadas ao que deve ser ensinado, como ensinar e qual a importância desse ensino. Além disso, a Teoria do Currículo examina os processos pelos quais o conhecimento é selecionado, organizado e transmitido aos estudantes, levando em conta influências sociais, culturais e políticas.

De acordo com Sacristán (2000), o currículo é uma construção cultural profundamente conectada à experiência humana. Ele não é uma abstração, mas sim uma organização de práticas educativas determinadas tanto pelo sistema educacional e político quanto pelos próprios participantes do processo educacional. Goodson (2001) argumenta que o currículo não é uma entidade estática, mas sim um produto social e histórico em constante transformação, em paralelo com os desenvolvimentos da própria sociedade.

Goodson (2011) descreve duas formas principais de manifestação do currículo: a pré-ativa e a realização interativa. Na primeira, o currículo é percebido como uma estrutura de conhecimento estabelecida pela sociedade e destinada a ser assimilada pelo estudante. Por outro lado, na realização interativa, o estudante é encorajado a interpretar e atribuir significado ao mundo ao seu redor, integrando suas experiências pessoais às práticas educativas. Essa abordagem reconhece a importância de um currículo flexível e sensível ao contexto, capaz de promover uma aprendizagem significativa e relevante para os alunos.

Ao longo do tempo, os estudos sobre currículo têm evoluído, resultando em diversas perspectivas teóricas. Silva (1999) ao discutir sobre as teorias do currículo, aponta as abordagens tradicional, crítica e pós-crítica da teoria do currículo. Cada uma dessas

perspectivas oferece uma definição única e uma compreensão específica do papel e da função do currículo na educação.

A teoria tradicional do currículo é voltada à neutralidade, com foco em formar o trabalhador com educação geral e acadêmica. Representa uma abordagem educacional que se apoia em valores conservadores e na transmissão direta e autoritária do conhecimento. Segundo Silva (1999), a teoria do currículo tradicional promove um currículo neutro, científico e desinteressado, sem preocupações em questionar o método de ensino estabelecido, mas sim em seguir as formas dominantes de poder e o *status quo* como referência. Essa abordagem buscava aplicar nas escolas o mesmo modelo de controle de produção utilizado nas fábricas, conhecido como administração científica ou Taylorismo.

A teoria tradicional do currículo emergiu com o aumento da abertura de escolas durante o período de industrialização, como uma resposta à necessidade de organizar esses novos espaços educacionais para atender a uma maior parcela da população e para preparar os indivíduos para se adaptarem às demandas da indústria (Malanchen, 2021). Assim, a teoria do currículo tradicional representou uma perspectiva educacional que valorizava a eficiência, a padronização e a transmissão direta de conhecimento, refletindo os valores e as práticas predominantes na sociedade industrial da época.

Na década de 1960, com o crescimento dos movimentos sociais, surgiu a teoria crítica do currículo, fundamentada na dialética crítica de Karl Marx. Essa abordagem questiona as questões sociais e educacionais presentes no currículo, desafiando o *status quo* e responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais. Para Linhares e Silva (2020) com a teoria crítica, tornou-se impossível analisar o currículo sem considerar o contexto social e histórico. Essa perspectiva crítica do currículo trouxe à tona a importância de se questionar as estruturas de poder e as relações de classe presentes na educação, bem como a necessidade de se promover uma educação que capacitasse os indivíduos a compreender e transformar sua realidade social.

Malanchen (2021) destaca que nessa abordagem crítica o currículo não é neutro, mas sim um instrumento carregado de ideologias e valores que refletem as relações de poder presentes na sociedade. Assim, os pesquisadores críticos do currículo buscam examinar como ele reproduz e legitima as desigualdades sociais, além de explorar maneiras de desafiar e transformar essas estruturas de dominação por meio da educação.

As transformações socioeconômicas ocorridas no final da década de 1980 deram origem a novas abordagens no campo curricular. Uma dessas abordagens é a teoria pós-crítica do currículo, que amplia o escopo de questões além da ideologia e do poder, como enfatizado

pela abordagem crítica. Autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Joe Kincheloe, Michel Foucault, Peter McLaren, Stuart Hall e Paul Willis são centrais nessa perspectiva. Eles se concentram sob uma perspectiva multiculturalista, ressaltando a diversidade cultural, o pluralismo de ideias e o relativismo cultural e epistemológico (Martins; Duarte, 2010).

Dentro da teoria pós-crítica, a desigualdade não é apenas vista como decorrente de aspectos econômicos, como a luta de classes, mas é abordada em um contexto mais amplo, que inclui questões relacionadas a gênero, raça e sexualidade. Dentro dessas discussões, o feminismo emerge como uma força crítica contra a cultura patriarcal, buscando combater a visão do homem como figura dominante sobre a mulher (Silva, 1999).

Silva (1999) argumenta que, enquanto as teorias críticas curriculares direcionaram sua atenção principalmente para a desigualdade de classes no contexto educacional, especialmente nos currículos, a teoria pós-crítica destaca que a desigualdade é influenciada por uma gama mais ampla de questões para além da “luta de classes”. Essas teorias salientam que a assimetria persistirá enquanto o currículo não abordar adequadamente como as relações sociais assimétricas são criadas e reproduzidas. Isso implica que uma análise mais abrangente das estruturas de poder e das formas de diferenciação social é essencial para enfrentar a desigualdade educacional de forma eficaz.

A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo, ainda de acordo com Silva (2009), é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado ou qual conhecimento ou saber é considerado importante, válido ou essencial, para merecer se tornar parte de determinado currículo. Essa premissa converge para o pensamento de Schubert (1986), citado por Sacristán (1998), o qual entende que o currículo pode ser utilizado como a concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes, tarefas e habilidades a serem dominadas como é o caso da formação profissional.

Ao se considerar a necessidade do desenvolvimento de competências, o currículo deveria ter como foco a proposição de situações concretas e pragmáticas, a serem resolvidas pelos próprios estudantes por meio de conhecimentos técnicos, habilidades, e determinados comportamentos adequados a essas situações, ao invés do ensino de um conjunto de determinados conteúdos, previamente selecionados por serem considerados pertinentes a uma determinada disciplina, sendo pensado na perspectiva de uma abordagem crítica.

Ao adotar a Teoria do Currículo, numa abordagem crítica, é possível alinhar o currículo à visão de Perrenoud (1999, p. 10), que enfatiza que os currículos voltados para a construção de competências devem promover uma limitação "drástica da quantidade de

conhecimentos ensinados e exigidos", visto que não se poderia formar competências por meio de um currículo que privilegie apenas a transmissão de conhecimento, sem promover situações em que esse conhecimento seja mobilizado.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, cujo objetivo é analisar e compreender como as competências requeridas dos profissionais da área contábil, em termos de conhecimento, habilidades e atitudes, aparecem em documentos legais relativos à formação do profissional da contabilidade, a partir da década de 1945 quando foi criado o curso superior de Ciências Contábeis no Brasil, classifica-se como descritiva.

Metodologicamente trata-se de uma análise interpretativa, com abordagem qualitativa. Procedimentos de pesquisa documental e de arquivo foram usados para coleta de informações e dados sobre a legislação relativa à formação do profissional de contabilidade como decretos, leis e as resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais. A busca pelas fontes documentais como decretos foi realizada nos sítios eletrônicos da Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas. Também foram obtidos em sítios eletrônicos disponíveis *online*. Tais documentos foram delimitados temporalmente ao período de 1945 até 2024.

Para a análise das fontes e informações documentais foi adotada como categoria de análise as **competências requeridas**, buscando a evidenciação de trechos que indicassem as exigências para cumprimento das atribuições da profissão em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes que deveriam ser incluídas nos currículos dos cursos superiores de Ciências Contábeis.

Considerando que a discussão relativa às competências no contexto da educação data da década de 1990 os documentos analisados como fontes, nesta pesquisa, com data anterior a esse período possivelmente não trariam em seu teor trechos que indicassem textualmente o termo competência. Nesse sentido, adotando-se o entendimento para o termo competência como a junção de conhecimentos, habilidades e atitudes (Fleury; Fleury, 2001), a discussão a seguir pretende pontuar em que momento os documentos priorizavam esses elementos de forma individualizada e conjunta.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A discussão sobre ensino baseado em competências, e consequentemente sobre um

currículo baseado em competências é relativamente recente, visto que começou a ser discutido mais amplamente na área pedagógica a partir da década de 1990, destinando-se à educação básica em suas séries iniciais (Perrenoud, 1999). No ensino superior o currículo formal ou prescrito é um currículo tradicional, que costuma ser baseado na transmissão de informações e centrado no ensino do professor (Silva, 1999; Silva; Quillici, 2015).

O primeiro documento analisado trata-se do Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945, mediante o qual o curso superior de Ciências Contábeis foi oficialmente reconhecido pelo então presidente Getúlio Vargas (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2016). A elevação do ensino de contabilidade ao nível superior, foi justificada pelo Ministro da Educação e Saúde da época, Gustavo Capanema, devido à complexidade dos estudos que exigia sua realização no ensino superior (Schwartzman; Bomeny, 2000).

Nesse documento o foco é a apresentação das disciplinas, no qual se nota a ausência de disciplinas de formação humanística e filosófica, como visto no Quadro 6. Leite (2005) critica a rigidez dessa grade curricular, que era uniforme para todo o país, sem considerar as particularidades regionais, o que, segundo ele, prejudicava a evolução da profissão contábil.

Quadro 6 – Currículo do Curso de Ciências Contábeis e Atuária (1945)

Séries	Disciplinas
Primeira	Análise Matemática, Estatística Geral e Aplicada, Contabilidade Geral, Ciências da Administração, Economia Política
Segunda	Matemática Financeira, Ciência das Finanças, Estatística Matemática e Demografia, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Instituições de Direito Público.
Terceira	Matemática Atuarial, Organização e Contabilidade Bancária, Finanças das Empresas, Técnica Comercial, Instituições de Direito Civil e Comercial.
Quarta	Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública, Revisões e Perícia Contábil, Instituições de Direito Social, Legislação Tributária e Fiscal, Prática e Processo Civil e Comercial.

Fonte: BRASIL. Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945.

A elevação do ensino de contabilidade ao nível superior resultou em diferenciação entre as atribuições dos profissionais de contabilidade. No Decreto nº 9.295/1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade, o Capítulo IV trata dessas atribuições, especificando que perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade seriam privativas dos contadores diplomados.

Embora ambos os documentos mencionados não contenham a palavra ‘competência’,

ou ‘conhecimento’, ou ‘habilidade’, o cumprimento das atribuições previstas no Capítulo IV presumem ao domínio prático de um tipo de tarefas e de situações denominadas de competências por Perrenoud (1999), que afirma ainda que esse domínio só é alcançado se junto com eles forem desenvolvidas as habilidades.

No final dos anos 1950, a introdução da correção monetária no Brasil permitiu a atualização monetária dos ativos fixos das empresas, com base em índices fornecidos pelo Conselho Econômico Nacional. Esse processo, regulamentado pela Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, podia ser realizado a cada dois anos para apuração do imposto de renda. É de se supor que essa situação tenha exigido dos profissionais de contabilidade competências específicas para compreensão das mudanças nas normas contábeis para fins fiscais e, respectiva preparação da contabilidade para informar os usuários da informação contábil como ressaltado por Bacci (2002). Em 1951, mediante a Lei nº 1 401, de 31 de julho o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, foi desmembrado criando os cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais.

Até 1962, no entanto, não ocorreram alterações significativas em termos curriculares para o curso de Ciências Contábeis, mas é na década de 1960 que ocorre a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual deliberou sobre todos os níveis de ensino, determinando a criação do Conselho Federal de Educação (CFE), que passou a regulamentar o ensino superior. O CFE fixou os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores para formação de profissões regulamentadas. Em decorrência, no curso de Ciências Contábeis, o Parecer nº 397/1962 do CFE dividiu a grade curricular em ciclos de formação básica e formação profissional.

Em 1963, o CFE emitiu uma Resolução sem número que estabeleceu os ciclos básicos e os mínimos de conteúdo e duração do curso de Ciências Contábeis, mantendo a flexibilidade para que cada instituição adicionasse disciplinas complementares conforme as necessidades do mercado e o perfil profissional desejado. A carga horária mínima anual era de 772 horas, totalizando 2.700 horas ao final do curso (Mulatinho, 2007; Machado; Freitas; Domingues, 2011). No Quadro 7 visualizam-se as disciplinas de ambos os ciclos de formação que deveriam constar nos currículos dos cursos.

Quadro 7 – Currículo mínimo Ciências Contábeis (1963)

Ciclos	Disciplinas
Básico	Economia, Estatística, Direito, Matemática.
Profissional	Administração, Auditoria e Análise de Balanço, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Direito Tributário, Técnica Comercial.

Fonte: BRASIL. MEC. CFE. Resolução s/n, de 8 de fevereiro de 1963

A característica mais marcante dessa reformulação curricular refere-se ao fim da rigidez a que, até então, as instituições de ensino superior estavam submetidas, sob a égide do Decreto-Lei nº 7.988/1945. Nessa reformulação, as disciplinas são apresentadas em forma de ciclos, atribuindo-se às instituições a responsabilidade pela sua organização sequencial (seriação), notando-se, entretanto, que ainda há falha em virtude da ausência de disciplinas da área de formação humanística e filosófica (Silva; Quillici Neto, 2015).

Na década de 1970, dois eventos marcaram a profissão contábil no Brasil. O primeiro foi a aprovação da Lei nº 6.404, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, que trouxe mudanças significativas para a estrutura contábil do país e valorizou a contabilidade e a auditoria no contexto empresarial (Oliveira, 1995). O segundo foi a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com o objetivo de disciplinar e fiscalizar o mercado de ações no Brasil (Rodrigues; Schmidt; Santos, 2012). Esses eventos não resultaram em normativas que determinaram a necessidade de alterações curriculares que incluíssem conteúdo ou conhecimentos específicos para a atuação do profissional de contabilidade.

Na década de 1990 novos documentos instituíram alterações curriculares para o ensino superior de contabilidade. Era de se supor que devido ao ensino por competências já discutido no contexto educacional, os documentos emitidos já nessa década - a Resolução nº 03, de 1992 e o Parecer do Conselho Nacional de Educação, nº 776, de 1997 - indicassem exigências em termos de competências e habilidades.

A Resolução nº 3, de 1992, estabeleceu uma nova proposta curricular, que de acordo com Silva e Quillici Neto (2015), buscava romper com a concepção estritamente limitada e reduzida do currículo mínimo de 1962. O currículo mínimo proposto apresentava uma nova estrutura de natureza formativa, prevendo uma formação geral, a formação profissional específica e formação complementar, distribuídos entre disciplinas obrigatórias e eletivas, com carga horária mínima de 2.700 e tempo máximo e mínimo de anos para integralização.

No Parecer CNE nº 776, de 1997, com orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, aparece pela primeira vez alusão ao termo competências. Nesse parecer, os relatores propõem que na elaboração das propostas das diretrizes curriculares fosse encorajado “o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada” (Brasil, 1997, p. 2). No entanto, a menção ao

reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do contexto escolar, não permite inferir que o currículo contemplasse sua aquisição.

Em 3 de abril de 2002, o Parecer CNE/CES nº 0146/2002 emitiu uma análise sobre o assunto Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, incluindo entre tais cursos, Ciências Contábeis. Nesse documento consta que tais diretrizes deveriam “servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação [...] privilegiando no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais” (MEC; 2002, p. 3-4). No Parecer CNE/CES nº 0146/2002 consta ainda o perfil profissional, as competências e habilidades necessárias para a atuação e os conteúdos curriculares.

Após a emissão do Parecer retro mencionado, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Superior, órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), aprovaram e emitiram, em 16 de dezembro de 2004, a Resolução nº 10/2004, a qual revogou a resolução anterior. Nesse sentido, a Resolução CNE/CES nº. 10/2004, já determinou que os currículos contemplassem as competências requeridas ao instituir que o curso possibilitasse formação profissional que revelasse, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I. utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II. demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III. elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV. aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V. desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI. exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII. desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII. exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (BRASIL; 2004, p. 2).

Essa Resolução já estava em linha com as tendências globais e acadêmicas de formação em nível internacional, técnico, científico e humanista e ético e está baseada em

documentos emitidos por órgãos como *International Federation of Accountants* (IFAC) e o *Intergovernmental Working Group on Experts on International Standards on Accounting and Reporting* (ISAR), que, entre os objetivos almejados por essas entidades, estão a formação na área contábil recursos humanos hábeis, multidisciplinares, criativos, flexíveis às mudanças de ambiente, e com profundo embasamento técnico científico (Mulatinho, 2007).

Por fim, em 2024, por meio da Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, foram instituídas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis. Nesse documento há um detalhamento, inclusive com destaque como Apêndice ao corpo textual, das competências e habilidades exigidas do profissional de contabilidade.

Pela leitura do documento nota-se que novas competências foram adicionadas ao perfil do profissional de contabilidade. O domínio das tecnologias da informação e comunicação da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão; assim como a capacidade de reconhecer a importância das diversidades e de questões no âmbito social, ambiental e governança nos ambientes das entidades agora devem compor os currículos.

Para Perrenoud (1999), as competências referem-se ao domínio prático de um tipo de tarefas e de situações, os quais só podem ser alcançados se junto com eles são desenvolvidas as habilidades. Tais habilidades, no contexto educacional, pressupõem a compreensão do conteúdo que explica aquele domínio. Esse domínio prático é previsto no art. 2º da Resolução, ao determinar que os currículos devem assegurar as condições para que o bacharel compreenda as questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas, no contexto da Contabilidade, com a aplicação da tecnologia da informação e comunicação.

Quanto às competências, o documento apresenta uma seção para apontá-las relacionando-as às habilidades requeridas do profissional de contabilidade, o que reflete um alinhamento com o domínio prático preconizado em Perrenoud (1999), visto que o autor entende que o desenvolvimento de habilidades leva ao domínio de tarefas e situações resultando na competência pretendida. As competências técnicas e suas respectivas habilidades, conforme a Resolução CNE/CES nº 1/2024, são reproduzidas no Quadro 8.

Quadro 8 – Competências e Habilidade Técnicas e Gerais requeridas do profissional de contabilidade

Competências e Habilidades Técnicas	
Competências	Habilidades
Preparar, analisar e reportar informações financeiras e não	a) aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade pertinentes a quaisquer entidades e o que rege o Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

financeiras relevantes e fidedignas	b) agir de acordo com os princípios, postulados e convenções contábeis; c) identificar as políticas contábeis adequadas na preparação das demonstrações financeiras; d) elaborar e interpretar as demonstrações financeiras; e e) elaborar e interpretar relatórios de informações não financeiras.
Participar da formulação do planejamento estratégico e apoiar a gestão no processo de tomada de decisão	a) aplicar técnicas de gestão de custos, avaliação de desempenho e orçamentos para apoiar a tomada de decisão; b) utilizar ferramentas de gerenciamento de riscos e oportunidades e analisar cenários que possam impactar o modelo de negócio da entidade; c) analisar estratégias de financiamento e suas implicações; d) analisar a posição financeira atual e futura de uma entidade, usando as técnicas de análise de índices, análise de tendências, análise de fluxo de caixa, entre outras; e) elaborar orçamento de capital para avaliação de decisões de investimento de capital; f) aplicar as abordagens de avaliação de empresas, de ativos e de mercado usadas para decisões de investimento; e g) analisar as implicações tributárias e previdenciárias relacionadas com as estratégias de negócio e de tomada de decisão.
Auditar informações financeiras e não financeiras e fornecer outros serviços de asseguração	a) aplicar as normas de auditoria e asseguração; b) aplicar o que rege o Comitê de Pronunciamentos Contábeis; c) planejar e executar trabalhos de auditoria e asseguração; d) avaliar os riscos relevantes de distorção nas demonstrações financeiras e nas estratégias de auditoria; e e) aplicar métodos quantitativos e qualitativos aos trabalhos de auditoria e asseguração, quando aplicáveis.
Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança	a) explicar aos gestores acerca dos princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança; b) explicar o papel das partes interessadas nos requisitos de governança, de divulgação e de transparência; c) analisar os riscos e oportunidades das atividades de uma entidade, inclusive os climáticos, os ambientais e os sociais, com o uso de instrumentos quantitativos e qualitativos; e d) analisar a confiabilidade do sistema de controle interno relacionado às demonstrações financeiras.
Compreender e aplicar a legislação tributária e previdenciária	a) elaborar o planejamento tributário e previdenciário; b) aplicar as leis e regulamentos tributários e previdenciários inerentes às organizações; c) avaliar os impactos tributários e previdenciários da tomada de decisão; e d) identificar riscos oriundos da gestão tributária e previdenciária das entidades.
Executar trabalhos de perícia judicial e extrajudicial	a) aplicar normas de Perícia Contábil; b) aplicar procedimentos técnicos-científicos de Perícia Contábil destinados a subsidiar a solução do litígio ou da constatação de fato; e c) elaborar laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente.
Compreender como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e geração de informação	a) utilizar tecnologias da informação para apoiar o processo de geração e interpretação da informação contábil; b) explicar como a tecnologia da informação contribui para análise de dados e para a tomada de decisão; c) apropriar-se das tecnologias de captura, armazenamento, mineração e análise de dados; d) desenvolver novas tecnologias, inclusive programação, para geração de informação; e e) desenvolver a capacidade de implementar e usar tecnologias contemporâneas <i>comobig data, data analytics, data visualisation</i> e inteligência artificial no âmbito dos sistemas de informação contábil.

Habilidades Gerais

a) pesquisar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções para organizar e interpretar os

dados macroeconômicos e microeconômicos a fim resolver problemas;

b) integrar os conhecimentos de Administração, da Economia, do Direito, das Tecnologias da Informação e de outras áreas relacionadas aos saberes das Ciências Contábeis para criar ou aprimorar, de forma inovadora, os modelos de negócio das entidades, considerando as dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais;

c) utilizar os conhecimentos de matemática financeira, estatística, métodos quantitativos e qualitativos como ferramenta para geração e análise de informação, entre estas a execução do processo contábil, análise retrospectiva e preditiva, realização de trabalho de auditoria e assecuração;

d) desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, o reconhecimento e proposição de mudanças no âmbito socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação aos interesses das partes; e

e) comunicar-se de forma eficaz, compartilhando ideias e conceitos de modo efetivo e apropriado à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências.

Fonte: MEC (2024).

Observa-se que a atual Resolução CNE/CES nº 1/2024 não evidencia, de forma explícita, as atitudes desejadas. As atitudes, como expõe Durand (2000), caracterizam a determinação em querer fazer, e reflete aspectos sociais e afetivos envolvidos com o trabalho. Considerando essa definição o texto da DCN não traz elementos que caracterizem esses aspectos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como as competências requeridas dos profissionais da área contábil são abordadas em documentos legais relacionados à formação do contador, desde a criação do curso superior em Ciências Contábeis. Para isso, foram examinados documentos legais desde 1945, ano em que foi instituído o primeiro curso de graduação em Ciências Contábeis, até 2024, quando foram estabelecidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, com o objetivo de verificar como as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) são tratadas.

A análise revelou que, no Decreto-Lei nº 7.988/45, que reconheceu oficialmente o curso superior em Ciências Contábeis, o foco estava na apresentação das disciplinas, sem mencionar as competências exigidas dos profissionais da área. Ao longo dos anos, a criação do Conselho Federal de Contabilidade também não explicitou as competências requeridas, embora tenha atribuído responsabilidades exclusivas aos contadores diplomados, o que pode ser interpretado como uma forma de competência, conforme Perrenoud (1999). Da mesma forma, a introdução da correção monetária no Brasil, embora não mencionada explicitamente na legislação, implicava na necessidade de competências específicas para que os contadores pudessem informar adequadamente os usuários da informação contábil.

Apesar das mudanças curriculares nas décadas seguintes, como a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a fixação do currículo mínimo e a introdução de ciclos de formação, foi apenas com o Parecer CNE/CES nº 0146/2002 que se delinearam o perfil profissional, as competências e habilidades necessárias para a atuação do contador.

A Resolução CNE/CES nº 10/2004 marcou um ponto importante ao alinhar o currículo de Ciências Contábeis com diretrizes internacionais, destacando a necessidade de uma formação que integrasse aspectos técnicos, éticos, humanistas e multidisciplinares. A Resolução CNE/CES nº 1/2024, por sua vez, reforçou a importância de uma formação integral, enfatizando competências que incluem desde a aplicação do pensamento científico até a comunicação eficaz e o uso de tecnologias da informação.

No entanto, apesar dos avanços significativos, a Resolução nº 1, de 2024, ainda apresenta lacunas, especialmente no que diz respeito à explicitação das atitudes desejadas dos profissionais. Este é um aspecto crucial para a formação de contadores comprometidos e socialmente responsáveis, sendo que o documento faz apenas referências limitadas a certos tipos de atitudes no campo das habilidades gerais.

REFERÊNCIAS

BACCI, João. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica**. 2002. 175p. 2002. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) –Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CES/CNE no. 0146/2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em 23 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024. **Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; PINHO, Joaquim Carlos da Costa; RODRIGUES, Lúcia Lima; MACHADO, Diego de Queiroz. Ações do conselho federal de contabilidade no desenvolvimento da contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 2, p. 134-151, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/31505/21249>. Acesso em: 18 fev. 2023. <https://doi.org/10.5380/rcc.v5i2.31505>

COSTA, Thais Almeida. A noção de competência enquanto princípio de organização curricular. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 52-62, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200005>

DURAND, Thomas. Forms of incompetence. In: Sanchez, R., & Heene, Aimé (eds.). *Theory Development for Competence-Based Management. Advances in Applied Business Strategy*, 6(A). Lawrence Foster, Greenwich, CT: JAI Press, 2000.

FERREIRA, Marcelo Marchine. Ciclos do ensino de contabilidade no Brasil. **XVI Encontro AEA**, 2014.

FLEURY, Afonso Carlos Correia; FLEURY, Maria Teresa Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeças caleidoscópico da indústria brasileira**. Rio de Janeiro: Atlas, 2001.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOLIVER, Olivio. Uma questão crucial no exercício profissional: as prerrogativas dos contadores e técnicos em contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 100, jul./ago. 1996.

LIRA, Thais Alves; GOMES, Francisco Patrick Carvalho; MUSIAL, Nayane Thais Krespi. Habilidades e competências profissionais exigidas dos contadores: quais os requisitos dos anúncios de emprego?. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 20, p. e3227, 2021. DOI: 10.16930/2237-766220213227. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3227>. Acesso em: 16 jul. 2024. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202132271>

LINHARES, Guilherme Higor Carvalho; SILVA, Ribamar Nogueira da. Teorias do currículo e relações de poder. **Revista científica eletrônica de ciências aplicada da FAIT**, n. 2, 2020. Disponível em: https://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/4XLhx7yqhdWBxKG_2020-12-14-17-26-13.pdf. Acesso em 06 abr. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo**. Cortez Editora, 2014.

MACHADO, Débora Gomes; FREITAS, Luciana Lopes de; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. A graduação em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande – FURG: sua evolução através de um resgate histórico. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 23–36, 2012. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/sinergia/article/view/2045>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MALANCHEN, Julia. Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: formação emancipadora e resistência ao capital. **Colloquium Humanarum**, v. 18, n. 1, p. 123–132, 2021. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4115>. Acesso em: 7 abr. 2024. <https://doi.org/10.5747/ch.2021.v18.h514>

MARTINS, Lúgia Márcia; DUARTE, Newton. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. <https://doi.org/10.7476/9788579831034>

OLIVEIRA, Márcia Queiroz; PIZANNI, Marcly Amorim; DE FARIA, Juliano Almeida. A interdisciplinaridade na formação do contador e sua contribuição para o desenvolvimento de

competências no âmbito organizacional. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 6, n. 11, p. 23-45, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/20736>. Acesso em: 05 jul. 2024.

OLIVEIRA, Marcelle Colares. A Formação e a Inserção no Mercado de Trabalho dos Bacharéis em Ciências Contábeis Graduados do Município de Fortaleza. Dissertação de Mestrado, USP- FEA, São Paulo: 1995.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glaucio Perez; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*, edição 30 anos de Doutorado, p. 19-32, 2007. Disponível em: Acesso em: 2 jun. 2024. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003>

PERRENOUD, Philippe. Philippe Perrenoud e a teoria das competências. **Teoria da Aprendizagem**, 1999.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao; HAMEL, Gary. **Competindo pelo futuro**: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, 2008.

SACRISTAN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil** – com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira. Curitiba: Juruá, 2006. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e005>

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Marli Auxiliadora da; QUILLICI NETO, Armindo. O currículo do curso de Ciências Contábeis no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. e005, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42063>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VASCONCELOS, Angélica; SILVA, Adriana; GOMES, Patrik; VIEIRA, Cilene. Requisitos exigidos pelo mercado aos praticantes da contabilidade na segunda metade do século XIX. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 32, n. 85, p. 65-79, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909470. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/6yvS4mhZHvvyPBx8C5vWcqH/?lang=en>. Acesso em: 22 fev. 2023. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909470>

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

A presente tese apresentou como objetivo desenvolver uma análise sobre a profissionalização contábil, a partir da Era Vargas, discutindo as ações e políticas que influenciaram no fechamento da profissão, nas mudanças no ensino contábil e nas competências requeridas de profissionais da área. Para atender o objetivo da pesquisa, esta tese foi estruturada em três artigos, cada um com seus objetivos específicos, sendo que:

- i) o primeiro apresentou o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil com foco no fechamento social da profissão, por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura;
- ii) o segundo artigo identificou as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento da profissão contábil no Brasil;
- iii) o terceiro artigo analisou como as competências requeridas dos profissionais da área contábil, em termos de conhecimento, habilidades e atitudes, aparecem em documentos legais relativos à formação do profissional da contabilidade, a partir da década de 1945, no Brasil.

O primeiro artigo cujas fontes analisadas constituíram-se de 21 estudos indexados nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, delimitadas ao período de 2002 e 2022, foi realizado por meio de uma revisão sistemática. Como resultado obteve um total de 21 artigos, que em geral, discutiram sobre o desenvolvimento da profissão contábil analisando como ocorreu a profissionalização da área em um ou mais países, ao longo de períodos históricos específicos, assim como analisaram a relação Estado-Profissão no processo de fechamento.

Das fontes analisadas, em geral, os achados revelam a participação do Estado e das associações de classe e sindicatos nesse processo. Entre os estudos, as publicações se concentram nos periódicos *Accounting, Organizations and Society*, com seis publicações; e *Accounting History* e *Critical Perspectives on Accounting*, com três publicações cada. Nem todos os periódicos têm como escopo a divulgação de pesquisas em história da contabilidade, mas incluem investigações dessa natureza. Com relação à lente teórica utilizada, a maioria deles, em um total de 19 artigos fundamentaram suas discussões nas premissas da Teoria Sociológica das Profissões, com foco no fechamento da profissão. Também foram identificadas outras teorias como Teoria da Hegemonia de Gramsci, Teoria ator-rede, Teoria de Pierre Bourdieu e Análise Institucional Histórica Comparativa.

Confirmamos, ao final, que ainda prevalecem lacunas sobre o estudo da profissionalização e fechamento da profissão, sobretudo com foco (i) na análise de períodos

específicos na história de [outros] países diversos, de modo a compreender a racionalidade que sustenta o fechamento da profissão; (ii) na discussão sobre a relação Estado/Profissão, visto que o fechamento da profissão em diferentes países resulta de legislação específica o que pode apontar diferentes estágios de fechamento; (iii) discussão sobre a profissionalização de determinadas áreas da contabilidade que necessitam de credencial extra para seu exercício, como a auditoria e perícia no contexto brasileiro.

O segundo estudo analisou ações ocorridas durante o governo Vargas que contribuíram para o fechamento da profissão contábil, mediante a apresentação de fontes documentais considerando a cronologia dos eventos e a associação destes com as fases do governo varguista, delimitado ao período de 1930 a 1945. Usou-se para a discussão a lente teórica da Sociologia das Profissões, ancorada em Larson (1977) ao discutir como categoria o monopólio e fechamento sobre um mercado e serviços profissionais.

Constatou-se que as ações ocorridas no Governo Vargas, no período delimitado, contribuíram para ascensão do ensino de contabilidade no Brasil ao ensino superior, sendo este um indicador de fechamento sobre um mercado e serviços profissionais. No campo econômico, a expansão desenvolvimentista resultante da criação de grandes estatais abertas como Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Hidrelétrica de São Francisco, levou à sanção da Lei das Sociedades por Ações, em 1940. Pelo teor dessa legislação depreende-se que a partir de então passou-se a exigir do profissional de contabilidade um conhecimento mais aprofundado para atendimento às questões relativas a essas empresas, o que reflete também o fechamento da profissão àqueles que dominassem tais conteúdo.

Por fim, as ações do governo Vargas em relação a questões trabalhistas e sociais também foram decisivas para a profissionalização do profissional de contabilidade e fechamento da profissão, uma vez que resultaram na Consolidação das Leis Trabalhistas, na regulamentação dos sindicatos e no surgimento de associações representativas de classes profissionais. Decorrente da organização sindical, sobretudo na década de 1930, movimentos importantes para organização da profissão levaram à criação do Conselho Federal de Contabilidade e conselhos regionais, instituindo-se as atribuições e prerrogativas profissionais de técnicos em contabilidade e contadores. Esses achados confirmam que o Estado é um agente que contribui e legitima o fechamento de uma profissão, devido à legislação, sobretudo quando os profissionais já se articularam em grupos para reivindicarem para si a primazia na realização de determinados serviços. No tocante ao fechamento profissional da área contábil aos diplomados no curso superior, o fato histórico que reflete essa situação foi a criação do

Conselho Federal de Contabilidade, em 1946, quando então foram definidas as atribuições privativas ao bacharel em contabilidade.

No terceiro artigo foram analisados documentos nacionais sancionados e publicados a partir do ano de 1945, devido ao marco temporal estabelecido a partir da criação do curso de graduação em ciências contábeis, por meio do Decreto-Lei 7.988, devido à hipotetização de que os currículos dos cursos superiores na área trariam referências às competências [conhecimentos, habilidades e atitudes] requeridas do profissional de contabilidade. A análise se estendeu a fontes documentais incluídas no período de 1945 a 2024, visto que neste último ano foram sancionadas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais que orientam o planejamento curricular das instituições que ofertam o ensino de contabilidade.

A análise evidenciou que de 1945 até 2002, as competências requeridas não constavam de quaisquer das fontes documentais. Desde a criação do ensino superior de contabilidade, em 1945, perpassando pelos anos de 1963 e 1992, as legislações tinham como foco o estabelecimento de um currículo mínimo, e a introdução de ciclos de formação. Nesses documentos o currículo era seriado, inclusive com a disposição das disciplinas ao longo de cada ano. Essas legislações, embora definissem as disciplinas, não apontavam conteúdo ou como já mencionado fazia alusão ao perfil esperado do egresso. Apenas em 1992, com a introdução dos ciclos de formação é que as instituições tiveram ‘liberdade’ para inserção de disciplinas de cunho humanista e social, e ainda outras que observam as particularidades regionais. É compreensível que a discussão relativa às orientações para inserção de competências nos documentos legais ainda não ocorresse, visto que no campo educacional é no final da década de 1990 que as ideias de Perrenoud em relação ao ensino por competências começam a ser difundido.

Apenas em 2002, observa-se que o Parecer CNE/CES nº 0146, documento que seria utilizado pelo Conselho Nacional de Educação como orientação para a sanção das Diretrizes Curriculares de diversos cursos, delineava o perfil profissional, assim como as competências e habilidades necessárias, e o conteúdo curricular separado por eixos de formação, em formação básica, profissional e teórico-prática. Posteriormente, com a Resolução CNE/CES nº 10/2004, alinhou-se o currículo de ciências contábeis. Todavia, embora a Resolução traga explicitamente as competências requeridas, não há um alinhamento destas com as respectivas habilidades a serem desenvolvidas. Esse alinhamento ocorre Resolução CNE/CES nº 1/2024, onde as competências básicas são desdobradas em habilidades técnicas que pressupõem o domínio cognitivo, ou seja, o saber, assim como o domínio instrumental, que reflete o saber-

fazer. Todavia, nesse documento legal não são feitas referências às atitudes solicitadas do profissional, não privilegiando os aspectos afetivos e sociais envolvidos com o trabalho.

Por fim, os resultados de cada um dos artigos apresentados permitiram desenvolver a análise sobre a profissionalização contábil, a partir da Era Vargas, de modo a apresentar as ações e políticas que influenciaram o fechamento da profissão. Ao longo da discussão, e considerando tão somente as fontes documentais listadas e consultadas, constatou-se as mudanças no ensino da contabilidade, que na década de 1940 privilegiava um ensino curricular baseado em disciplinas específicas. O documento atual [Resolução CNE/CES nº 1/2024] que norteia o ensino de contabilidade aponta, de forma explícita, as competências técnicas e as respectivas habilidades técnicas requeridas, e recomenda que a matriz curricular deve descrever os componentes curriculares e obrigatórios que contemplem a aquisição dessas competências e respectivas habilidades.

Por fim, esta pesquisa tinha como declaração de tese a afirmação de que “o fechamento social da profissão garantiu ao praticante da contabilidade não apenas as exigências técnicas, mas permitiram evitar a divulgação dos saberes entre os não profissionais, modificando as identidades sociais dos candidatos à profissão, garantindo ideológica e praticamente a posse de saberes e de competências particulares à área”. Através dos resultados fica demonstrado que o Estado, desde a Era Vargas, legitimou, mediante os decretos, leis e resoluções, o fechamento social da profissão contábil àqueles detentores de cursos superiores e de conhecimento e competências específicas para o exercício da profissão, garantido, de fato, aos praticantes de contabilidade a posse de saberes e competências particulares à área.

A presente pesquisa oferece uma contribuição ao entendimento do desenvolvimento da profissão contábil no Brasil, ao investigar numa perspectiva histórica como o contexto político durante a Era Vargas, influenciou o processo de profissionalização e fechamento social da profissão. Ao explorar as mudanças nas competências requeridas dos contadores ao longo do tempo, a tese contribui para o debate sobre a evolução da formação contábil no país, desde a sua formalização até as exigências contemporâneas de um profissional multifacetado.

Como sugestão para estudos futuros, seria relevante expandir a análise para outros períodos históricos que também possam ter influenciado o desenvolvimento da profissão contábil no Brasil, bem como realizar uma comparação com o processo de profissionalização contábil em outros países da América Latina.

APÊNDICE A – Matriz de amarração

TÍTULO: Profissionalização Contábil no Brasil: impacto histórico, fechamento da profissão e evolução das competências requeridas ao profissional	
OBJETIVO GERAL: Desenvolver uma análise sobre a profissionalização contábil, a partir da Era Vargas, discutindo as ações e políticas que influenciaram no fechamento da profissão, nas mudanças no ensino contábil e nas competências requeridas de profissionais da área.	QUESTÃO DE PESQUISA: Como as políticas e eventos históricos na Era Vargas influenciaram o fechamento da profissão, as mudanças no ensino da contabilidade, e as competências requeridas de profissionais da área?
ARTIGOS	METODOLOGIA
Artigo 1: Apresentar o estado da arte da produção científica sobre a história da profissionalização contábil com foco no fechamento da profissão, a partir de artigos indexados no período entre 2002 e 2022 nas bases de dados <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> .	Abordagem: Revisão sistemática Coleta de dados: Documental Unidade de Análise: <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> . Metodologia: Revisão Sistemática da Literatura
Artigo 2: Analisar as ações ocorridas na Era Vargas (1930-1945) que contribuíram para o fechamento da profissão contábil, mediante a apresentação de fontes documentais considerando a cronologia dos eventos e as suas associações com as fases do governo Vargas.	Abordagem: Qualitativa/Descritiva Coleta de dados: Documental Unidade de Análise: Textos acadêmicos, sites oficiais da câmara de deputados, CFC. Teoria: Teoria Sociológica das Profissões com ênfase na abordagem centrada no poder
Artigo 3: Analisar como as competências requeridas dos profissionais da área contábil, em termos de conhecimento, habilidades e atitudes, aparecem em documentos legais relativos à formação do profissional da contabilidade, a partir da década de 1945, no Brasil..	Abordagem: Qualitativa/Descritiva Coleta de dados: Documental Unidade de Análise: Textos acadêmicos, sites oficiais da câmara de deputados, CFC. Teoria: Teoria do Currículo
Declaração de Tese: O fechamento social da profissão garantiu ao praticante da contabilidade não apenas as exigências técnicas, mas permitiram evitar a divulgação dos saberes entre os não profissionais, levando ao fechamento profissional, o que garantiu a posse de saberes teóricos/práticos e de competências particulares à área.	